

Gilda Maria Whitaker Verri

Templários da ausência em bibliotecas populares

TEMPLÁRIOS DA AUSÊNCIA
em bibliotecas populares

GILDA MARIA WHITAKER VERRI

TEMPLÁRIOS DA AUSÊNCIA
em bibliotecas populares

2ª Edição

Editora
Universitária  UFPE

Recife - 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Reitor: Prof. Amaro Henrique Pessoa Lins

Vice-Reitor: Prof. Gilson Edmar Gonçalves e Silva

Diretora da Editora: Prof^a Maria José de Matos Luna

COMISSÃO EDITORIAL

Presidente: Prof^a Maria José de Matos Luna

Titulares: André Luiz de Miranda Martins, Artur Stamford, Christine Paulette Yves Rufino, Elba Lúcia C. de Amorim, Emanuel Souto da Mota Silveira, José Dias dos Santos, José Wellington Rocha Tabosa, Maria do Carmo de Barros Pimentel, Livia Suassuna, Marcos Gilson Gomes Feitosa, Marlos de Barros Pessoa, Sônia Souza Melo Cavalcanti de Albuquerque.

Suplentes: Alexandre Simão de Freitas, Arnaldo Manoel Pereira Carneiro, Augusto César Pessoa Santiago, Benício de Barros Neto, Bruno César Machado Galindo, Carlos Alberto Cunha Miranda, Carlos Sandroni, Ivandro da Costa Sales, José Gildo de Lima, Luiz Carlos Miranda, Vera Lúcia Menezes Lima, Zanoni Carvalho da Silva.

Editores Executivos: José Rodrigues de Paiva, Antonio Paulo de Moraes Rezende

Editora associada à



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Projeto Gráfico e capa

Diogo Cesar

Revisão

A autora

Impressão e acabamento

EDUFPE

Catálogo na fonte:

Bibliotecária Joselly de Barros Gonçalves, CRB4-1748

- V554t Verri, Gilda Maria Whitaker.
Templários da ausência em bibliotecas populares / Gilda Maria Whitaker Verri. – 2. ed. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2010. 165 p.
Originalmente apresentada como dissertação da autora (mestrado – UFPE. Sociologia, 1990).
Inclui bibliografia e índice onomástico.
ISBN 978-85-7315-822-9 (broch.)

1. Bibliotecas públicas – Recife (PE) – História. 2. Bibliotecas regionais. 3. Cultura e política. I. Título.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.

Homenagem a
José César Regueira Costa

Agradecimentos a

Rachel e Bruno, por todo o afeto.
Geraldo, Gisela, Paola e Marília, Nilton e Gabriela, pela paciência com uma
presença tantas vezes ausente.

Antônio Jorge Siqueira,
Edson Nery da Fonseca,
Jairo Lima,
Jomard Muniz de Britto,
José Luiz Mota Menezes,
José de Souza Alencar (Alex),
Luzilá Gonçalves Ferreira,
Maria José de Matos Luna,
Raymundo O. de Andrade,
Virgínia Pontual,
Washington Luiz Martins da Silva,
Leitores, de um tempo vivido.

Oradores:

Carlos Pena Filho

Este ponto verde aqui, feito de folhas e flores,
é o Jardim Treze de Maio, onde os nossos
oradores vão um ao outro contar como foi
que conseguiram a vida inteira passar nas
trevas da ignorância sem nunca desconfiar.
Pois, cada qual sente um gênio dentro de si
borbulhar e, coitadinhos, nem sabem que o
que borbulha é a ameoba que não puderam
tratar.

Oradores:

Como recitar como recontar o
lamento — triste ou irônico?

De

Carlos Pena Filho?

UM MODO ESPECIAL DE ESTAR PRESENTE

Antônio Jorçe Siqueira

Tudo quanto sugere, ou exprime o que não
exprime, Tudo o que diz o que não diz,

E a alma sonha diferente e distraída.

(Fernando Pessoa, *Obra poética, Poesias* de Álvaro de Campos)

Templários da Ausência é uma importante contribuição para o debate que, atualmente, se trava em torno da consistência do projeto político das elites, no Brasil. Sinto-me na obrigação de esclarecer que conheço a fundo este trabalho, pois que, na qualidade de orientador da autora, no Mestrado de Sociologia da UFPE, pude verificar o quanto é gratificante afrontar alguns enigmas da cultura e da política nacional, superando dificuldades que se interpõem no caminho da pesquisa histórico-social do projeto político de nossas elites. Especialmente em se tratando de decifrar o que se poderia denominar de emblemas da cultura brasileira. É o caso deste livro.

Tamanhas dificuldades, entretanto, não foram motivos que impedissem a autora de levar a bom termo a tarefa a que se propôs. O que ela oferece, agora, aos leitores é um primor de texto que enriquece a trama da cultura política nacional. Debruçando-se no caso específico do Recife, subsidia a história da cidade acerca do projeto político da elite brasileira, mormente no período de 1930, projeto este que consubstancia o Estado Novo e o próprio momento da redemocratização, a partir de 1945, prolongando-se até 1964.

No emaranhado das dificuldades costumeiras com que a autora se defrontou ao longo do seu trabalho de pesquisa havia, entretanto, algumas certezas. Entre elas a de que seria extremamente importante, necessário até, e oportuno, apreender-se a razão da importância política que a elite daquele período dedicava à cultura. A partir daí, tornou-se então estimulante, do ponto de vista da análise social e histórica, decifrar a emblemática proposição de uma cultura nacional que, de acordo com a elite dirigente daquele momento, integrasse o *segmento popular* de nossas cidades, seja para preservar, segundo a mentalidade da época, a *personalidade nacional*, seja para aglutinar as classes

menos favorecidas do país em torno de um projeto econômico, politicamente habilidoso e hegemônico.

É oportuno lembrar, neste sentido, o ideário de Azevedo Amaral e de Paulo Augusto Azevedo através da revista *Cultura Política*, sem dúvida, excelente material para uma análise dos vetores ideológicos daquele momento nacional. Percebe-se a estratégia de propaganda e não tanto do debate das linhas mestras desse referencial político que procurava fugir aos parâmetros do liberalismo clássico. A elite dirigente não estava à procura de um modelo político para o país e que envolvesse os diferentes segmentos sociais nessa busca de alternativas. Ao contrário, já tendo o seu modelo, partia, pura e simplesmente, em busca de políticas de adesão para a legitimidade do projeto.

Iniciava-se a discussão de temas políticos, até então autênticos *tabus*, restritos e restritivos às cúpulas nacionais, como o tema do estado, agora proposto como inovador, ágil enfim, *novo*, em tudo distinto e distante da esqualida figura daquele estado oligárquico da República. A partir de então se consumaria a discutível periodização a que o país se habituou em *nomear* as aventuras políticas dos grupos dirigentes em *novo* e *velho*. Importava marcar a *novidade* da presença, mesmo que esta se limitasse apenas aos cenários e adereços. Os atores, posto que, permanecendo os mesmos, investem na *novidade* do estilo. E a novidade no estilo consubstanciava a garantia de novas parcerias. Necessitava-se de interlocutores, sobretudo, para marcar a diferença com relação ao estilo-monólogo do poder oligárquico, até então prevalecente.

Também sonhava-se que o projeto político redefinido perdurasse, afinal, o poder estava em jogo. Era preciso criar a sedimentação cultural, com vistas a plasmar um imaginário social. Partiu-se, então, para a implantação de uma rede de bens e serviços culturais, até então inéditos, como é o presente caso das bibliotecas populares. Ineditismo cultural com vistas a implementação de uma proposta política trabalhada com enorme habilidade por parte das elites dirigentes do país. Talvez com a maior eficácia da história política deste mesmo país. Angela de Castro Gomes, por exemplo, mostra em seu livro *A Invenção do trabalhismo* que um dos mecanismos institucionais do Estado Novo, como o Departamento de Imprensa e Propaganda, o famoso DIP getulista, supervisionava os mais variados instrumentos de comunicação de massa. Para isto, contava com seis seções que, além de incluir a propaganda, a radiodifusão,

o cinema e a imprensa, supervisionava o teatro, o turismo e outros inúmeros serviços auxiliares. Aqui em Pernambuco, Agamenon Magalhães, inicialmente como interventor e depois como ministro de Getúlio, ficou na história como exemplo de determinação e político obstinado deste *estadonovismo*.

A elite nacional continua sendo objeto de reflexão. Este livro é uma preciosa contribuição a este tema, neste período, a partir do Recife. É um trabalho extremamente fecundo e elucidativo da ação política do estado centralizador, no Brasil. Um texto, igualmente ilustrativo, de como o nacional se explicita pelo regional através das especificidades. Afinal, é a dimensão do poder multifacetado, de difícil codificação e interpretação, até mesmo na tarefa de circunscrevê-lo. Mas não como absolutamente impossível. Aí está o texto de Gilda Verri.

Não é por acaso que, na história política nacional, continuem tão presentes estes templários da ausência. Afinal, é assim que, paradoxalmente, a ausência se faz presença e nos interpela como *emblema*.

Antônio Jorge Siqueira, historiador e cientista político.

TEMPLÁRIOS DA AUSÊNCIA

Edson Nery da Fonseca

Com este belo título a professora Gilda Verri apresentou ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco uma dissertação para obter o grau de Mestre em Sociologia. Templários, como se sabe, eram cavaleiros que, no século XII, fundaram em Jerusalém uma ordem militar para defesa dos lugares santos e dos peregrinos contra os muçulmanos. Por que templários? Porque sua primeira sede foi edificada no lugar do antigo templo de Jerusalém.

A dissertação trata de um movimento deflagrado pela Prefeitura Municipal do Recife, nos anos 40, com o objetivo de elevar o nível cultural da população. Os meios utilizados foram a discoteca (com auditório, cabines individuais e uma coleção de livros sobre música), um posto de empréstimo de livros no centro da cidade, bibliotecas nos bairros de Encruzilhada, Casa Amarela, Afogados e Santo Amaro e um ônibus-biblioteca.

Os administradores e bibliotecários que tomaram parte nesse movimento seriam os templários — guardiões desses templos do saber que são as bibliotecas — de uma ausência representada pela extinção do órgão gerador de tantos benefícios culturais: o Departamento de Documentação e Cultura — DDC, concebido e dirigido por José César Regueira Costa.

Valendo-se de um forte instrumental teórico e vencendo as dificuldades decorrentes da lamentável desmemória documental brasileira, Gilda Verri fez uma reconstituição detalhada e fiel daquele momento, mostrando sua ligação com a estrutura político-social então dominante no Recife, capital não apenas de Pernambuco, mas de um Nordeste ainda meio feudal, como o caracterizou Gilberto Freyre. É trabalho, o seu, de pensadora e não o de simples cronista.

Como fui um dos templários a que se refere Gilda Verri, sou muito

citado no texto e abundantemente referenciado na bibliografia. Não sendo, porém, dos que cedem, como Esaú a Jacó, ao sabor de um prato de lentilhas, sinto-me no dever de protestar contra a acusação que me faz a autora de ter adotado “uma posição sectária” (p. 104) e assumido “uma postura de elite” (p. 106) ao salientar, em 1951, que o objetivo da biblioteca pública é “a educação e o aperfeiçoamento cultural do povo”. Injusta é, ainda, a inclusão do meu nome entre os que, naquela época, falavam *de povo*, “como uma forma estratégica de manter o poder político, mesmo que seja em nome da cultura” (p. 105).

A carapuça cabe muito bem ao por ela citado governador Agamenon Magalhães e não a um pobre bibliotecário que servia à Prefeitura do Recife sem esconder sua afetuosa ligação com um escritor em franca e desassombrada oposição ao agamenonismo, como Gilberto Freyre. Não vejo como nem porque pudesse eu, num simples discurso de paraninfo, “examinar com profundidade”, como exige agora, a professora Gilda Verri, a complexa questão do “alcance político e ideológico das bibliotecas”.

Templários da ausência, também fomos — é outra acusação da professora Gilda Vem — ao deixarmos de fazer uma revolução social com as bibliotecas populares do Recife. O que me faz lembrar do comunismo ingênuo de Oscar Niemeyer, ao escrever que ele e Lúcio Costa esperavam transformar as arcaicas estruturas sociais brasileiras por meio do urbanismo e da arquitetura de Brasília (cf. *Minha Experiência em Brasília*): uma utopia magistralmente analisada pelo antropólogo norte-americano James Holston em sua notável obra *A Cidade Modernista* (Companhia das Letras, 1993).

Concordo com a professora Gilda Verri, em que o admirável movimento cultural do Recife dos anos 40 e 50 fracassou por ter sido uma iniciativa governamental. Já em 1943, Rubens Borba de Moraes explicava o sucesso da biblioteca pública nos Estados Unidos por ser criada e administrada pela comunidade. Mas aos *templários* daqueles anos não restava outra opção: ou se engajavam na iniciativa governamental ou iam cuidar de enriquecer nas empresas privadas.

De qualquer modo, a professora Gilda Verri presta um grande serviço, reconstituindo aquele movimento cultural que tanto enriqueceu o Recife. O idealismo dos que o planejaram e administraram não foi anulado pela estrutura governamental da fonte financiadora. Algum bem ele operou, tanto que

a autora registra em sua dissertação o lamento dos que lembram com saudade “os tempos do DDC”. Os templários do século XII acabaram defendendo não os peregrinos da Terra Santa, mas o dinheiro acumulado em bancos por eles fundados. Aos do DDC só restou a amarga ausência estudada pela professora Gilda Verri.

Edson Nery da Fonseca, escritor e jornalista. Publicado no
Jornal do Commercio, Recife, 12 de setembro de 1993.

À PROPÓSITO DE BIBLIOTECAS

José Luiz Mota Menezes

O *Boletim da Cidade e do Porto do Recife*, de janeiro a dezembro, de 1946-1949, número 1934, em página interna, ilustrada, traz a seguinte legenda: “A Biblioteca Popular da Encruzilhada e a de Santo Amaro foram instaladas pela administração Moraes Rego e prendem-se a antigo plano da Diretoria de Documentação e Cultura qual o de dotar os bairros do Recife, sobretudo aqueles de maior concentração de gente de baixo nível econômico, de bibliotecas de carácter popular, atraentes claras e confortáveis. As bibliotecas populares da municipalidade, moldadas nas modernas bibliotecas norte-americanas, oferecem acesso fácil às estantes e permitem o empréstimo de livros para leitura em domicílio. A Prefeitura do Recife, sob a administração do Prefeito Antônio Alves Pereira prossegue os trabalhos de instalação da Biblioteca Popular de Casa Amarela, cuja pedra fundamental foi lançada em 7 de janeiro deste ano. O Projeto do mobiliário da Biblioteca Popular é de autoria de Hamilton Fernandes, executado pela movelaria Livramento, de Benedito Pereira e o da Biblioteca Popular de Santo Amaro é de Hélio Feijó, execução a cargo da Serraria São Geraldo de Auler & Cia”.

A notícia não apenas diz das bibliotecas, mas vai mais além, expõe toda uma filosofia que norteava a Prefeitura do Recife, continuada em pelo menos duas administrações e de responsabilidade da Diretoria de Documentação e Cultura. Tal maneira de agir, no campo da educação e consequentemente da cultura, é expressa também através da publicação do *Boletim da Cidade e do Porto do Recife*, da *Revista Arquivos* e do *Semanário Praeiro*, que circulava nas praias do Recife durante a temporada balneária.

A preocupação em divulgar o Recife e elevar o nível cultural da população, essencialmente a menos favorecida, levou à criação, na sede da DDC, de

uma Discoteca Pública, inaugurada em 24 de abril de 1948, que possuía cabines para audições individuais, um pequeno auditório, sala de leitura, onde se encontravam livros acerca de música e arte em geral, revistas especializadas etc. Em nota, a respeito, da época, se descreve as suas instalações: “A Discoteca Publica Municipal oferece programas semanais, no auditório e audições individuais nas quatro cabines que são providas de instalação de ar condicionado. Vários cursos têm sido promovidos pela Discoteca, notando-se os cursos de línguas, pelo processo *Linguaphone*, com o acompanhamento de professores especializados. Conferências, palestras e debates, a cargo de intelectuais como Ciro dos Anjos, Leon Degan, Augusto Rodrigues, Oscar Mendes, Murilo Mendes, Hermilo Borba Filho, Carlos Anes e outros, têm concorrido para maior movimentação da Discoteca Pública Municipal, impondo-a à simpatia da população. Mobiliário desenhado por Hélio Feijó e executado pela Marcenaria Livramento. Instalações eletroacústica de S.A. Phillips do Brasil. Condicionamento de ar de Byington & Cia.”

A DDC tinha sede no 9.º andar do Edifício dos Bancários, na Avenida Guararapes, centro da cidade, e nela vimos os belíssimos ambientes, decorados pelo artista Hélio Feijó, então realizando o que antes fizera outro artista notável Hamilton Fernandes. No Hall de entrada da Diretoria, duas pinturas de Hélio Feijó. A biblioteca de Artes era das melhores, pela atualidade e importância dos títulos, que existia naquela altura. A Discoteca, em discos de 78 rotações continha uma excelente seleção de compositores e intérpretes.

Um momento notável aquele vivido pelo Recife e no qual circulavam tantos intelectuais, quer em torno da DDC ou do IPHAN — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Na Diretoria, um nome se destacava, além daquele de Souza Barros, o do incansável José Césio Regueira Costa. Culto, organizado e persistente talvez essas três palavras não definam tão bem o sempre correto Césio.

O que o presente texto resgata representa um período de muita importância para o Recife. Período que alcançamos nos seus estertores, mas que ainda pudemos usufruir, inclusive como frequentadores da discoteca e biblioteca, onde nesta entramos em contato com a obra de grandes artistas, qual um Miguel Angelo Buonarroti, em belíssimo livro ilustrado.

Nos causou vergonha o que ocorreu depois. No salão de toailete do Teatro

Santa Isabel, vimos amontoados aqueles livros que tanto nos entusiasmaram. Depois, foram transferidos para outro local, e recentemente, aos farrapos, os restos, encontrados em duas ou três prateleiras de estante, na Galeria Metropolitana Aloísio Magalhães, um espectro do que foi a biblioteca, apesar do interesse do responsável pela Galeria. Dos discos não sabemos o paradeiro.

A oportunidade de edição da dissertação de Gilda Maria Whitaker Verri vem preencher uma lacuna muito grande sobre tal fase da cultura pernambucana e nos descrever, com o cuidado e proficiência da autora, as realizações e o mundo dos personagens envolvidos nesse notável momento do Recife. Somos gratos à autora pela permissão dessas palavras iniciais.

José Luiz Mota Menezes, arquiteto e historiador.

SOBRE UM TEMPO:
DOIS DEPOIMENTOS

SOBRE UM TEMPO, SOBRE UM LIVRO

Luzilá Gonçalves Ferreira

Fiquei morrendo de inveja — que não tem um nada de maldade, mas que é pura vontade de poder ter achado coisa linda assim — quando vi o título deste livro de Gilda e a poesia que encerra e o mundo que sugerem as palavras que o compõem. Mas o tempo que ele evoca faz parte de um passado que vivi e que deixou tão lindas lembranças, que foi o maior prazer estar aqui escrevendo. Não lembro que idade tinha exatamente quando isso aconteceu — aliás, desde que completei meio século, parei de me preocupar com o tempo que a gente vai contando para me ocupar com as coisas boas que inda tenho de fazer, que as há em quantidade, e o sonho dura um instante, como dizia o outro. Recordo somente uma menina magrinha, apaixonada por livros e sem dinheiro para os comprar, aguardando ansiosa a noite em que o grande ônibus da Biblioteca Ambulante da Prefeitura acampava no circular de Campo Grande (os moradores antigos do bairro sabem o que chamávamos de circular, e era onde o bonde fazia o retorno para o centro).

A passagem da Biblioteca — era o tempo de Pelópidas? De José Césio no Departamento de Extensão Cultural que, aliás, nem se chamava assim e era o DDC que promovia, além disso, audição de discos clássicos, comentada por especialistas? — Era anunciada pela rádio, pelos jornais. E às seis da noite ela estava lá, iluminadíssima, novinha, as coleções de livros intactas, belas, encadernadas, e tudo aquilo tinha um perfume que era mais do que o simples cheiro do papel: antes uma promessa do que seria o mergulho no sonho, o encontro com aqueles seres extraordinários que escreviam coisas lindas e que eu descobria maravilhada. Ah, ler todo o Alencar, e *Crime e Castigo* de Dostoiévski, e Tolstoi, descobrir o Diário de uma exilada russa, e Selma Lagerlöf, e aquelas irmãs Bronte, que me transportavam a universos misteriosos, tensos, e me ajudavam

a ler o mundo.

Depois a Biblioteca sumiu, e me disseram que uma oposição cerrada se fizera àquele projeto de levar a leitura a pessoas que necessitariam antes de um ambulatório médico e de comida. Como se a beleza não fosse igualmente uma necessidade e que a alma também não precisasse de alimento. Mas aí eu descobri uma outra fonte de prazer, e era a biblioteca da Encruzilhada também pertencente ao DDC, salvo engano meu. E aí os livros não eram tão novos, mas havia os cinco volumes do Jean-Christophe, de Romain Rolland, e havia, beleza pura, o Sparkenbroke de Charles Morgan, e havia Katherine Mansfield e Indiana, de Amantine Lucile Aurore Dupin, a George Sand do filme *A Noite Sonhamos*. (Hoje, quando recordo essas leituras e esses nomes, me espanto do faro de leitora que possuía a adolescente que eu era). E havia a *História das Grandes Óperas*, que eu devorava, volume por volume, e eu vibrava com os trechos que se citavam, e descobria com Carmem que “*l'amour est enfant de bohème*, e que *tutto è folia, folia nel mondo*,” como cantavam os personagens da Traviata. E existiam as grandes biografias de compositores: a de Chopin, por Guy de Pourtalès, a de Beethoven por Emil Ludwig, entre outras.

Não sei aonde as adolescentes sem muito dinheiro vão ler hoje os livros que eu lia, nessa época que Gilda pesquisou e ressuscita para nós. Sei que Gilda anda tentando um trabalho com bibliotecas, e fico torcendo pra que tudo dê certo, num país que tanto descuida de semear livros a mãos cheias (mancheias, Castro Alves?) e de mandar o povo sonhar, como o queria o poeta. Em todo caso, a pesquisa foi feita, que testemunha de uma época em que também não se nadava em dinheiro, mas em que pessoas abnegadas e preocupadas com a cultura do povo, sabiam o que fazer com os magros recursos de que dispunham. A pesquisa foi feita, o livro está aqui e é belo.

Luzilá Gonçalves Ferreira, escritora.

Em 15 de março de 1996.

SOBRE UM TEMPO: TEMPLÁRIOS DA AUSÊNCIA

José de Souza Alencar (Alex)

Estou com vários livros que recebi ultimamente e não tenho tido tempo para ler cada um deles de fio a pavio, como costumam dizer. Leio algumas partes ou capítulos, assinalo o que acho interessante e vou ficando atualizado. Um deles é *Templários da Ausência* de Gilda Maria Whitaker Verri, professora do departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco. Muito bom livro e abro um pequeno espaço para dizer como lamento essa falta de tempo para me dedicar mais a duas coisas que me seduzem: cinema e leitura.

Gilda Maria Whitaker Verri narra o Pernambuco sob o Estado Novo, a interventoria de Agamenon Magalhães e a prefeitura de Antônio Novaes Filho. Ela documenta cada biblioteca e não me detive, sinceramente, nesses capítulos. Mas li detalhadamente tudo que ela escreveu sobre a Discoteca Pública Municipal, da Diretoria de Documentação e Cultura, inaugurada em abril de 1948, quando já estava residindo no Recife.

Ficava situado num dos prédios, aqueles altos, da Avenida Guararapes, creio que o vizinho onde está o Savoy, no térreo. Ficava num sétimo ou oitavo andar, não lembro mais. No entanto, lembro muito bem da Discoteca Pública Municipal, uma ideia de José Césio Regueira Costa. E lembro porque frequentava todas as semanas aquele recanto cultural. Era esplêndido e fico a pensar como, há 48 anos o Recife teve um centro de cultura como aquele...

Foi ali, estudante de Direito, pobre, sem ter posses para discos e as indispensáveis aparelhagens, que tive acesso à música clássica, com toda facilidade e conforto, ouvindo as músicas que pedia, em ficha antecipadamente preenchida. Ravel, Debussy, Bach, Beethoven, Chopin e tantos outros compositores que religiosamente ouvia. E sem pagar um tostão, sem maiores protocolos para ter direito aquela regalia. Era uma maravilha. Havia também um

pequeno auditório onde aconteciam debates todos os sábados sobre os mais variados temas. Quem se lembra de Tilde Canti? Era uma pintora casada com um dos senhores da família Franca. Certa vez estava lá e passaram a discussão da pintura para o cinema e enfrentei Tilde com o que sabia de cinema. Ela me olhou com a indiferença de quem não gostaria de perder muita conversa com um jovem desconhecido. Mas teve de aceitar uma correção que fiz sobre um filme. A pintora errou o nome do diretor.

A Discoteca Pública foi inaugurada com a presença do governador Barbosa Lima Sobrinho, essa figura notável que todo o Brasil admira. E deu sinal verde ao prefeito Manoel César de Moraes Rego para que Césio pudesse instalar a discoteca. Além das cabines para se ouvir música, individuais, repito, havia um estúdio para gravação, que era a última novidade em técnica, na época.

Ah, dona Verri, você me fez feliz com o seu livro porque me permitiu reconquistar um tempo, nesse Recife, que era menos violento e, mais fácil. A Discoteca Pública foi uma ideia avançadíssima para o seu tempo, e que também fui lembrar ao visitar alguns museus da Europa e nos Estados Unidos, onde cada pessoa tem à sua disposição todo um esquema técnico para que ele veja, em vídeo, em slides, obras dos grandes pintores. E recordar um Recife, no final da década de 40, saído das novidades do pós-guerra foi realmente bom. Estou muito grato por esse e outros capítulos do seu livro.

José de Souza Alencar (Alex), jornalista.

Publicado no J. do Commercio, Recife, 11 de março de 1996.

PREFÁCIO

Ao implantar serviços de leitura pública, há sessenta anos, a Prefeitura Municipal do Recife fincou marco histórico-cultural. Foram sobretudo instalações da Discoteca, das Bibliotecas Populares e da Ambulante que possibilitaram um sentido de organização social da cultura, delineado pela interação entre o Estado e o público. Os intelectuais, que formularam a ideia, organizaram as atividades e defenderam essas instituições, tiveram respostas alentadoras através de dados publicados em jornais da época, indicando a presença constante, naqueles locais, de crianças, jovens e adultos. Para os usuários e intérpretes do processo, a descoberta de significados proporcionados pela música, ou pela generosidade do livro, mostrou os caminhos do sentir ou do pensar a realidade e a ilusão do mundo ao redor.

Assim aquele movimento, determinado por relações político-sociais, tendo por objetivo questões fundamentais para a cultura escrita, foi planejado e implantado com o auxílio de meios técnicos simples. A experiência pôde, neste livro, ser reconstruída com o apoio de fontes impressas, na certeza de que o “papel fala” — como constataram os nativos desta terra.

O texto que ora se reapresenta busca a aproximação do passado ao presente e ao futuro, a ser visto pela ótica ou pelo sentimento de quem reconstituiu, construiu, viveu, ou fruiu dos diferentes momentos proporcionados. Nesta edição, o acontecimento cultural ocorrido no Recife foi ampliado pelos belíssimos depoimentos de Luzilá Gonçalves Ferreira e de José de Souza Alencar Alex sobre um tempo vivido, que a memória captou, porque formada por um conjunto de objetos e de ações que interagiram, solidárias, em um determinado espaço.

Os leitores de hoje, usuários das Bibliotecas Populares de Casa Amarela e de Afogados, em 1979 incorporadas à Fundação de Cultura Cidade do Recife,

da Prefeitura da Cidade do Recife, herdaram um cenário digno e um acervo de ideias impressas. Depositárias do pensamento universal transmitido pela cultura escrita, as bibliotecas podem e devem ser reconstituídas a partir de novas circunstâncias e perspectivas, sempre voltadas para proporcionar leitura e elevação do nível intelectual dos cidadãos.

Recife, setembro de 2010.

Gilda Maria Whitaker Verri

INTRODUÇÃO

Necessária ao controle e à guarda do conhecimento e de informações, a biblioteca, ao longo da história social, sempre ocupou um lugar privilegiado junto aos sacerdotes, governantes, nobres, cultos e letrados. Essa posição de exclusividade, que também se faz notar no processo de colonização brasileiro, reflete-se no Recife até meados do século XIX. O aparecimento, por essa época, de tímidas propostas da classe dirigente, para ampliar e colocar a biblioteca ao alcance de um maior número de usuários, não alterou o seu caráter elitista definido nas origens.

O analfabetismo e as precárias condições de funcionamento de bibliotecas na cidade cercearam as possibilidades de uso, de expansão, de proveito e de fruição da cultura, por parte das classes populares até a metade do século XX.

Naquele momento, o Recife, que servira de palco à discussão de ideias e de tantos movimentos políticos, vê surgir, ainda no Estado Novo, um grupo de intelectuais e educadores que compreende como ocorrem as relações sociais a partir das características diferenciadas de um povo. Ao mesmo tempo em que se apercebe estar diante de um Estado organizado para ser sujeito histórico. O grupo, em conversas, discussões e formulações em torno de questões sobre filosofia, educação, literatura, urbanismo, tradições culturais, estatística, música, entre outras, encontra no livro o veículo cultural por excelência.

Com a leitura apropria-se de um recurso para a descoberta de uma nova visão de mundo. Para deixar claro e difundir os ideais de maior abertura e renovação de caminhos para a transformação cultural, liberdade de pensamento e justiça social e econômica, o ponto de partida seria a elevação do nível cultural da população. Bastaria, para isso, desvendar uma das vias a ser alcançada. Portanto, defende e recorre à função social da biblioteca e do livro.

Múltiplos ambientes destinados à disseminação da cultura universal poderiam ser legitimados como bibliotecas populares.

Assim, expondo ideias e razões, são demandados ao Estado espaços para a divulgação da leitura. A partir do esboço de uma política cultural mais ampla, a expansão dessa atividade possibilitaria a redução de uma das desigualdades entre ricos e pobres. Na realidade, ao Estado interessará assumir, ampliar e gerir a difusão da cultura, o que se dará através do Decreto-Lei 428, assinado pelo Prefeito da Cidade, em 08 de junho de 1945. Fica, portanto, determinado o que, por que, para quem, como, onde se oferece e quem se responsabiliza por serviços, práticas, ideias e sentimentos expressados, registrados, suscitados e influenciados por diferentes formas de manifestações culturais. Com esta diretriz, são definidas a apropriação e a expropriação da informação e da documentação no que se refere à forma e ao conteúdo dos diferentes produtos que expressam manifestações culturais: livros, revistas, discos, fotografias, películas cinematográficas e outros suportes.

Estes pontos indicam ou sinalizam como reencontrar, rever e reconstituir a trajetória e o sentido dados pelo Estado às bibliotecas e à leitura pública no Recife, e constituem referências básicas para este trabalho.

Iniciado pelo encontro oral com a história, precedendo a literatura específica, o estudo foi facilitado pela visita às pessoas de ontem, que hoje relembram com saudade e emoção, os “tempos do DDC”. E por meio da leitura e da música deixaram perpassar a dimensão exclusiva de comunicação entre texto e leitor, entre harmonização sonora e ouvinte.

Os primeiros passos dados em busca de relatos, interpretações e posições assumidas e documentadas por indivíduos que tiveram maiores ou menores vínculos com essas instituições, serviram de base para atenuar e organizar as inúmeras dificuldades projetadas no plano da investigação documental, e nas linhas que davam a dimensão social e política do problema que se esboçava: a significação política das bibliotecas populares no Recife.

Ao mesmo tempo, definitiva e cuidadosamente, objetivavam-se medidas que levariam os materiais bibliográficos a serem compulsados: livros e folhetos, jornais e boletins do Recife, cobrindo o período de 1942 a 1963.

Na reconstituição desse quadro, destacavam-se atividades em torno da música: no Conservatório Pernambucano, da Orquestra Sinfônica; do teatro: “de

Amadores”; das artes gráficas: “O Gráfico Amador”. Na cena, também ganhavam espaço os papéis privilegiados exercidos pelas emissoras, com transmissões e programas de auditório, PRA-8 Rádio Clube de Pernambuco e Rádio Jornal do Commercio, que propagava: “Pernambuco falando para o Mundo” e mais os cinemas: Art-Palácio, Trianon, Politeama, Boa Vista, Royal, Glória, Torre, São Luís, Moderno; as praças e os jardins públicos: Praça do Diário de Pernambuco, Treze de Maio, Derby, Chora-Menino, Entroncamento, Euclides da Cunha, Casa Forte, Encruzilhada, Beberibe, Largo São Luís, todos dando o toque de divertimento de massa.

Nesse painel têm lugar marcado: a Universidade do Recife, o Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, o Conservatório Pernambucano de Música, a Academia Pernambucana de Letras, o Museu do Estado, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Instituto de Arquitetos do Brasil, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Ainda, nesse cenário acrescentam-se colégios e escolas: Damas Cristãs, São José, Regina Pacis, Eucarístico, Nóbrega, Marista, Salesiano, Nossa Senhora do Carmo, Americano Batista, Porto Carreiro, Padre Felix, Oswaldo Cruz, Instituto de Educação de Pernambuco, antiga Escola Normal, Escola Pinto Júnior, Ginásio Pernambucano, Escola Experimental, e mais: as Livrarias Imperatriz, Colombo, Mozart, Editora Nacional e Ramiro Costa que, entre materiais de pintura, desenho e escritório, ativavam a divulgação de novos lançamentos editoriais, incluindo revistas locais e nacionais. As atenções para o quadro projetavam, para os próximos anos, a polarização para o desenvolvimento econômico e para as questões e comprometimentos político-partidários. De um lado com a Codepe, Comissão para o Desenvolvimento Econômico de Pernambuco. De outro, com a implantação a nível regional, da Sudene — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — Duas instituições onde as respectivas bibliotecas passaram a se destacar pela qualidade e atualidade do acervo.

Todavia, as buscas intensas apontavam, sem localizar, a mensagem mais preciosa, a *Proposta* primeira, enviada por Manoel de Souza Barros ao Prefeito do Recife, em fins do Estado Novo.

Paradoxo: as bibliotecas populares não guardavam a sua própria história. Por extensão, nem a Prefeitura do Recife, nem a Biblioteca Pública, nem o

Arquivo Público. Consequentemente, tornou-se imprescindível recolher, um a um, todo o material — manuscrito ou não — que pudesse elucidar, de forma ampla ou restrita, as questões existentes. O ritmo do trabalho se fez lento. As coleções de história de Pernambuco ou da cidade encontram-se dispersas: ora em antigas faculdades ora em depósitos de livros velhos. Obras expressivas, muitas vezes citadas como fontes de pesquisas por autores de destaque, inexistiam para consulta. Estas dificuldades, entre tantas outras, ainda marcam e diferenciam a sociedade brasileira, com repercussões em sua formação cultural.

O esforço em recolher o maior número possível de documentos veio proporcionar, de forma inequívoca, pela organização e análise, o delineamento de proposições, objetivos, critérios, disposições, ações e obras que, ligadas ao tema, esvaziavam o mito da neutralidade das bibliotecas. Isto quer dizer que, nas entrevistas e em certos documentos negava-se ou tentava-se anular a sua natureza política, deixando as propostas e as ações revestidas de aparências apolíticas. Daí a revisão desse mito. Mais do que retratar, os fatos apresentados para análise vinculam-se às bibliotecas populares no contexto social, econômico e político da época. Foi preciso, assim, ir às suas origens e percorrer os caminhos por onde andaram.



Painel no hall do Departamento de Documentação e Cultura. Recife, 1949

À RESISTÊNCIA DAS BIBLIOTECAS

As bibliotecas resistem. Não morrem jamais. Esta percepção vem simbolizar, vincular e projetar a biblioteca na dimensão apocalíptica de Mário Quintana: onde a peste, tendo acabado com os homens, deixou, em compensação, ficarem as bibliotecas (1987, p. 67). Esta forte resistência insinua a capacidade heróica de manter viva a memória do passado, viver o presente e projetar o futuro. Percebida através da História, a biblioteca organiza-se, permitindo, em essência, a reconstituição de sua presença na sociedade.

Com certeza, se as bibliotecas não representassem um dos vínculos do homem com sua obra, sua importância se diluiria, deixando de ser um espaço privilegiado para estabelecer as relações de saber e poder. Portanto, é do desejo de agir, registrar, relembrar e da necessidade de divulgar ou ampliar ideias e lutas que as bibliotecas se formam. Ordenam-se e articulam-se para acumular, produzir, reproduzir e difundir o resultado da atividade criadora do homem. Ainda que, ao contemplar o trabalho intelectual, esteja sendo favorecido também o produto material: vez que o suporte, a fixação da produção intelectual é sempre materialmente produzido.

Pensa-se, com frequência, na biblioteca como uma instituição que existe em si e por si, onde, cumpridos determinados rituais, é possível localizarem-se ideias, sentimentos, realizações sagradas ou profanas necessárias ou contingentes, que representem o universo material ou simbólico do homem.

Este entendimento justifica a sua existência, mas deixa permanecer indefinidas a relação histórica entre si mesma e o meio social que a institui e traça seus limites. Assim, é colocado em plano secundário o papel dos fatores sociais e políticos como formadores da estrutura social da qual a biblioteca é parte integrante.

Desta forma, não é visível se a biblioteca exerce influência ou é influenciada por um grande número de fatores que condicionam sua aceitação, utilização e transformação, tanto do seu público como de si mesma. Como compreender a questão por este prisma? Inicialmente, verificando-se como são definidas e adquiridas as dimensões extraordinárias de um espaço que se projeta em dois sentidos. Um voltado para a dimensão interior, quando se destina à organização de um sistema de comunicação inter-humana. Outro, voltado para o sentido exterior, quando se torna instrumento social e político do homem.

As inter-relações que se desenvolvem nestes dois sentidos estabelecem um jogo político entre a instituição, os indivíduos e o Estado e determinam a sua integração ou diferenciação no conjunto de valores comuns que regem historicamente a sociedade. A biblioteca se instaura nessa relação de aprofundamento ou de renovação das características individuais ou grupais do homem.

Quando em uma determinada sociedade um aspecto torna-se mais relevante que o outro, e a predominância da inter-relação estiver diferenciada ou descuidada, restringe-se ou descaracteriza-se a sua ação. Então, as explicações tornam-se insuficientes no âmbito específico da Biblioteconomia, para justificar e reiterar a preservação e a difusão da informação registrada. É necessário buscar a contribuição da Sociologia para explicar em que condições históricas a biblioteca encontra sua real dimensão.

Em sentido restrito talvez se possa afirmar que a existência de bibliotecas começa com a própria história do homem. Com efeito, para a história grafada, a biblioteca sempre representou o lugar de passagem entre a conservação e a difusão de informações, ideias, sentimentos, valores, saberes e realizações do homem, engendradas por diversas relações ocorridas no interior das estruturas sociais. — Entende-se por estrutura social o modo de produção da sociedade, as relações de produção, quer dizer, as relações que se estabelecem entre os grupos e as classes sociais e a divisão do trabalho em material e intelectual.

Assim percebida, a biblioteca pode ser considerada sinônimo de história. “Se a história é a substância da sociedade” e a “sociedade não dispõe de nenhuma substância além do homem [...] cabendo-lhe[s] exclusivamente a construção e transmissão de cada estrutura social”, como afirma Agnes Heller,

buscar compreender por que, para quem, como e onde a história é representada, conservada e difundida, é uma forma de conhecer melhor como e a quem serve a biblioteca. Por isto, a história poderá servir de guia para esclarecer em que “circunstâncias” — aqui entendida como “a unidade de forças produtivas, estrutura social e formas de pensamento” (1985, p. 2). Logo, como as relações e situações humanas definem as relações da biblioteca nas estruturas sociais.

Na verdade, apesar do seu caráter discreto, a biblioteca vem existindo e resistindo às transformações das estruturas sociais e servindo à coletividade como um elemento sociocultural. Assim, ocupa espaços e opera segundo necessidades individuais ou grupais ligadas à natureza, ao trabalho, à cultura, ao sagrado e ao profano. De certa maneira, a biblioteca se articula hierarquicamente nas esferas de produção, na estrutura política, na vida cotidiana e nas relações com as ciências e as artes. E concretiza-se adquirindo corpo e assumindo, quando e como convém, formas que se caracterizam pelos tipos definidos, pelas necessidades e pelas condições materiais que determinam a relação contraditória entre as classes sociais.

Isto significa que a biblioteca constitui-se e serve distintamente a diferentes interesses, atravessando as classes sociais e tornando-se campo onde se acumulam contradições, oposições, afirmações, negações, tradições e inovações. Ressalta-se a força dialética que a biblioteca tem e propicia, permitindo entendê-la como uma instituição que, por meio de registros informacionais, relaciona-se e é impulsionada pela memória, pelo desenvolvimento e movimento histórico do homem.

Marcada por diferentes tipos e categorias, a biblioteca pressupõe algo mais que um espaço destinado à produção intelectual: representa um instrumento vigoroso capaz de favorecer, ressaltar, silenciar, ou ocultar a preservação e/ou difusão de informações que podem influir, direta ou indiretamente, nas inter-relações sociais.

Assim considerada, é possível avaliar a capacidade de resistência enfrentada pelas bibliotecas destinadas ao grande público. Nesse sentido, a Biblioteca Pública de Pernambuco, por uma série de sintonias e antinomias, submetida a várias circunstâncias ao longo de seu percurso, assume e revela características de resistência.

BIBLIOTECA: LETRA A LETRA

A reconstituição do processo formativo das bibliotecas permitiu desvendar aos poucos a origem, as intenções, as manifestações e os desdobramentos que um acervo de ideias, números e informações, ao mesmo tempo universais e locais, produziu para públicos onde as diferenças ou as igualdades sociais pesaram e decidiram a composição do espaço destinado à conservação e à divulgação de documentos.

Sob este aspecto, a formação de bibliotecas em Pernambuco está primeiramente relacionada com a vinda e a instalação de ordens religiosas em Olinda. Nas congregações existiam obras sobre diversas áreas do conhecimento. Em livrarias, como eram chamadas as bibliotecas, estudos latinos (língua e literatura), filosofia, história e geografia serviam como lastros do conhecimento escrito. Eram verdadeiros centros de cultura porque, “à falta de bibliotecas públicas, tínhamos as das casas religiosas, riquíssimas, pelo avultado número de obras, de todo o gênero que possuíam, sem contar com suas preciosas coleções de manuscritos, as quais eram franqueadas a pessoas estranhas, mediante licença”, como disse Pereira da Costa (1984, v. 6, p. 356), referindo-se às coleções dos jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos.

As necessidades catequéticas, o ensino das primeiras letras, a criação de cursos filosofia e os interesses pessoais dos religiosos davam impulso ao enriquecimento do acervo adquirido por compra ou por herança até meados do século XVIII, quando as bibliotecas conventuais entraram em decadência em virtude da desarticulação da hegemonia intelectual das ordens religiosas, em particular a de Santo Inácio de Loyola. — Reflexo da ação direta do Marquês de Pombal que concentrou, no plano educacional, o poder absoluto do Estado.

Como demonstrou Rubens Borba de Moraes, essas bibliotecas mantinham-se sob uma relação de dependência interna. Condicionaram-se e concentraram a existência, o alcance e a atuação aos limites e às gestões próprias da instituição mantenedora, ampliando ou reproduzindo os autores, os exemplares, fazendo ou desfazendo a ideia de complemento e divulgação do saber. Abriram ou fecharam portas em favor dos que dominavam a leitura, ou de pequenos grupos letrados, também estes possuidores de coleções especiais.

Por outro lado, esta correlação de força institucional incidia sobre fatores externos, que interferiam e alteravam o lugar da instituição na sociedade, redirecionando os destinos das coleções bibliográficas, franqueadas aos grupos interessados em novos conhecimentos.

Nesse sentido, as medidas de impedimento às ações das ordens religiosas deixaram no abandono as bibliotecas conventuais. As medidas políticas tomadas para a abertura dos portos e a escassez de livros propiciaram a entrada de várias obras, vendidas por preços exorbitantes, limitando assim o número de pessoas interessadas na aquisição. Tanto que o Recife, em 1815, dispunha de um só ponto de vendas de livros.

Em conseqüência, as bibliotecas particulares transformaram-se em novos pontos de divulgação de ideias, como registrou Pereira da Costa, referindo-se a Antônio Gonçalves da Cruz, como possuidor de “uma farta livraria, em que abundavam, de preferência, as obras de mais palpitante interesse político e propaganda revolucionária” (1984, v. 6, p.14). O período foi marcado pelos debates político-culturais. Participavam os Padres Manoel Arruda da Câmara, Francisco Muniz Tavares, Roma e Alencar, Frades Miguelinho e Joaquim do Amor Divino Caneca, que preparavam os movimentos autonomistas de 1817 e 1824. Como salienta Antônio Cândido, tinham a “iniciativa dos ilustrados pernambucanos, que diligenciavam por tornar acessíveis os livros, como o Padre João Ribeiro Pessoa na Academia Paraíso, franqueando a sua coleção e procurando enriquecê-la” (TAVARES apud CÂNDIDO, 1981, v. 1, p. 232). — Biblioteca que “o malogro da revolução fechou as suas portas, e os seus livros foram confiscados”, como registrou Pereira da Costa (1984, v. 9, p. 232).

Mas há que destacar a importância do Seminário da Graça, em Olinda, fundado por D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, onde repercutiram esses movimentos renovadores, pela difusão de teorias filosóficas, pelos

avanços pedagógicos e pelo relevo dado à biblioteca como fonte de pesquisa bibliográfica. Além de associações político-culturais onde o debate de informações e ideias tinham por base teórica autores da Ilustração Francesa. No contexto, a maçonaria teve papel relevante na formação de grupos de difusão do conhecimento e do culto à liberdade.

Em momento tão decisivo de participação política, social e intelectual, “a propaganda das liberdades pátrias, que explodiu em 1817, sugeriu entre outras ideias, a criação de uma biblioteca pública no Recife” (PEREIRA DA COSTA, 1984, v. 9, p. 231-232). A propaganda se difundiu com a recomendação do General Francisco José de Souza Soares de Andreia, em ofício ao Governador Luiz do Rego Barreto, propondo a instalação de uma biblioteca em uma das salas do Arquivo Militar. Os motivos pelos quais a proposta não avançou são desconhecidos, segundo Pereira da Costa.

Duas notícias sobre a questão foram registradas, em 1821. A primeira, anunciada pelo jornal *Aurora Pernambucana* e a segunda, pelo deputado Monsenhor Francisco Muniz Tavares, propondo, especialmente, às Cortes Constituintes de Lisboa, a criação de uma biblioteca pública, com um acervo inicial provindo do Padre João Ribeiro a “que pelo acontecimento de 1817 foi destruído, atribuindo-se a revolução aos seus livros” (PEREIRA DA COSTA, 1984, v. 9, p. 232). Visto que a época lia-se sob capas Rousseau, D’Alembert, Buffon, Adam Smith, Thomas Paine, Mably, Raynal, Volney, entre outros.

Mas as dificuldades em ler e escrever e o analfabetismo da maior parte dos habitantes, aliados à escassez de livros em circulação, tornavam atuantes os padres e os bacharéis. Na luta pela emancipação dos laços coloniais, eles buscavam, utilizando a oratória, o jornalismo e os textos políticos, a explicação dos fenômenos sociais por meio do exercício de interpretação do pensamento Ilustrado, da Revolução Francesa e do modelo norte-americano. Nesse período de efervescência revolucionária, a imprensa e os políticos visavam demonstrar as contradições econômicas, fazendo-se necessária, portanto, a impressão de documentos onde a literatura de estilo panfletário pudesse compor a opinião pública, com grande peso de religiosidade.

Daí, segundo Rubens Borba de Moraes, ser provável o Recife ter sediado a impressão de “letras de câmbio e orações piedosas” (1979, p. 62). Uma tipografia importada da Inglaterra teria sido posta a funcionar em 1817, pela

primeira vez, imprimindo o manifesto:

“Preciso dos sucessos que tiveram lugar em Pernambuco, desde a faustíssima e gloriozíssima Revolução operada felismente na Praça do Recife, aos seis do corrente mez de Março em que o generoso esforço dos nossos bravos PATRIOTAS exterminou daquella parte do Brasil o monstro infernal da tirania real” (MORAES, 1979, p. 163).

O aparecimento do *Preciso* estabeleceu um marco. Em seguida, um hiato entre uma impressão e outra. Em sequência, foram publicados manifestos na chamada *Officina Typographica da 2.^a Restauração de Pernambuco*. Mas, logo a licença foi cassada, “tomando em consideração o infame abuso que se fez da oficina tipográfica”, como alegou o governo do Rio de Janeiro, a Luiz do Rego Barreto, Capitão-General português que governava a Província de Pernambuco desde 1817 e representava a tendência liberal, no quadro contra-revolucionário. Assim, parte dessa oficina teve que ser mandada para o Rio, onde o governo centralizava e impunha sua autoridade. Entretanto, com o material restante e novos tipos, foi possível, em 1821, imprimir o jornal pioneiro *Aurora Pernambucana*, na *Officina do Trem de Pernambuco* (MORAES, 1979, p. 164). Atos e proclamações do governo foram impressos a mando do governante. Citados também dois outros jornais, que circulavam a época: *Segarrega e Relator Verdadeiro*. Outras impressões de caráter revolucionário foram feitas entre as quais o *Typhis Pernambucano*, a serviço da pena de Frei Caneca — Frei Joaquim do Amor Divino — e de Cipriano Barata, com as *Sentinelas*, distribuídas por diversas cidades. Mas não pára aí o fluxo de publicações.

Em fins de 1825, passou a funcionar o prelo do *Diario de Pernambuco*, que “pretendia ser antes de tudo uma folha de anúncios [...] aliada ainda ao sentido de ser noticioso” (MORAES, 1979, p. 75). Outros documentos apareceram, impressos na chamada *Officina do Trem Nacional de Pernambuco*, que recebeu o nome de *Typographia Nacional*, como elucidou Rubens Borba de Moraes (1979, p. 164). Olívio Montenegro, memorialista, salientou a importância do jornal *O Carapuceiro*, redigido entre 1832 a 1837, pelo Diretor do Liceu Provincial, professor de retórica, também ex-diretor da *Typographia*

Nacional, Padre Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama. A obra destinava-se à “doutrinação religiosa e política, crítica de ideias e de costumes” (MONTENEGRO, 1943, p. 14). Em 1836, as edições foram regularizadas em Pernambuco. Portanto, a essas primeiras impressões seguiram-se outras, de jornais ou documentos sobre economia, religião, política, filosofia, literatura e humor, considerados como necessários, em um período de alianças e rupturas políticas, onde se delineava um quadro de rebeldia civil.

Mas, se por um lado crescia o número de impressos, faltava, por outro, a criação de um local para a guarda e consulta de documentos que servissem também como fonte de instrução e de conhecimento.

A instrução pública estava a cargo do Liceu Provincial, inaugurado em 9 de fevereiro de 1826, onde eram ministrados os princípios elementares da ciência, em aulas maiores (desenho, retórica, gramática latina, filosofia, geometria, francês e inglês). Também ao Curso Jurídico instalado no Mosteiro de São Bento, em 1826, foram incorporados os livros da “extinta Congregação de São Felipe Néri [para] fazerem parte de um programa de estudos superiores que pertenciam à casa da Madre de Deus do Recife”, conforme atestou Pereira da Costa (1984, v. 9, p.372).

Dessa forma, crescendo o número de alunos, o governo Imperial criou, em 7 de dezembro de 1830, uma Biblioteca Pública em Olinda, no Convento de São Francisco, com a designação de um bibliotecário e franquia para o público pela manhã e à tarde, embora longe “dos requisitos de uma biblioteca pública”, como salientou Olívio Montenegro (1943, p. 31).

A necessidade de reformular o currículo do Liceu, em função de novas propostas para o ensino superior, redimensionou os interesses em defesa da Biblioteca Pública. Assim, o Vice-Presidente da Província, Francisco de Paula Cavalcanti, em 1836, manda “aplicar a renda de matrícula do Liceu na compra de livros que se deviam encomendar na França” (MONTENEGRO, 1943, p. 49).

Por intermédio do Presidente Francisco do Rego Barros, ressurgiu a preocupação em aumentar e preservar o acervo e o interesse em aliar biblioteca ao ensino. Assim, em 1838, ao encaminhar Relatório à Assembléia sugeriu a

“lei pela qual nenhuma obra impressa na Província pudesse ser

vendida, sem antes fossem depositados no Liceu dois dos seus exemplares”, [...] “a biblioteca criada em Olinda, em 1830, além de ser pouco frequentada por estar em lugar pequeno, nenhum bem pode prestar, compondo-se geralmente de livros, que ou pertencem a doutrinas pouco estudadas, ou estão aquém dos conhecimentos atuais” (MONTENEGRO, 1943, p. 49).

Este posicionamento em torno da Biblioteca confirmou e complementou medidas transformadoras adotadas para o Recife, por quem viria a ser Barão, Visconde e Conde da Boa Vista. No decorrer do seu governo, a ênfase às ideias e aos costumes da vida social e literária dos franceses pôde aqui se identificar. Foram ações para as áreas de educação, agricultura, comércio, indústria, artes, letras e urbanismo, ainda que os “estrangeirismos” trouxessem discussões divergentes entre intelectuais e políticos.

Fazia-se necessária, portanto, a legalização da Biblioteca, medida que veio em 1840, mediante consignação de verbas, e em 1841, pela Lei Provincial 90, com a

“criação de uma Biblioteca Pública, unido-se-lhe a Livraria existente no Liceo, e ficando authorisado o Presidente da Província a obter da Torre de Tombo de Lisboa copia dos documentos, que mais interessantes forem á história d’esta mesma Província, para ficarem depositados na referida Bibliotheca”.

Durante dois anos seguidos, foram alocados quatro contos de réis. Apesar disso, a biblioteca não foi instalada, mesmo porque, pela lei, não havia a nítida decisão de efetivar o recolhimento do material impresso em Lisboa ou no Recife.

Havia, contudo, algumas providências em andamento, comprovadas pela carta do Diretor do Liceu ao Presidente da Província, comunicando ter confiado ao professor de latim, Bernardino de Sena da Silva Guimarães, “a guarda e o asseio dos livros pertencentes à Biblioteca Pública, que se tem de criar em vista do artigo da Lei Provincial 110, de 29 de abril de 1843”.

Na verdade, o Barão da Boa Vista preocupado com os documentos que

deveriam vir de Portugal, sancionou a lei que “orça a receita e fixa a despesa para o ano financeiro de 1843 a 1844” onde o capítulo relativo à Instrução Pública dedicava o Art. 14

“com o principio da fundação de uma Bibliotheca Pública, ficando o Presidente da Província autorizado para obter da Torre de Tombo, e de outros archivos públicos e particulares de Lisboa, cópias dos documentos interessantes á história da Província, para serem depositados na bibliotheca: oito contos de réis”.

É pouco provável que, no decorrer do período, providências efetivas tenham sido tomadas, a ponto de suprir as deficiências da coleção da biblioteca. Visto que as mesmas recomendações foram repetidas na Lei orçamentária 150, de 4 de maio de 1844, onde o Vice-Presidente da Província de Pernambuco, Pedro Francisco de Paula Cavalcanti d’Albuquerque, “orça a receita e fixa a despesa para o anno financeiro de 1844 a 1845”. O Art. 13 repetia as *Recomendações* da lei anterior, acrescentando: “e bem assim a copia de quaesquer papeis relativos as antigas sesmarias concedidas pelos donatários para serem depositadas na bibliotheca”, tendo a dotação sido fixada em quatro mil réis.

As dificuldades do governo em “articular em um mesmo e único sistema orgânico os diversos quadros da administração pública”, como analisou o professor Montenegro (1943, p. 121), impediram que a biblioteca se desgarrasse do Liceu, o mesmo acontecendo com a Diretoria da Instrução Pública, todos padecendo de falta de espaço para acomodação de pessoas e objetos.

Em paralelo, os primeiros livros chegados da França e destinados à Biblioteca Pública tiveram que ser “recolhidos na sala da Secretaria”. Assim explicou o autor, acrescentando que novas remessas de maior vulto chegaram e, por falta de espaço naquele estabelecimento, foram remetidas para o Gabinete Literário de Pernambuco, criado com o fim especial de manter uma biblioteca, em 1839, tendo como sócios fundadores, os professores daquela instituição. Constatou-se que o projeto do futuro Conde da Boa Vista era instalar uma Biblioteca em separado, razão pela qual escreve ao Diretor: “Ordenei ao engenheiro chefe das obras públicas que orçasse a obra que é necessário fazer no edificio que

servia de Igreja do Colégio dos Jesuítas, para nele estabelecer-se a Biblioteca” (MONTENEGRO, 1943, p. 67). Sendo as atividades do Liceu de maior abrangência talvez explicasse a resposta do Diretor, Padre Francisco Pereira Barreto, sugerindo “a conveniência de juntamente com a Biblioteca passar-se o Liceu para essa Igreja, fazendo-se as adaptações necessárias”, continuou Montenegro, para em seguida constatar: “nem se fundou nesse tempo a biblioteca, nem foi o Liceu para o antigo colégio dos Jesuítas” (MONTENEGRO, 1943, p. 68).

A transferência de endereço desejada foi feita para um sobrado na Rua dos Pires, que havia sido do comerciante Gervásio Pires e, por estar em mau estado de conservação, logo provocou desassossego, com o teto vindo abaixo. Comentado pelos jornais, o acontecido em 1844 foi objeto de humor para o jornal, conforme o autor das *Memórias do Ginásio Pernambucano*.

Não obstante as condições serem desfavoráveis à Biblioteca, a designação de Manoel Rodrigues do Passo, como primeiro bibliotecário, resultou na compilação do *Catálogo dos Livros Pertencentes à Biblioteca Provincial de Pernambuco*, registrado por Tadeu Rocha em seu resumo histórico sobre livros raros e jornais antigos no Recife (1952, p. 3). O Liceu mudou de endereço por diversas vezes, com ele, a Biblioteca Pública — ainda que fossem reservados recursos financeiros e atividades próprias como determinavam as leis orçamentárias. Juntos, o Liceu e a Biblioteca representavam a corrente liberal e revolucionária da época, seja pelos professores na ação didática ou pela produção escrita, seja pelos livros que veiculavam ideias políticas, religiosas, literárias e humorísticas.

Para o Recife, em 1850 abriu-se outra perspectiva: a instalação do Gabinete Português de Leitura. No dizer de Pereira da Costa o “ato foi largamente concorrido” e teve lugar no Teatro Apolo, no Bairro do Recife. Os acionistas fundadores, todos portugueses, iniciaram de imediato a recepção de obras oferecidas pelos membros da diretoria e por outras pessoas para a biblioteca. Livros “acomodados em uma pequena e tosca estante de pinho”, assinalou o historiador.

— O Gabinete Português de Leitura ocupou diferentes prédios até 1912. Finalmente, foi instalado à Rua do Imperador, em edifício próprio, para que os

“senhores pernambucanos recebessem dessa associação de portugueses, tão nobre em seus fins, mais uma certeza de que não

disperdiçaram a sua hospitalidade, com estrangeiros ingratos, que só queriam desfrutar o país, sem plantar nele árvore nenhuma que dê bons frutos”, como assegurava um dos fundadores do Gabinete, Dr. João Vicente Martins (PEREIRA DA COSTA, 1984, v. 10, p. 470-471).

Em 1851, o presidente da Província, tomando conhecimento do sucesso obtido pela biblioteca do Gabinete Literário de Pernambuco, instituído em 1839 por religiosos, professores, desembargadores, comerciantes e outros, assumiu uma posição em defesa dessa iniciativa particular. Em relatório à Assembléia Legislativa, ressaltou a importância de uma biblioteca “não só pelo interesse público, como em honra da civilização desta cidade, jamais se deve permitir que a Livraria do Gabinete Literário seja vendida em leilão por baixo preço para pagamento de uma dívida aliás de pouca importância”. Apesar dos alertas nada se fez (PEREIRA DA COSTA, 1984, v. 9, p. 403).

Os estímulos dados à leitura, na cidade do Recife, foram vacilantes quanto à formação, à manutenção de acervos, à existência de locais adequados e ao controle de publicações impressas na Província. Estas questões tão próximas ao ensino e às disciplinas que o Liceu vinha procurando expandir emergem “a custa de sacrifícios a que os presidentes nas suas falas de todo o ano à Assembléia pareciam às vezes se referir com lágrimas na voz” (MONTENEGRO, 1943, p. 98).

Há, contudo, duas medidas que pareceram tornar efetiva a criação da Biblioteca Pública. A primeira dizia respeito ao projeto de lei do Deputado Dr. Joaquim Pires Machado Portela e a segunda, do Presidente da Província, Francisco Antônio Ribeiro que, em mensagem à Assembléia, destacou:

“quero refletir ainda na necessidade de fazer-se quanto antes algum sacrifício para dotar a Província com uma Biblioteca Publica importante, podendo em começo ser ela colocada no edifício do Liceu e aplicar-se-lhe especialmente o rendimento do imposto sobre a matrícula das aulas do mesmo Liceu, das do Seminário de Olinda, e das de Latim” (MONTENEGRO, 1943, p. 101).

O reforço às providências iniciais transformou-se em medida efetiva quando, em oito artigos, o Presidente da Província revogou a lei e disposições em contrário e mandou “a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente, como nella se contém”. Pelo texto da Lei 293, de 5 de maio de 1852:

Art. 1.º - *Fica creada n'esta Capital uma Bibliotheca Publica annexa ao Lyceo;*

Art. 2.º - *Para esse fim fica o Presidente da Provincia autorizado a empregar a quantia de 4.000,00rs, na compra de livros e assignaturas das mais acreditadas revistas estrangeiras;*

Art. 3.º - *Será encorporada á Bibliotheca a livraria existente no Lyceo;*

Art. 4.º - *Todas as typographias ficam obrigadas a remeter para a bibliotheca um exemplar de qualquer impressão que n'ellas se fizer;*

Art. 5.º - *O presidente da Provincia designará dos empregados do Lyceo os que forem necessários para a Bibliotheca, sem que por isso tenham de perceber estipendio ou gratificação alguma.*

Art. 6.º - *Haverá porém um Guarda com o ordenado de 600,00rs, e cujos encargos serão marcados no Regulamento, que o Presidente da Provincia dará para a boa execução desta lei;*

Art. 7.º - *A Bibliotheca fica sujeita immediatamente á inspeção e fiscalização da Directoria do Lyceo.*

O ato legal que, de certa forma reforçou os anteriores, concretizou alguns pontos a ressaltar. Primeiro: O Liceu continuou mantendo o seu “destino patriarcalista das antigas casas grandes de engenho” (MONTENEGRO, 1943, p. 101), uma vez que mantinha sobre o seu abrigo o Jardim Botânico (criado em 1811), a Sociedade de Medicina (1841) e, a funcionar, o Instituto dos Advogados. Além naturalmente do citado embrião de Biblioteca do Liceu e do extinto Gabinete Literário de Pernambuco. Segundo: a incorporação do acervo de documentos estrangeiros aparentemente não sofreu restrição de áreas ou assuntos. Terceiro: a livraria do Gabinete Literário, funcionando no Liceu, estava em penhora. Assim, a incorporação dos livros do grêmio, ao acervo da biblioteca, saldaria a dívida com o governo. Neste artigo, a lei

não se referia às obras adquiridas em gestões passadas, em mercados estrangeiros, na França particularmente, que estavam sob os cuidados do Gabinete. — Deviam ser as referidas por Pereira da Costa. Quarto: a biblioteca tinha uma característica básica: controle e conservação da produção bibliográfica de Pernambuco. Quinto: por não estarem definidas as atribuições do “Guarda”, poder-se-ia entender como alguém responsável pela organização, classificação e conservação do acervo ou simplesmente pela vigilância zelosa, vez que se institucionalizava a guarda de bens de pequenas dimensões destinadas ao uso público, por isso, sujeitos a desvios.

A dúvida quanto a este ponto da questão vai ser desfeita quando o significado do cargo pôde ser medido pela designação para a diretoria, de Manoel Rodrigues do Passo, escritor, poeta, colaborador do *Diário de Pernambuco* e a quem coube confeccionar o primeiro catálogo dos impressos, como notifica Pereira da Costa. Outra forma de avaliar a responsabilidade do cargo vem pelo número de títulos do segundo bibliotecário nomeado para a Bibliotheca Pública Provincial: Padre Lino do Monte Carmelo Luna,

“pregador da Capella de Sua Magestade o Imperador; Cavalleiro da Ordem de Christo; agraciado com especiaes privilégios pela Nunciatura Apostolyca, membro correspondente do Instituto Histórico e Geographico do Brasil, do Instituto Episcopal Religioso do Rio de Janeiro”.

O artigo sexto não indica se os livros seriam utilizados *in loco* ou emprestados em domicílio. A lei se fez cumprir em agosto do mesmo ano, com o ato de inauguração, em uma sala de desenho do Liceu, localizado no antigo Hospital do Paraíso (atualmente Edifício Santo Albino, esquina das Avenidas Dantas Barreto e Guararapes).

Enfatizada pela citada Lei, a característica básica de guarda de documentos, ou seja, de organização e registro de livros pela ordem de matérias, como já se fazia no Seminário da Graça, Olinda, estava aliada ao controle e à conservação da produção bibliográfica de Pernambuco.

Em 4 de abril de 1857, pelo Presidente da Província, Sérgio Teixeira de Macedo, mediante Lei 400, ficou esclarecida a definição de alguns pontos do

ato precedente, quando autorizou a

“despender annualmente (...) a quantia de tres contos de réis, distribuindo-a com o pessoal, aluguel de casa, utensílios e aquisição de obras impressas e manuscritos importantes com especialidade os que se referirem á historia Pernambucana. Na aquisição dos livros será ouvido o conselho director da instrução publica”.

Portanto, se o cuidado na compra de material bibliográfico era salientado, o local de guarda agora assume importância própria, com a determinação do artigo segundo: “a bibliotheca deverá estar situada no bairro de Santo Antônio em casa própria, que pertença á província, ou alugada somente para este fim, e sem annexação a qualquer outro estabelecimento”.

A condição de guarda de documentos veio também explicitada:

“haverá na bibliotheca um bibliothecario com a gratificação de seicentos mil réis, e sub-bibliothecario com a de trezentos mil réis”.

Para a contratação deste, será necessário que o acervo atinja dez mil volumes. Diante dessa perspectiva de ampliação da biblioteca, também a divulgação deveria ser supervisionada, como determina o texto: “so por licença do director da instrução publica poderá sahir da bibliotheca algum livro, e pelo espaço de dez dias improrrogáveis”.

Em consequência, a Bibliotheca Pública passou a colecionar obras raras em geografia e história do Brasil, outros livros preciosos, documentos em exemplares únicos, como manifestos, proclamações e notícias de movimentos revolucionários, tendo em vista a “conservação dos livros e coleções de jornais, a par de novas aquisições para o acervo da instituição; depois a preocupação de facilitar aos estudiosos o acesso às fontes ali existentes” (ROCHA, 1952, p. 3).

Estas ações, em torno da criação de uma biblioteca pública, apenas deram destaque a algumas questões que se contrapuseram à burocracia Imperial cujo papel fiscal e fiscalizador voltava-se essencialmente para o comércio de exportação e importação e às condições agrárias que deram sustentação econômica à Província.

Daí terem sido escassas as possibilidades de a biblioteca desatrelar-se do Liceu, localizado à Rua do Hospício — estrada de difícil acesso, chamada “sahara do Hospício”, por Francisco Paula Batista, autor da *Memória Histórica* (FONSECA, 1951, p. 1) — onde também estava sediada a Faculdade de Direito, a quem a biblioteca passou a servir.

Em 24 de maio de 1855, o Liceu transformou-se em Ginásio Pernambucano, continuando no mesmo local aonde viria a receber a visita do Imperador D. Pedro II, em fins de 1859, ocasião em que pessoalmente examinou os alunos do Ginásio e da Faculdade e verificou “minuciosamente a Biblioteca”, como registrou Edson Nery da Fonseca (1951, p. 1).

A vinda do Imperador impulsionou e reorientou a Biblioteca. Assim, em 25 de março de 1860, “chegou alfim a época da Bibliotheca sahir do esconderijo a que fora condemnada pelas circunstancias do tempo”, como afirmou no discurso de abertura da *Bibliotheca Publica Provincial*, o Bibliotecário Padre Lino do Monte Carmelo Lima. Transferida para o Convento do Carmo, “como tanto se aspirava, e collocada no coração da Cidade” foi, em clima de vitória, o Padre Lino perguntar e constatar o motivo de estarem presentes tantas pessoas eminentes e ilustradas nesse lugar.

“São homens de letras, que vem contentes render um sincero preito, e queimar incenso de respeito no altar das sciencias; são os caracteres da litteratura, que concorrem para dar nesta hora maior brilho à festa scientifica [...] que concorre grandemente para o progresso e civilização dos povos”, como afirma Orlando Parahym (p. 65).

Na verdade, se a visita do Imperador conseguira iluminar o Recife a gás carbônico, “escriptos luminosos [derramariam] conhecimentos aos aspirantes das sciencias, dando-lhes licções profícuas”, teria assim entendido o Padre Lino sobre a utilidade da Biblioteca (PARAHYM, [s.d.] p. 66).

Concretamente, os livros e as coleções estavam guardados em uma cela do Convento onde a presença do Padre Lino estava comprometida com a execução de tarefas que lhe faziam usar “ao mesmo tempo a vassoura e a pena”, isto é, abrir portas, limpar móveis, atender leitores e escrever sermões, discursos, ensaios históricos e estudos ascéticos, como citou Tadeu Rocha

(1952, p. 3). Mas havia também de se notar a sua constante ausência, a serviço de Missões. Esta situação indesejável levou o Padre Lino a argumentar, em relatório de 1870, sobre a necessidade de reaparelhar a biblioteca, incluindo novos funcionários.

O interesse, para que providências fossem tomadas, veio do Presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena Filho, Barão de Lucena. No cargo, em novembro de 1872, o Barão encontrara Pernambuco em crise econômica e financeira vinda de longe: obras públicas paralisadas, inclusive o Teatro Santa Isabel (construído em 1850) e destruído por incêndio em 1869. Apesar de logo encontrar forte oposição política, quando mandou proceder a arrecadação de impostos e a criar coletorias em todos os municípios. Conseguiu saldar dívidas, recuperar estradas e vias, ajardinar praças, inaugurar o Mercado de São José (no centro do Recife), continuar as obras da Casa de Detenção e reformar o Hospital Pedro II.

O Barão de Lucena criou ainda a Escola Normal para moças, levantou a carta corográfica de Pernambuco (com divisão do território em freguesias, municípios e comarcas) e inaugurou o farol de Olinda. Constatando que, no setor da educação pública, havia uma “consagração ao analfabetismo”, Lucena modificou o regulamento do ensino, permitindo escolas mistas, e “a quem quer que fosse livre de qualquer exigência, ministrar as primeiras letras” (GUERRA, 1958, p. 115). Diante desse elenco de medidas, abriu-se a oportunidade de mandar organizar a Biblioteca, removendo-a para a Praça do Erário, sob a direção de Antônio Herculano de Souza Bandeira e de mais quatro funcionários, assinalou Flávio Guerra.

Precedeu a posse do Barão de Lucena a criação da *Sociedade Propagadora*, fundada por professores da Faculdade de Direito e do Liceu, em agosto de 1872. Quase uma cruzada em favor da educação, essa iniciativa particular voltou-se para a criação de novas escolas de ensino primário, secundário e profissional, buscando também desenvolver oportunidades de educação para moças. Daí o estímulo para a instalação da Escola Normal e de diversas escolas diurnas e noturnas nos bairros de Santo Antônio, Poço da Panela, Monteiro, e outros. Olívio Montenegro registrou duas atividades significativas promovidas pela *Propagadora*: a inauguração de pequenas bibliotecas populares, das quais a mais importante foi no Monteiro, e uma revista de instrução pública (1943,

p. 165).

Em junho de 1899, assumiu a direção da Biblioteca Pública o bacharel Eduardo Tavares de Mello, tendo “a ridícula dotação orçamentaria de 4:000\$000 annuaes para aquisição de livros, jornaes e revistas, encadernações, reenca-dernações e até compras de estantes” (TAVARES, 1929, p. 8).

Em maio de 1906, Eduardo Tavares obteve do Governador Sigismundo Gonçalves o encaminhamento e a promulgação da lei que estabelece o depósito de quaisquer publicações, em três exemplares, impressos em Pernambuco, com multa para os estabelecimentos que descumprissem a determinação legal. Com o exemplar excedente, a Biblioteca passou, em consequência desse ato, a realizar permutas com instituições nacionais e estrangeiras e a colecionar manuscritos, obras raras, mensagens governamentais, volumes de legislação, memoriais forenses, romances, obras diversas (TAVARES, 1929, p. 8). O auxílio na orientação bibliográfica para permuta de obras ampliava-se com o pesquisador Alfredo de Carvalho.

Em 1911, o Marechal Dantas Barreto tomou o governo e demitiu o diretor da Biblioteca, em favor de um aliado político. Assim, a Biblioteca, antes considerada a segunda do país, foi sendo deixada “cahir aos poucos num abandono verdadeiramente criminoso”, por quatorze anos, continua o bibliófilo (TAVARES, 1929, p. 8).

Só em abril de 1925, assumiu a direção Humberto Carneiro, no Governo de Sérgio Loreto que, ao visitar a Biblioteca, tomou conhecimento das necessidades da instituição, mandando efetuar melhorias no edifício, enquanto aguardava mudança para um local mais apropriado. Em julho de 1927, Humberto Carneiro apresentou ao Secretário da Justiça e Negócios Interiores relatório expondo o estado de abandono encontrado, analisando e propondo medidas de ação, e afirmando: “uma Biblioteca Publica que se não renova é um organismo que não tem vitalidade e, em pouco, torna-se um simples anachronismo no progresso geral do Estado” (TAVARES, 1929, p. 13). Dessa forma,

“conquanto fundada já em meados do século passado, está longe de ser um repositório fecundo de publicações interessantes á historia, productos de literatura e especimens da bibliographia pernambuco-ense.”

bucana, assumptos que deveriam ter indiscutível preferencia no numero das novas aquisições”,

assegurava o publicista e engenheiro-bibliófilo, Alfredo de Carvalho, conhecedor de várias línguas, correspondente de diversas bibliotecas estrangeiras, pesquisador e compilador da *Bibliotheca Exotico-Brasileira* (TAVARES, 1929, p. 16).

Em começos de 1930, instalou-se a Biblioteca à Rua do Imperador, a mando do Governador Estácio de Albuquerque Coimbra, que a “encontrou reduzida a tristonho monturo de livros. Elevou-a a biblioteca se não perfeita — longe disso! digna do nome de biblioteca”, desta vez sob a direção de Olímpio Costa Júnior e do secretário Francisco Caeté (FREYRE, 1968, p. 127).

No bairro de Santo Antônio, ocupando um edifício cuja arquitetura era insignificante, que vai da Rua do Imperador ao Cais do Capibaribe (Martins de Barros), bem perto da ponte Maurício de Nassau, a Biblioteca Pública foi instalada em 1929. O prédio reformado perdeu o sentido de primeira cadeia da Vila do Recife. Tadeu Rocha lembrou: “somente as suas paredes mestras, contidas em novos rebocos, podem contar as velhas notícias da casa da Cadeia, do Senado da Câmara ou do Fórum do Recife, como Vila, Cidade e Capital. Entre essas notícias, hão de figurar segredos dos revolucionários de 1817 e 1824, inclusive de Frei Caneca, que dali saiu pelas ruas do Recife, para depois andar pelos caminhos da eternidade” (1952, p. 3).

Se concretamente, as paredes haviam testemunhado a história da cidade, os documentos ali guardados pretendiam vir assegurar e prolongar, no tempo, as notícias, os fatos, as interpretações, as ideias. Portanto, o conhecimento necessário para que a Biblioteca ficasse “visceralmente ligada à nossa vida cultural, desde que permitiu, pelo acervo de seus livros, jornais e documentos, as grandes pesquisas de um Pereira da Costa, um Alfredo de Carvalho e um Gilberto Freyre”. Além disso, um grupo de “jovens pesquisadores como Diegues Júnior, José Antônio Gonsalves de Mello, José Valadares e Diogo Menezes”, como explicitou o professor e pesquisador de história e geografia, Tadeu Rocha (1952, p. 3).

Dessa forma, a atuação da Biblioteca foi quase limitada às “mãos dos pesquisadores”, sempre lutando com a falta de verbas, pessoal especializado e

local competente, continuou o professor Tadeu.

Justamente por, em momento algum, ter havido definição quanto à sua natureza própria e clareza quanto à abrangência da palavra “pública” é que se estreita e se reduz a sua ação para o público em geral. Daí, portanto, produzir e reproduzir a imagem de uma instituição segregada culturalmente, funcionando como área de preservação de documentos testemunhais, aderindo, sem perceber, à versão da história oficial e de cunho passadista. Ainda que constituíssem parte do acervo velhos jornais de periodicidade e formatos irregulares, que circularam no Recife, como veículos das ideias e da agitação dos movimentos políticos nacionais, interpretando e registrando também questões locais.

Na verdade, a Biblioteca Pública guarda em si mesma as aspirações dos intelectuais/professores que se empenharam na busca e na preservação de documentos, impulsionados pela necessidade de pesquisa e de informação. Essas aspirações, quando se confundiam ou serviam para justificar ou ampliar propósitos de recontar ou alterar a realidade, pelas vias da educação ou da história adquiriam um espaço na vida político-administrativa da Província, conseguindo, lenta e submissamente, resistir e se fazer ouvir, ao lado de outras medidas econômico-políticas.

As transformações porque passaram os anos 40, com a vigência do Estado Novo ou o fim da Segunda Guerra Mundial, não pareceram ter atingido diretamente a Biblioteca Pública — uma espécie de “Gata Borrallheira do Governo estadual”, como afirmou Edson Nery da Fonseca (1951, p. 1). Pernambuco, concluíram alguns autores, como Capistrano de Abreu e Gilberto Freyre, era o “centro de que partiu a nossa evolução literária” ou “foi sem dúvida o açúcar [e o lucro que dele se obteve] que tornou possível a atividade intelectual em país tão novo”, como recapitulou Aníbal Fernandes (1982, p. 188). Assim, a primazia que se estendeu a tantos avanços na literatura, na arquitetura, no urbanismo, na astronomia, na botânica, não se faz bastante forte para transformar a Biblioteca em instituição capaz de democratizar os meios de instrução e cultura.

A falta de verba e de pessoal marcava desfavoravelmente o desempenho administrativo e técnico da Biblioteca, tornando-a “pequena e paralítica”, como alertava Mário Melo, em sua *Crônica da Cidade*, ao defender a expansão

da Biblioteca (1950, p. 2).

Em 1951, Agamenon Magalhães, Governador de Pernambuco, veio atender aos apelos do cronista, do diretor da Biblioteca e de outros usuários, que comentavam o centenário da instituição. O anúncio de providências a serem tomadas para solucionar as necessidades de localização de novos edifícios para o Instituto de Educação, Hospital do Pronto Socorro e Biblioteca Pública estabelece um marco na trajetória da instituição: “os serviços que a biblioteca pode prestar são tão úteis quanto o dos hospitais e o das escolas” e tão inadiáveis uns quanto os outros, alertava Edson Nery (1951, p. 1).

Assim, uma comissão composta pelo engenheiro Ayrton da Costa Carvalho, diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo engenheiro Edgar Amorim, diretor de Obras da Prefeitura e pelo arquiteto e professor Acácio Gil Borsoi, da Universidade do Recife, fez estudos e sugestões de localização dos terrenos para os futuros edifícios. Pretendia-se que atendessem a especificações técnicas, requisitos higiênico-pedagógicos, recursos paisagísticos e tradicionais do lugar.

A indicação do terreno, no extremo nordeste do Parque 13 de Maio, onde funcionavam a feira livre, a Festa da Mocidade, o Teatro de Emergência (Almare) e depósitos do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e do Saneamento, foi destinado à construção do Instituto de Educação e da Biblioteca. A desaprovação em artigo no *Diário de Pernambuco*, do bibliotecário Edson Nery da Fonseca, logo se destacou. O argumento principal devia-se ao prejuízo que teria parte da população menos abastada, residente nos bairros de São José, Afogados, Pina e Boa Viagem, Jiquiá, Areias, Barro e Tegipió, vez que a localização, destinada especialmente para a Biblioteca, traria dificuldades de acesso aos leitores — sobretudo àqueles a quem a leitura deveria ser facilitada. Prevaleceram, entretanto, os argumentos da comissão, com a construção dos edifícios indicados para a Biblioteca Pública e para o Instituto de Educação, sendo o Hospital do Pronto Socorro locado em outro terreno distante dos dois primeiros.

Outro ponto, para o qual foi chamada a atenção, dizia respeito à necessidade de uma organização técnica com administração compatível com um “edifício imponente e grandioso”, para que não se realizasse mais uma “obra de fachada”. Estava em defesa a perspectiva de uma instituição dinâmica, funcio-

DA LETRA À PALAVRA

O redirecionamento a ser dado à oferta de leitura para a cidade vem justificar sejam retocadas e apreendidas, no conjunto, as particularidades que caracterizaram a institucionalização da biblioteca criada pelo Estado.

Ao longo da sua história, a Biblioteca Pública não marcou presença como um grande acontecimento intelectual e político para o Recife. No esforço para desenvolver a palavra e o documento impresso, a cultura eclesíastica veio servir de base ideológica à expansão da biblioteca, posta à disposição de uma esfera social que dominava as letras, as ciências e as humanidades e desejava direcionar e divulgar para o cidadão ideias e sentimentos patrióticos, dentro dos limites estreitos de um mundo culturalmente pobre.

Nesse sentido, a sociedade escravocrata colocada entre a economia colonial e a política portuguesa favoreceu a um grupo social “uma certa mentalidade progressista, que toma consciência do desajuste”, como analisou Antônio Cândido (1981, p. 238), e busca, de forma alternativa através de sociedades particulares, tornar acessíveis livros e periódicos à leitura pública.

Pela via da leitura politizada, os processos de socialização da cultura letrada confundiram-se com a proposta de gerar “um conjunto de organismos vulgarmente ditos privados, que corresponde à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade”, como explicou Portelli, em seu trabalho sobre *Gramsci e o bloco histórico* (1977, p. 22). Em um mundo basicamente oral, a tentativa de criar um conjunto de organismos particulares, onde a cultura gráfica pudesse ser posta a serviço dos setores dominantes da sociedade, manifestava uma forma de intervenção na construção de uma nova ordem social anticolonialista. Ou seja, as sociedades de cultura, a maçonaria e as bibliotecas conventuais vieram abrir possibilidades de realização pessoal a quem se voltasse para as questões político-econômicas em atividades eclesiás-

ticas, burocráticas urbanas, professorais, jornalísticas, comerciais, em torno de grandes proprietários ou de direção da coisa pública.

Essa esfera social, de nítidas aspirações liberais, que se articulava com a classe dominante, deixava passar não apenas a crença na atividade intelectual, mas a ideia de progresso, de modernização do país, que também se difundia a partir da criação de cursos técnicos e superiores. A tentativa atingir e transformar a sociedade teve o apoio de jornais de ensaio ou de opinião, com a divulgação de odes e sonetos patrióticos, da narrativa histórica — formas de permitir a divulgação de ideias novas, de intensificar a convivência e o espírito associativo.

A intensa e direta circulação bibliográfica entre os membros dessa esfera social tornaram inconsistentes as primeiras propostas de criação de uma biblioteca de âmbito estatal. Para isso, seria preciso fossem transformadas as relações de dominação no campo da educação pública. Esse papel, o governo português, numa primeira instância, não pareceu interessado em assumir (PEREIRA DA COSTA, 1984, v. 9, p. 245).

De vida efêmera, embora prometendo bons frutos, as sociedades culturais e as coleções particulares cederam o lugar à intervenção direta do governo no controle e na guarda dos documentos impressos no Recife, e na aquisição de todo o material bibliográfico vindo do exterior.

Com efeito, as influências do meio social e do momento cultural e político vieram despertar e apurar o ânimo do governo, que foi tecendo, etapa por etapa, período por período, as relações e os princípios que regem o conjunto de ações particulares de uma biblioteca administrada pelos cofres do Estado. O alicerce e a construção do edifício bibliográfico foram criteriosa e lentamente, atendendo aos interesses de um grupo social a quem foi dada a direção ideológica da classe dominante. O analfabetismo da população tornou-se filtro “natural”, controlador da circulação da informação e da leitura, que serve e se alia à preservação e ao esmero, não apenas do objeto livro, mas de ideias e de conhecimentos.

Nessas circunstâncias, o povo não pode fazer a sua própria história ou reinterpretá-la através do domínio da escrita e da leitura. Ficou, entretanto, um acervo bibliográfico preservado e mantido pelo Estado, em um determinado grau qualitativo destinado eventualmente à força de trabalho a quem o tempo

livre permitia fruir ou compartilhar do ato de ler e escrever, para reproduzir talvez balizamentos mentais instituídos.

Nesse quadro político-cultural, a Biblioteca Pública foi se configurando e se concretizando como uma instituição onde a letargia político-econômica impedia o rompimento de suas amarras, mantendo-a e deixando as pessoas atadas às pesquisas, a um passado quase impermeável às transformações do mundo novo, progressista, democrático.

O RECIFE DE 1940 A 1950

Mesmo um observador ou um leitor mais atento ao Recife raramente vai buscar a Biblioteca para compor seu referencial de informações sobre a cidade. No entanto, na década de 40, existindo desde o século passado, a Biblioteca Pública resistia. A presença descrita e sua significação cultural serviam de cenário apenas para alguns leitores, dedicados a estudos ou a pesquisas em documentos raros.

Pela sua estrutura, pelas suas peculiaridades, o acervo, de interesse restrito e de pequena repercussão, submetia-se às circunstâncias e às remotas motivações políticas. Circunscrita à esfera estadual, a Biblioteca Pública se impedia de buscar ou acolher, de forma mais ampla, outras faixas de usuários. Não buscava, na capacidade expressiva da literatura, um fator de leitura. Apenas jornais do dia serviam como pequenos focos de interesse. Também não havia clima para reivindicações de sua presença.

Essa situação peculiar despertava em uns poucos cronistas da época algum constrangimento talvez pensando em Victor Hugo (p. 326):

“J’aime un livre, Je hais une bibliothèque [...] Des bouquins vermoulus chers aux bonshommes chauves”.

Esse grito talvez de horror, estimulava novas propostas de cultura para aqueles que desejavam e começavam a respirar os ares da democratização cultural e que viam o Recife ser abalado por transformações políticas, sociais e econômicas.

Durante os primeiros anos de 1940, a ação do Estado Novo projetou, transformou e multiplicou a paisagem urbana da cidade do Recife. Avenidas foram abertas pela derrubada de velhos casarões no Centro. Construíram-se pontes, praças, escolas, vilas populares, mercados públicos, ruas, calçamentos, aterros e drenagens, que iam desde a foz do rio Capibaribe até o bairro da Madalena. Espaços internos foram ocupados para atender às funções técnico-administrativas de âmbito estadual e municipal, buscando dar soluções às questões sociais e econômicas. Neste sentido, atuaram a Prefeitura, a Liga Social contra o Mocambo, a Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo — DEPT — entre outros.

O setor privado que, juntamente do Estado, se encarregou da expansão interna do capitalismo — como um modo de produção econômica que determinou a organização social — contribuiu para alterar o tamanho, a estrutura e a fisionomia da cidade.

O Recife nasceu e, por muito tempo, evoluiu em função de seu desempenho como “porto do açúcar”, escreveu Mário Lacerda de Melo, parafraseando Josué de Castro (CASTRO apud LACERDA, 1978, p. 85). Por isso, cedeu espaços aos escritórios das companhias de navegação, aos bancos e às casas de câmbio, aos armazéns portuários, à Associação Comercial. Mas a expansão das indústrias têxteis e de alimentos, bem como de outros produtos manufaturados, químicos e farmacêuticos, inclusive refrigerantes, e agrícolas, açúcar e fumo, intensificaram a atividade exportadora, ampliando os negócios de comércio interno e externo. Escoadouro e receptor natural, o porto confirmou sua vocação inicial, articulando-se com as ferrovias e as estradas de rodagens de Pernambuco e do Nordeste. A importação e a exportação, o armazenamento e a distribuição de maior volume de mercadorias, especialmente da produção de açúcar, fizeram o Interventor Agamenon Magalhães afirmar ser o imposto de vendas mercantis a base da receita do Estado (1985, p. 137).

As indústrias instaladas nas áreas centrais e nos arredores vieram estimular a multiplicação de serviços de comunicação e transportes, bem como de oficinas de apoio, confirmando e favorecendo o crescimento econômico, porém contraditoriamente, geraram descompasso nos setores de equipamentos e serviços urbanos.

Assim é que, ao lado de tantos e diversificados problemas econômicos, sociais, políticos, arquitetônicos, jornalísticos e históricos, o Interventor Agamenon Magalhães destacou a questão da moradia como o grande marco de sua administração. Como estudou o historiador Jorge Siqueira (1984, p. 213), a ampla repercussão de sua política habitacional traduziu-se primeiro, pela denúncia da incúria e da penúria das administrações anteriores diante da proliferação dos mocambos, forma subumana de morar, depois, pela proposta inovadora de mobilização de forças para modificação destas condições através da construção de vilas populares.

Nesse quadro, as fábricas do setor têxtil construíram, nos arredores da própria sede, vilas para os operários, como forma de reduzir o tempo de deslocamento entre a casa e o trabalho e alcançar maior produtividade. São exemplos: a Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco — TSAP, situada na Boa Vista, próxima ao centro comercial do bairro de Santo Antônio e da antiga Fábrica de Tecidos da Torre.

Os sobrados mantiveram-se permanentemente ocupados entre a zona portuária e as edificações, em áreas centrais residenciais, da Boa Vista até os arrabaldes — nome dado aos bairros periféricos com pequeno comércio. Por outro lado, a corrente migratória, que decorria das secas do sertão e do agreste, e mais, a modernização do sistema produtivo, agravavam as condições da lavoura, contribuindo para o desequilíbrio e a ocupação desordenada do espaço. Assim, foram criadas favelas em morros e mocambos em alagados e mangues — espécies vegetais — também chamados manguezais ou lodaçais onde vicejava vegetação com plantas específicas, como explicou Waldemar de Oliveira (1942, p. 57). Essas sub-habitações, juntamente com outras, em especial residências de grande porte, às margens do rio Capibaribe vieram, descuidada e ameaçadoramente, alterar o equilíbrio dos elementos topo-geográficos da região, como salientou o urbanista Antônio Baltar (1951, p. 49).

A cidade, funcionando como polo de atração, para onde o fluxo migratório se orientava, desestimulava e rejeitava, por uma série de obstáculos, a mão de obra nem sempre qualificada para atividades específicas, devido ao baixo ou inexistente nível de escolarização e de bagagem cultural. Essa população, que não conseguia vencer a competição que se travava no mercado urbano de trabalho, à margem foi formando um quadro de vendedores ambulantes,

estivadores, lavadores de carro, desocupados, gatunos e outros que dificilmente conseguiram ocupar-se em atividades do setor secundário ou terciário (ANDRADE, 1979, p. 105).

No entendimento de Gadiel Perruci (s.d., p. 16), esse aglomerado humano, que não se caracterizava por classe social, revelava-se como uma formação não-capitalista, ainda que tenha sido gerado e submetido ao modo de produção que definia e fazia coexistir, de forma exploratória, o capital.

Daí a condição desse agrupamento, de participante da economia informal ou invisível da cidade, exercendo pequenas atividades comerciais ou utilizando energia física, instituindo-se como força de reserva, estabelecida a partir de baixos salários. A maioria constituída de migrantes, moradores dos alagados, aterros e morros, alimentava-se quase sempre da pesca nas marés, e podia ser identificada pela pobreza intelectual, econômica, habitacional, nutricional, sanitária, consubstanciada pela miséria, que serviu como fonte de inspiração literária a escritores, músicos e poetas. Mas, coletiva ou individualmente, em contextos propícios, esses indivíduos puderam divertir-se com jogos, músicas e danças, em ritmo de frevo, maracatu, caboclinhos ou baião.

A economia urbana do Recife definida basicamente por atividades administrativas, comerciais, portuárias e bancárias foi decorrente da produção agrícola e do reduzido parque manufatureiro, instalado na zona urbana ou periférica. Atividades que, de certo modo, contribuíram para ampliar, diversificar e intensificar um conjunto de problemas, entre os quais, deslocamento físico de pessoas, serviços de educação, cultura, esportes, saúde, saneamento, alimentação, iluminação, hospedagem, turismo, comunicação, transporte e lazer.

Da expansão da cidade decorreu ainda a criação de escolas de comércio, técnico-industrial e outras de nível superior, que atraíram pessoas de todo o Nordeste, multiplicando e acentuando os desníveis sociais existentes, já agravados pela modernização desordenada no setor urbano e manufatureiro. Os desdobramentos dessa formação geraram, no Nordeste, um novo tipo de sociedade: um espaço metropolitano ou um polo de atração econômico, político e social (MELO, 1978, p. 34).

Mas é como centro político que, no Recife, as relações ainda frágeis entre capital e trabalho suscitaram ideias e tendências, incorporando em si

um clima de tensões. Ficaram marcas de lutas ideológicas advindas de sucessivos golpes de cunho pequeno burguês, deflagrados nos quartéis, “a massa trabalhadora vindo por acréscimo”, como ressaltou Paulo Cavalcanti, em suas memórias (1978, p. 141). Foram os golpes de 1922, Insurreição Pernambucana; 1924, Sublevação do Exército; 1930, Revolução Reformista; 1935, Levante Comunista; 1937, Estado Novo. Marcas que abriram campo para debates, reflexões e ações que redimensionaram a sociedade.

Assim grupos sociais, interagindo e confrontando-se diante de diferentes projetos, vieram dar significados diversos às relações que aprofundam o real e alteraram através de ações concretas ou simbólicas, a evolução do meio social recifense.

Naquele momento, não era possível esquecer ou abafar o eco dos movimentos desencadeados pela classe operária. Tipógrafos, padeiros, operários da indústria têxtil, da construção civil, estivadores e empregados do porto foram os participantes de manifestações em busca de melhores condições de vida, maior reconhecimento dos direitos dos trabalhadores e dos sindicatos.

Nessa “luta cresceu a independência política dos operários, sua disciplina e espírito de solidariedade de classe”, ainda que as contradições e particularidades das condições políticas tenham gerado “uma intensa luta ideológica no seio da própria classe operária, sobretudo no meio sindical” (KOVAL, 1982, p. 185, 210).

Com efeito, desde a década de 20, os acenos e os apelos que os comunistas ou simpatizantes de esquerda faziam em torno da luta de classes acirravam o antagonismo entre o capital e o trabalho, como “técnica de violência e meio de destruição do sistema capitalista”, advertia o Interventor do Estado Novo em Pernambuco (MAGALHÃES, 1985, p. 21).

Esse passado recente fazia o Interventor, jornalista, professor e advogado, da confiança de Getúlio Vargas, refletir: “as ideias hoje se propagam com a velocidade da luz e as tendências de direita e esquerda invadiram o Brasil, inquietando os espíritos” (MAGALHÃES, 1985, p. 165-166). Esse alerta ou *Orientação* como Agamenon Magalhães chamou o seu artigo, publicado na *Folha da Manhã*, em 1938, ao tempo em que abriu o debate para o confronto de posições, deu sinal de alarme contra a quebra da ordem, da organização e da paz que, desde o Império, dizia, reinaram no Brasil.

A esse perigo emergente, pela atuação direta da Interventoria, o Estado Novo tornou quase impossível a organização de movimentos de massa ou de oposição ao regime. Por isso, não se descuidou do controle da monopolização da opinião pública exercido pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda — DEIP — nem da oportunidade de utilização de diferentes instrumentos de coação sobre indivíduos. Assim foram praticadas: a desarticulação de grupos de esquerda, as delações, as prisões, a vigilância e a deportação de intelectuais. O cerceamento à liberdade de expressão e de ação foram punições a Gilberto Freyre, sociólogo, Aníbal Fernandes, jornalista, Joaquim Cardozo, engenheiro, poeta, Ulisses Pernambucano, médico, Fernando Simões Barbosa, médico, Manoel de Souza Barros, economista, Cristiano Coutinho Cordeiro, fundador do Partido Comunista Brasileiro, Osório Borba, jornalista, Nelson Coutinho e outros mais. Na análise do professor e historiador Denis Bernardes, o período significa: “Concentração absoluta da vida política no aparelho do Estado ao mesmo tempo que politizava ou buscava politizar sob sua direção todos os aspectos da vida individual e coletiva” (PERNAMBUCO, 1988, p. 30).

CENÁRIO PARA AS BIBLIOTECAS

A presença de alguns administradores nos círculos do governo do Interventor Agamenon Magalhães vem imprimir as marcas dos “católicos mais afeitos e mais experientes na vida política [...] em torno de um conjunto de ideias políticas e, sobretudo, sociais, rigorosamente inspiradas na doutrina da Igreja” (BELO, 1982, p. 201).

Isto pesou certamente no processo que articulou a passagem do combate nas hostes da Congregação Mariana para a administração direta dos negócios do Estado. Assim ficou demonstrada com as indicações de cargos oficiais e seus representantes, sendo para a Fazenda, Manoel Lubambo; para a Segurança, Etelvino Lins. Para a Agricultura, Apolônio Sales; para o Interior, Arnóbio Tenório Wanderley. Para o Departamento de Educação, Nilo Pereira, que viria a ser deputado e líder da maioria na Assembléia Legislativa; para a direção da Escola Normal, o professor de pedagogia Ruy de Ayres Bello, que havia perdido, com o Estado Novo, o mandato de deputado à Constituinte do Estado. Finalmente, para a direção da Diretoria de Documentação e Cultura, José César Regueira Costa.

Os critérios que interferiram na escolha do secretariado obedeceram aos “imperativos da política social”, segundo o Interventor/jornalista e surpreenderam justamente pela nomeação de “um agricultor Prefeito do Recife”, para quem “reservas e críticas se transformaram em aplausos” (MAGALHÃES, 1985, p. 197).

O jornalista/Interventor transmitia, pela rádio local e em coluna diária na *Folha da Manhã*, opiniões sobre os planos e as mudanças pelas quais a cidade estava passando, mantendo o público informado sobre as inovações administradas por Antônio Novaes Filho, com base em plano de governo.

A busca da liberdade de pensamento, de renovação social e cultural, como pré-condição de vida faziam parte do mundo no qual os nomes que compunham o quadro de intelectuais e de artistas do Recife se inspiraram para produzir e expressar, na forma e no conteúdo, propostas de valorização da educação, das letras, das artes, da filosofia, da religião. Ainda, de caracterização histórico-social da cidade e de estudos sobre as transformações político-econômicas em curso no Estado, no Brasil e no mundo.

Neste cenário, tiveram seus nomes assegurados, pelo uso de tintas mais ou menos fortes, quando vêm a realidade, entre outros: Mário Melo, jornalista; Gilberto Osório de Andrade, jornalista, geógrafo, professor, deputado; Laurênio Lima, jornalista, professor; Nilo Pereira, jornalista; Mauro Mota, jornalista, poeta, professor; Manoel de Souza Barros, jornalista, economista, escritor; Álvaro Lins, professor; Waldemar Valente, professor; Luiz Delgado, professor; Luís Jardim, pintor; Vicente do Rego Monteiro, pintor; Lula Cardoso Ayres, pintor; Ascenso Ferreira, poeta; Cícero Dias, pintor; Jorge de Lima, poeta; José Antônio Gonsalves de Mello, historiador; Fédora do Rego Monteiro Fernandes, pintora; Manoel Bandeira, desenhista; Baltasar da Câmara, pintor e professor; Roberto Burle Marx, paisagista; Vicente Fittipaldi, maestro; Manuel Augusto dos Santos, pianista e fundador do Conservatório Pernambucano de Música, juntamente com o maestro Ernani Braga; Ayrton da Costa Carvalho, professor e coordenador do Instituto do Patrimônio Artístico Nacional; Jota Soares e Pedro Salgado, cineastas; Waldemar de Oliveira, médico, professor, fundador do Teatro de Amadores de Pernambuco, juntamente com Diná Rosa Borges de Oliveira, atriz; José Maria de Albuquerque Mello, professor, editor da *Revista do Norte*; Austro Costa, poeta; Joaquim Cardozo, engenheiro, poeta; Edwiges de Sá Pereira, professora, precursora do movimento feminista no Brasil; Fernando de Oliveira Mota, professor; Estevão Pinto, professor; Amaro Quintas, professor; Silvino Lopes, escritor; Samuel Campelo, teatrólogo; José César Regueira Costa, professor, jornalista; Edson Nery da Fonseca, bibliotecário; Jorge Abrantes dos Santos, jornalista; Carolina Baltar, professora de artes culinárias regionais; José Lourenço Barbosa — Capiba, músico, compositor; Nelson Ferreira, compositor, maestro; Antônio Baltar, engenheiro; Paulo Cavalcanti, advogado, escritor.

Estes nomes através de diferentes veículos de comunicação alinharam-

se diante de perspectivas de transformações da época, levando o Interventor Agamenon Magalhães, “o doutrinário mais fiel e mais ortodoxo da nova ordem” (1985, p. 8), a refletir sobre o momento político, em fins do Estado Novo, escrevendo em prol da cultura. Assim revelou:

“precisamos defender a nossa cultura, quando uma crise de sistemas sacode a civilização, subvertendo a ordem moral e enchendo de sombras e de inquietação o pensamento que precisa de liberdade e paz para criar e dar à vida conteúdo espiritual; apesar de ter sido o problema econômico e social o mais grave que tivemos de enfrentar no Estado, não esquecemos da defesa da nossa cultura” (MAGALHÃES, 1985, p. 94).

Assim as ações e as relações culturais determinaram uma luta política e ideológica que se construiu e se destruiu como condição de realidade política, social e cultural.

PAINÉIS EM TORNO DAS BIBLIOTECAS POPULARES

O ano de 1945 trouxe para o mundo o fim da Segunda Guerra Mundial. Para o Brasil, a deposição de Getúlio Vargas com o fim do Estado Novo e o começo de outro regime político. Para Pernambuco significou o afastamento de Agamenon Magalhães do Governo e sua substituição na Interventoria, por Etelvino Lins. Novos prefeitos foram nomeados para o Recife que, desde 1937, tinha na Prefeitura Antônio Novaes Filho. De início, por alguns meses, assumiu a administração da cidade, José dos Anjos. Foi um difícil começo para um novo tempo. Novas propostas que se combinaram às experiências passadas.

Tendo vivido um período marcado pelo autoritarismo, Pernambuco retomou gradativamente a ordem democrática, alertado por Agamenon Magalhães, não mais Interventor, mas Ministro da Justiça, que anunciara pelo jornal: “O regime vai mudar. E eu também” (CAVALCANTI, 1978, p. 194).

Hora de reformas políticas e do acirramento partidário, com vistas ao comando do governo. Assim, “graças ao êxito do projeto estadonovista que a elite política pernambucana, que dele participa diretamente, consegue, até mesmo após a queda do regime autoritário, permanecer no poder durante um período de vigência das regras democráticas [...] o PSD torna-se a mais importante força partidária de Pernambuco” (PANDOLFI, 1984, p. 212), representada pelos algodoeiros-pecuaristas. Daí acarretar naturalmente a perda do poder político da burguesia industrial açucareiro-têxtil, filiada à UDN, alterando, portanto, a correlação de forças políticas no Estado através de eleição para representantes no Senado e na Câmara Federal. Foram representações oriundas das forças oligárquicas, dos “coronéis” do interior, ou seja, dos algodoeiros-pecuaristas, seguidos dos industriais-usineiros, ou das forças açucareiro-têxteis.

As oposições, porém, vieram marcar presença no jogo partidário e a grande vitória política expressou-se através da classe operária com a eleição, para deputado federal, pelo Partido Comunista do Brasil, de Gregório Bezerra — considerado o candidato mais votado de todos os partidos políticos no grande Recife (BEZERRA, 1980, p. 321). O episódio marcou a volta à legalidade e reforçou, nas eleições municipais de 1947, o número de representantes na Câmara Municipal, indicando a atuação do Partido como organização de massa.

Ao lado da defesa dos direitos econômicos e políticos, os representantes eleitos dos trabalhadores — Gregório Bezerra, Agostinho Dias de Oliveira e Alcedo Coutinho — organizaram atividades ligadas à alfabetização de adultos, uma forma nova de pensar, agir e estudar, incluindo a história vivenciada. Como revelou em depoimentos Clóvis Melo, os comunistas desenvolveram experiências em educação, fazendo “funcionar em cada célula uma escola” num total de 243 escolas elementares, situadas em morros, alagados e bairros pobres, com o auxílio de professores não remunerados.

A proposta estendia-se ao Ginásio Castro Alves e à criação, sob a coordenação de Annibal Bruno, da Universidade Popular que, durante um ano, foi organizada basicamente em torno de conferências. — Todo esse esforço, entretanto, pôde ser revisto por Paulo Cavalcanti, fazendo-o considerar:

“o PCB nunca teve condições de preparar cultural e ideologicamente seus quadros profissionais, cosendo-se pela improvisação [...]. Os cursos de aperfeiçoamento organizados [...] ressentiam-se muitas vezes da ausência dos menores requisitos pedagógicos: recrutavam-se dez ou doze companheiros, de nível de instrução diversos — de trabalhadores braçais a escritores, de camponeses a profissionais liberais [...] e, durante uma semana, quando muito, faziam-nos assistir à preleções sobre marxismo e leninismo” (CAVALCANTI, 1982, p. 204).

Paralelamente, crescia o número de publicações nacionais. No Recife chegavam panfletos, revistas, livros e brochuras voltados para temas sociais e políticos. Edgar Carone (1968, p. 71) enfatizou o surgimento de três novas

editoras: *Leitura*, de Joel Silveira, *Horizonte* e *Vitória*, sendo esta a que mais se desenvolveu, tornando-se, depois da queda de Getúlio Vargas, a principal editora do Partido Comunista. Outras, mais antigas, por razões doutrinárias ou comerciais, engajaram-se numa linha de tradução do francês, espanhol, inglês, italiano e alemão, publicando literatura de esquerda destinada ao estudo e à conscientização. No repertório bibliográfico incluíam-se também textos anticomunistas e didáticos.

À medida que os movimentos políticos e editoriais avançavam, estímulos eram dados a “outros setores interessados em problemas educativos, sem filiação político-partidária” (PAIVA, 1973, p. 175). Ideais nacionalistas foram defendidos em vários programas desenvolvidos em torno da mobilização das massas, como a Campanha de Alfabetização de Adultos; de movimentos de difusão cultural para as classes trabalhadoras; do ensino supletivo, para a mão de obra qualificada; da educação formal e da qualificação do professorado. Participavam destas ações os técnicos do INEP — Instituto Nacional de Educação Pedagógica — e os membros da Associação Brasileira de Educação, que se aprofundavam em estudos e análises do quadro institucional brasileiro, avaliando também as recomendações para a educação, da ONU — Organização das Nações Unidas.

No âmbito da economia, a emergência do setor industrial veio impulsionar a instalação, em 11 de agosto de 1946, da Universidade do Recife, reunindo as Faculdades de Direito, Medicina, Engenharia, Filosofia, Farmácia, Química e Belas Artes, tendo como Reitor, o Professor Joaquim Amazonas. No mesmo ano, foi decretada a criação da Faculdade Estadual de Filosofia.

Para o Estado, as sucessivas interventorias trouxeram alterações na administração direta, em 1946, com a nomeação de José Domingues da Silva, pelo novo Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra. Para ficar à frente da Prefeitura foi nomeado o engenheiro Pelópidas Silveira. Em seu curto mandato de seis meses, foram definidas algumas linhas de ação que revolucionaram “os velhos hábitos da administração” (CAVALCANTI, 1978, p. 251). Além do impulso dado aos planos urbanísticos, à reforma nos setores administrativo e cultural, cuidou, em seu último ato público, de alocar recursos para a criação da Discoteca Pública e da primeira Biblioteca Popular, instituídas por documento legal, há quase um ano.

À nomeação de José Domingues seguiu-se a de Demerval Peixoto, General Comandante da 7.^a Região Militar que, com mão de ferro, governou o Estado, enfraquecendo pela via partidária, o controle político de Agamenon Magalhães.

Mas, para registrar e ampliar ações que, em clima de redemocratização, tivessem maior alcance no campo da literatura e das artes, alguns jovens buscaram a prática da liberdade de criação. Para isso, organizaram entidades culturais. Assim foram fundados: o TEP — Teatro do Estudante de Pernambuco, em 1946, com Ariano Suassuna, Hermilo Borba Filho, Joel Pontes, Aloísio Magalhães e Clênio Wanderley; a Escola Prática de Teatro, em 1947, com Elpídio Câmara; a Sociedade de Arte Moderna do Recife, em 1948, com Abelardo da Hora, Reynaldo Fonseca, Corbiniano Lins, Delson Lima, Hélio Feijó, Ladjane Bandeira, Augusto Reynaldo. Ainda, a Comissão Pernambucana de Folclore, em 1948. Vale lembrar o lançamento, em 1945, da revista de cultura *Nordeste*, que teve como redator-chefe Aderbal Jurema e, como gerente, Fernando de Barros Lima até 1947. Em seguida, a direção foi passada para o jornalista Esmarardo Marroquim, então secretário do Jornal do Commercio.

Na área política, a disputa eleitoral entre os representantes das camadas médias tradicionais e outros, de tendências mais progressistas, em torno do Governo de Pernambuco, foi impugnada pelo Tribunal Superior Eleitoral, o que levou o candidato eleito, Barbosa Lima Sobrinho, a ter direito à diplomação, em 1948. No governo, ele escolheu para Prefeito até 1951, Manoel César de Moraes Rego. No período, contribuiu para a implantação da Diretoria de Documentação e Cultura dirigida, com profunda dedicação, por José Césio Regueira Costa.

BIBLIOTECA NAS ENTRELINHAS

De forma especial, em todo lugar, as bibliotecas sempre guardaram estreitas ligações com a educação. Ora as suas linhas de trabalho se entrelaçaram para a capacitação intelectual do indivíduo, ora seus campos de ação se afastaram em busca de outros papéis decisivos para a construção do desenvolvimento social. Mas a educação e as bibliotecas têm precipuamente uma tarefa política em todos os ramos e níveis do conhecimento, em diferentes graus quantitativos ou qualitativos. — Ainda que, as bibliotecas ainda assumam, por vezes, uma posição aparentemente secundária, discreta.

As bibliotecas populares no Recife adquiriram formas e foram submetidas a propostas que atravessaram questões pedagógicas, à medida que um grupo de professores e de intelectuais tentou demonstrar e defender a educação como uma questão em consonância com os aspectos econômicos e políticos geridos pelo poder governamental. Conferências e debates entre educadores e cientistas, de vários Estados, procuraram identificar, solucionar problemas e diferenças regionais, dando significado ao tema.

Assim, foi promovida a criação da Associação Brasileira de Educação, no Rio de Janeiro, em 1924. *As Grandes Diretrizes da Educação Popular*, postas em questão, desdobraram-se em medidas concretas relativas ao controle estatístico da educação e do ensino. Daí decorreu a elaboração do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, dirigido ao Povo e ao Governo* (LEMME, 1988, p. 103). O objetivo principal era dar ao poder público o rumo de uma política educacional em todos os aspectos, modalidades e níveis, vistos em todas as esferas administrativas.

É inegável a assimilação das sugestões propostas no *Manifesto* que repercutiram em favor do ensino, da criação de bibliotecas, museus, teatros, cinema

educacional e radiodifusão. Em 1935, Annibal Bruno, diretor de Instrução Pública, tomou “em apreço o estado actual dos problemas da educação no mundo civilizado, as responsabilidades culturais de Pernambuco no seio da Federação (1935, p.4).

Em nome das reais necessidades da população, o educador foi em busca de uma obra reformadora da educação popular e de instrumentos de ação política capazes de proporcionar o questionamento sobre as estruturas e os valores vigentes. Uma proposta que modificasse a fisionomia da escola em Pernambuco. Assim, expôs o *Programa de Política Educacional*, com várias medidas e sugestões, entre as quais, três tentavam dinamizar as ações dos espaços para leitura.

A primeira dizia respeito à efetiva organização da Biblioteca Central dos Professores. A segunda atinha-se aos teatros e às bibliotecas públicas, incluindo as das cidades do interior. A terceira pretendia:

“transformar a Biblioteca Pública em Biblioteca circulante e criar três ou quatro sucursales da Bibliotheca Pública, com o caráter de bibliothecas populares, nos bairros mais populosos da capital, por exemplo, Afogados, Santo Amaro, Encruzilhada e Casa Amarela”
(BRUNO, 1935, p. 82).

Medidas de ordem cultural também foram sugeridas nesse documento elaborado naquela data e que, de certa forma, reaparecerão à época da *Proposta* de Souza Barros, em 1944, para a criação de bibliotecas populares.

A importância desses espaços para o processo educacional ia além do Recife. Experiências de bibliotecas populares vinham do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Belo Horizonte, tendo como padrão as das cidades dos Estados Unidos. Afinal, o que seriam as bibliotecas populares das quais tanto se falava e pouco se esclarecia? Não seriam, naturalmente,

“um luxo cultural [ou um] órgão petrificado e estático, mas de propulsão e de circulação de ideias e conhecimentos [...] o instrumento adequado, e talvez único, a alargar a média intelectual dos cidadãos e criar uma cidadania instruída e capaz [...] franqueada a todas as classes [...] a biblioteca tem uma função [...] a de dife-

reenciar grupos sociais [...] Deve-se aparelhar o estabelecimento das obras [...] que correspondam aos interesses circunstanciais, os da região e os do país” (MENEGALE, 1932, p. 18, 20).

Na verdade, esta reflexão apresentada ao Prefeito Luiz Penna, de Belo Horizonte, por J. Guimarães Menegale deixou transparecer o momento de reforma política por que passava Minas Gerais. Portanto, a substituição das bases de poder oligárquico tradicional necessitava “organizar e mobilizar a opinião pública para que ela seja capaz de conhecer os problemas nacionais e de propor para eles as soluções adequadas e oportunas”, como citou Schwartzman (1984, p. 38), ao mencionar o *Manifesto da Legião de Outubro Mineira*.

Nesse cenário, projetava-se a ação educativa que consistia em “manter e fortalecer o espírito de unidade nacional, pregar e desenvolver os altos sentimentos e as grandes virtudes humanas” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 38). Diante da perspectiva dessa dupla ação, nasceria a biblioteca organizada aos moldes americanos como veículo capaz de facilitar, a todo transe, a boa leitura, visto que “ler não é só arma de cultura, é arma, também, de perversão”, como salientava Menegale. Daí alertar sobre a corrupção moral e social a que a massa popular estaria sujeita quando não esclarecida espiritualmente — responsabilidade a que o Estado deveria se propor, porque “a biblioteca incentiva a vontade de aprender, uma vez que proporciona a leitura continuada e estimulante”, ideias e compromissos políticos (MENEGALE, 1932, p. 16, 22).

Esses pontos despertavam e direcionavam a concepção político-ideológica e as potencialidades das bibliotecas como complemento à educação, no dizer de Mário de Andrade, em 1939, quando na chefia do Departamento Municipal de Cultura da Prefeitura da Cidade de São Paulo. O escritor exercia o seu papel de desbravador e de construtor, em defesa do “lançamento dos verdadeiros alicerces culturais de um país que, durante os primeiros anos, a partir de 1934, se havia resolvido a ser grande culturalmente”, como registrou Paulo Duarte (1977, p. 59). Portanto, formulou o que seria o papel das bibliotecas populares no desenvolvimento da educação brasileira. Para entender melhor a questão, nunca é demais refazer a leitura do texto de Mário de Andrade que, embora

longo, permite apreender o seu sentido na íntegra:

“A criação de bibliotecas populares me parece uma das atividades mais atualmente necessárias para o desenvolvimento da cultura brasileira. Não que essas bibliotecas venham resolver qualquer dos dolorosos problemas da nossa cultura, o da alfabetização, o da criação de professores de ensino secundário, por exemplo... Mas a disseminação, no povo, do hábito de ler, se bem orientada, criará fatalmente uma população urbana mais esclarecida, mais capaz, de vontade própria, menos indiferente à vida nacional. Será talvez esse um passo agigantado para a estabilização de uma entidade racial, que, coitada! se acha tão desprovida de outras forças de unificação” (ANDRADE, 1957, p. 7).

Mário de Andrade chamava a atenção para a necessidade de as bibliotecas comprarem “livros capazes de exercer uma influência nitidamente cultural”, como confirmou Paulo Duarte e mais, de as “coleções de livros e principalmente revistas deixarem de ser coleções mortas para ficar à disposição de estudiosos a qualquer momento por meio de catálogos e fichários cientificamente organizados” (DUARTE, 1977, p. 72, 75). Para completar, o escritor deixava claro que a “biblioteconomia torna a verdade utilizável [...] pelo próprio hábito de fichar, de examinar o livro em todos os seus aspectos e desdobrá-lo em todas as suas ofertas” (ANDRADE, 1943, p. 183).

A partir desses pontos foi possível verificar que a biblioteca pôde contribuir para a formação, reprodução e transformação da sociedade, utilizando-se do processo educativo, para aí executar o seu papel. As mensagens veiculadas indicaram, entretanto, que “o livro não é apenas uma dádiva, é compreensão e, deve ser principalmente, um fenômeno de cultura”, como explicou Mário de Andrade, adiantando também:

“O problema das bibliotecas populares não se resolve, porém com qualquer simplória disseminação de amontoados de livros pelos bairros das capitais. É certo que uma biblioteca de espírito realmente moderno não se reduz jamais a um exclusivo amontado

de livros, um túmulo de livros [...]. São organismos efetivamente agentes, são verdadeiras escolas disfarçadas, de ensino extra-escolar” (ANDRADE, 1957, p. 7).

 possível que, a época, o intuito de submeter à discussão as questões relativas aos vínculos das bibliotecas com o processo educacional e cultural, particularmente do hábito de ler, tenham a ver com aquilo a que Edson Nery da Fonseca chamou a atenção: o fato de ter sido Monteiro Lobato, após ter realizado uma viagem aos Estados Unidos, em 1929, quem primeiro escreveu sobre a contribuição da Biblioteca do Congresso americano e sobre as atividades de leitura na seção infantil da Biblioteca Pública de Nova York (FONSECA, 1979, p. 35).

No Brasil, as atribuições e os vínculos das bibliotecas com os grupos sociais foram exemplificados com a fundação do Departamento Municipal de Cultura, iniciado em 1935, em São Paulo, pela capacidade de organização e direção de Mário de Andrade, auxiliado por Rubens Borba de Moraes, Sérgio Milliet e Oneyda Alvarenga (DUARTE, 1977, p. 60). Foram visíveis e positivos os resultados obtidos com o funcionamento das bibliotecas populares. Daí não se poder negar a sua importância e influência direta na proposta de criação, para o Recife, de organismos semelhantes, visto que,

“em países como o nosso, porém, cujo povo ainda não possui o hábito de ler, as bibliotecas populares devem ser inicialmente orientadas, em especial para a criação desse hábito de leitura. Qualquer organismo, por mais atrativa que seja a sua fachada, por mais figuras que tenha nos seus livros, e sejamos corajosos de tudo afirmar, por mais sombra meiga e fria que apresente em suas salas de leituras nos dias de verão brabo, jamais chamar pro livro os alfabetizados de Leônidas, unicamente leitores da página de esportes e de crimes dos jornais” (ANDRADE, 1957, p. 7).

A biblioteca nascida dessa constatação teria que necessariamente observar a diferenciação dos níveis do todo social para, s então estabelecer, por gradação, a composição do acervo. Nesse momento, os intelectuais preci-

sariam ser mobilizados, aqueles homens “de gabinete, que têm tempo e cultura mais profunda [para] fazer a análise [...], fixar as reações dos fatos, pesquisar as suas causas, disciplinando os seus efeitos e a sua repercussão na vida nacional”, salientou, em 1943, Agamenon Magalhães, o Interventor do Estado Novo em Pernambuco (1985, p. 244).

De fato, desde 1938, Agamenon Magalhães, no seu papel de doutrinador, escrevendo sobre propostas e trabalhos do governo, utilizava a tática da imprensa diária para desenvolver a estratégia de captar e alimentar o doutrinado pela mensagem político-ideológica. Por isso, entendia e reconhecia que “entre os problemas do Estado, nenhum excede em importância e transcendência para a vida nacional, ao da educação e cultura” (1985, p. 148).

Nesse sentido, o Interventor pretendia que os valores, ideias e sentimentos alcançassem as elites, para quem os problemas de cultura pudessem significar o entrelaçamento entre o social e o político. A questão-chave levaria, ao mesmo tempo, a verificar que o caráter progressista da cultura permitiria que economistas, financistas, professores e técnicos em assuntos sociais, ocupando “os quadros do governo, assistindo e orientando os planos e decisões” viessem a integrar-se em painel próprio da cultura. De fato, esta se fazia necessária em seriedade e objetividade, “oferecendo inquéritos, dados e observações, para os planos do Governo” (MAGALHÃES, 1985, p. 94).

A inquietação social e política da época, as necessidades econômicas, educacionais e culturais do país levaram o Interventor/jornalista a destacar: “os intelectuais precisam também ser mobilizados; os grandes problemas que preocupam o governo, responsável nessa hora por tudo, devem servir de tema para os que pesquisam, estudam e sabem escrever ou divulgar” (MAGALHÃES, 1985, p. 244). Daí a fundação da Cooperativa Editora e de Cultura Intelectual, em 1940, para justificar as edições de história, sociologia e letras jurídicas no Brasil.

O chamamento à mobilização de pessoas seria uma etapa para que os feitos culturais na vida nacional fossem tarefas para o intelectual realizar, devendo este “ser realista e, sobretudo, brasileiro, com inquietações pelo nosso destino” (MAGALHÃES, 1985, p. 244).

Em nome desses pontos de vista, o Interventor/doutrinador — também “o Administrador”, como o denominou Maria Luiza da Rosa Borges, secre-

tária de tantos governadores de Pernambuco — reconheceu e submeteu a influência da leitura ao processo de interpretação dinâmica, visando à formação da sociedade estadonovista. Para tanto, o Interventor omitiu conscientemente as lutas sociais dos intelectuais progressistas e das massas populares. Naquele momento, porém, ocultou as prisões, “a faina reacionária, acuando os democratas e os homens e mulheres de esquerda” (CAVALCANTI, 1978, p. 189), e o impedimento da livre circulação de livros, o que significava a apreensão de obras em mãos de intelectuais e de estudantes. — Paradoxalmente, a proibição do “Administrador” veio beneficiar pecuniariamente a funcionários do DOPS — Delegacia de Ordem Política e Social e ao jovem jornalista e advogado Paulo Cavalcanti que deveu à polícia política a sua “iniciação no socialismo e na ciência marxista” (1978, p. 182).

Para Agamenon, parece certo que “política é cultura e ação” (1985, p. 244). Logo, seria impossível desconhecer o processo de luta travada pelas oposições. Ou mesmo, a impressão e a edição de folhetos, jornais e livros publicados local ou nacionalmente, clandestina ou abertamente, por intelectuais, líderes operários ou estudantes de esquerda. Textos utilizados, muitas vezes, para estudo em grupo e divulgação da doutrina marxista. Não poderia desconhecer que escritores como Monteiro Lobato, Jorge Amado, Mário de Andrade, Graciliano Ramos, Joaquim Cardozo e jornalistas, tiveram suas obras e atividades interceptadas pela polícia política.

No campo das casas editoras, o Interventor também não poderia ter ocultado que as empresas, *Leitura*, *José Olympio*, *Companhia Editora Nacional*, *Freitas Bastos*, *Civilização Brasileira*, *Pongetti*, *Globo*, *Melhoramentos*, *Francisco Alves*, *Livraria Martins*, *Germinal*, *Calvino* e *Vitória*, especialmente as duas últimas, encarregavam-se de colocar no mercado obras nem sempre favoráveis às ideias dominantes. Por vezes, a censura agia diretamente, suspendendo ou recolhendo edições. Ou atuava de forma indireta, pela retenção de suprimento de papel para livros ou para jornais, como indicado em *O livro no Brasil*, por Hallewell (1985, p. 418).

Face ao grupo de intelectuais que, no Recife, se projetava culturalmente nas letras e nas artes, o Interventor assegurava: “a vida com os livros, com o espírito, com a inteligência, com a meditação, nos leva, muitas vezes, a uma atitude esportiva” (MAGALHÃES, 1985, p. 242). Se o registro e a transmissão

de uma massa de informações vêm se constituir em elementos para reflexão, o homem estaria então “procurando dentro de si mesmo motivos de renovação”. Assim, o Administrador afirmava: “a hora é das elites, a hora é do pensamento e da ação” (MAGALHÃES, 1985, p. 94).

À PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE BIBLIOTECAS POPULARES

O direcionamento político local e nacional, a organização social, a história e os recursos materiais constituíram ponto de partida para o lançamento da proposta de criação de bibliotecas populares no Recife. Dessas condições fez uso Manoel de Souza Barros, em setembro de 1944 quando, de forma concreta, efetivou a *Exposição de Motivos* apresentada ao Prefeito Antônio de Novaes Filho, nomeado para a Prefeitura Municipal do Recife, devido à confiança do Interventor do Estado Novo em Pernambuco, Agamenon Magalhães.

Souza Barros, homem de muitas presenças na administração, no jornalismo, na economia, na política, um dos fundadores do Partido Comunista,

“sofreu cadeias amargas, mas nunca deixou de protestar nos jornais de oposição, nos comícios populares, nos corredores da Faculdade de Comércio onde estudava [...]. Todo o Recife pobre e explorado admirava o perigoso jovem Manuel de Souza Barros, que ensinava, gratuitamente, nos sindicatos e nos arrabaldes, aos meninos sem escola” (SOUZA BARROS, 1985, orelha).

Em 1944, momento-chave em que se abria a perspectiva, ainda que conflitante, de discussões e aplicação de medidas concretas concernentes ao desenvolvimento da leitura e do pensamento, pôde Manoel de Souza Barros, com certo tato intelectual e cuidado técnico, buscar a realização de um projeto político de largo alcance, que fosse condizente com o disposto na Constituição de 10 de novembro de 1937: “o trabalho intelectual, técnico e manual tem direito à proteção e solícitude especiais do Estado” (MAGALHÃES, 1985, p.

115).

Para Souza Barros, o âmbito das bibliotecas populares era amplo. Permitia demarcar, com traços definitivos, as ligações com os fatos sociais, portanto, a “criação de centros de cultura popular, junto às bibliotecas municipais ou a outros serviços públicos”, conforme apelo nacional das autoridades do ensino e, em particular, da Campanha de Educação de Adultos (1945, p. 265). Para Souza Barros, então diretor da Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo — DEPT, os quadros estatísticos com o número de escolas disponíveis indicariam onde ficariam as sedes das coleções destinadas à leitura para adolescentes e adultos.

O momento parecia politicamente certo, para cuidar da “formação das verdadeiras elites”, que deveriam ser constituídas pelos mais capazes intelectualmente quer dispusessem ou não de recursos econômicos, como advertia o INEP — Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Na condição de participante e intérprete da vida social, buscando respeitar a legitimidade da ordem estabelecida, a proposta de Souza Barros, pela fiel transcrição de José Césio Regueira Costa, revelava-se, num primeiro momento, de grande simplicidade. Mas, quando analisada mais aprofundadamente, permitia desvendar as razões e as justificativas para a criação de bibliotecas nos arrabaldes do Recife. Assim, a mensagem ao “agricultor Prefeito” Novaes Filho, como o chamava o Interventor Agamenon Magalhães, aludindo à sua capacidade de “administrador apaixonado pela terra e pelos problemas econômicos de Pernambuco” (1985, p. 195), refere-se, de forma quase esquemática, às ações que pretende sejam precursoras da leitura pública. Souza Barros dizia que:

“Uma verificação que não pode escapar a qualquer pessoa que cuida de problemas de educação é a falta de bibliotecas no Recife [...] já insistimos nessa tecla, sugerindo a criação de bibliotecas nos arrabaldes que chamaríamos distritais, para evitar o nome populares” (REGUEIRA COSTA, 1954, p. 2).

Nessa primeira abordagem, foi importante conferir com José Césio Regueira Costa: a “criação de Bibliotecas Populares, ou melhor, das Bibliotecas Distritais, denominação que o autor da proposta preferia talvez por mais

conveniente ao regime da época, que era o do Estado Novo” (1954, p. 2). A preocupação com a localização administrativo-geográfica e com a responsabilidade social do governo aliava a escola à biblioteca, no âmbito da administração municipal.

Levada pelos caminhos da política educacional do Estado Novo, a questão fazia Souza Barros advertir:

“A divulgação do livro pelas camadas mais pobres da população não deve ser interpretada como um método de popularização, a fim de não criar confusão entre os problemas de educação propriamente e os problemas de folk, ou seja, os problemas de conservação e defesa dos hábitos e costumes populares da região” (REGUEIRA COSTA, 1954, p. 2).

Encontrava-se, portanto, justificada por seus princípios socialistas, a defesa da difusão cultural para a classe operária, como uma crescente necessidade de distinguir a demanda educacional da preservação do folclore. Para o autor da *Proposta* era necessário deixar claro que as bibliotecas, embora pudessem estar vinculadas, num primeiro momento, à Diretoria da Estatística, Propaganda e Turismo da Prefeitura, não estariam voltadas para a divulgação e a preservação do folclore, conforme uma das intenções demonstradas pelo Estado Novo e definidas para a educação elementar. Essa intenção — nascida durante o movimento modernista — visava ao recolhimento e à conservação de documentos sobre folclore e artes rurais por intermédio de professores.

Esses pontos estavam ligados à defesa da ordem social, princípio geral da política educacional do regime, iniciado com a democratização do ensino elementar, sobretudo, para as zonas rurais. Visto por este ângulo, a via folclórica não teria prioridade para a divulgação do livro, para não “ser interpretada como um método de popularização”. A afirmativa de Souza Barros tem a ver com o período pós-1940, em que há “um certo repúdio do local, reputado apenas pitoresco e extraliterário; e um novo anseio generalizador, procurando fazer da expressão literária um problema de inteligência formal e de pesquisa interior”, como analisou Antônio Cândido (1965, p. 151).

A posição dos intelectuais, nessa “época, em defesa da difusão da cultura

poderia estar, como ressalta Schwartzman, em que a “crença na força da arte e da cultura talvez fosse, naqueles tempos, a única forma de legitimar o convívio entre os intelectuais e o poder do Estado Novo” (1984, p. 95). Isso tornaria possível a instalação das salas de leitura em bibliotecas que representariam, de forma mais ampla, o espaço destinado à cultura. Reforçando o pleito, Souza Barros esclareceu:

“Invoca-se, quase sempre, o fato de ser o Recife já servido por uma biblioteca estadual. Sem querer fazer apreciações em torno dessa entidade, somos obrigados a explicar que a mesma não tem condições de penetração entre as camadas da população pobre do Recife. Situada no centro, ela serve mais a um grupo de professores e intelectuais e a pequeno número de leitores de revistas, jornais e outros periódicos” (REGUEIRA COSTA, 1954, p. 2).

Esta justificativa impunha-se pela própria necessidade de maior divulgação de informações compatíveis com os interesses e os problemas do proletariado, campo onde de substancial nada até então fora feito em benefício do povo, por parte do governo. A Biblioteca Pública sempre abria espaço para estudiosos e pesquisadores. Ali eram preservados documentos do período da guerra holandesa, incluindo antigas e numerosas edições pernambucanas e outros históricos, bem como “uma das mais ricas coleções do Brasil em edições raras”, afirmara Agamenon Magalhães (1940), em relatório apresentado a Getúlio Vargas, Presidente da República. — Documentos não apropriados para consultas imediatas ou para a solução de inquietações político-culturais, literárias ou de livres manifestações do espírito do público em geral.

Com sensibilidade e conhecimento das condições sociais e políticas, com participação em movimentos literários, artísticos e jornalísticos, Souza Barros pôde ainda acrescentar, testemunhando em favor da divulgação da leitura:

“O Recife, porém, tem condições para criar as suas bibliotecas, deixando ao Estado cuidar, através da sua, quando transformada em órgão central, das do interior, pertencentes a comunas que não possuam condições para criá-las. Não só bibliotecas distritais e

subdistritais como uma biblioteca ambulante que pudesse servir, de início, aos arrabaldes não beneficiados pelas bibliotecas subdistritais e também às comunidades mais afastadas e mesmo aos núcleos rurais de população mais intensa, distanciados do centro urbano” (REGUEIRA COSTA, 1954, p. 3).

Ainda, no que se refere às condições das bibliotecas públicas, a mensagem de Souza Barros também poderia estar calcada na oportuna palestra realizada por Rubens Borba de Moraes, em 1943, na Casa do Estudante do Brasil, quando retratou e tentou restaurar uma imagem denunciadora:

“As nossas bibliotecas não são bem bibliotecas. São ainda, em geral, depósitos de livros, mais ou menos organizados, bem ou mal conservados” (MORAES, 1983, p. 26).

Por outro lado, a proposta circunscrevia-se a uma realidade contundente, dada a situação de pobreza da capital, com “cerca de dois terços da população pobre espalhada pelos morros e à margem dos mangues, dispondo, apenas de uma biblioteca pública, espécie de repositório de velhos livros e de funcionários emperrados” (REGUEIRA COSTA, 1954, p. 3). De fato, apesar da longa existência da Biblioteca Pública, os benefícios de sua atuação eram limitados à participação de uns poucos usuários. Sem complementar o sistema educacional e sem força política, a Biblioteca Pública não se habilitava ou não apresentava condições de atuação social mais ampla, restringindo suas atividades a uma elite tradicional, de cunho conservador, voltado para pesquisas históricas ou jornalísticas.

Diante dessa realidade constrangedora, de penúria social e de carência bibliográfica, a argumentação de Souza Barros marcou, com clareza, a sua determinação em dotar o Recife de uma rede de bibliotecas dinâmicas, preparadas para servir a um público diversificado. E, não só ao Prefeito Novaes Filho expôs as suas ideias, mas ao Diretor do Instituto Nacional do Livro, Augusto Meyer.

Mais do que observar e retratar fatos, sem deixar de ser um planejador que foi às fontes coletar dados, Souza Barros buscou interpretar como se

articulavam com os Estados e, particularmente com o Recife, os organismos culturais sob o controle do governo central. Daí verificou que, em 1937, o Ministério da Educação e Saúde priorizara a organização da Enciclopédia Brasileira, pelo Instituto Cairu, logo transformado, pelo Ministro Gustavo Capanema, em Instituto Nacional do Livro, com sede na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

Pelo Decreto 93, daquele mesmo ano, o INL incentivaria a organização e auxiliaria a manutenção de bibliotecas públicas no país. A essa informação juntou-se outra, mais consistente, vinda do próprio diretor do Instituto, assegurando, de imediato, apoio técnico, e material editado pelo INL, para a concretização da *Proposta*. A criação, em 1938, do Departamento Administrativo do Serviço Público — DASP — proporcionaria através do seu curso para formação de bibliotecários, estágio em sua própria biblioteca, visando à preparação de mão de obra especializada. Havia também a oportunidade oferecida pela Biblioteca Nacional que, desde 1911, mantinha cursos para bibliotecários.

Não bastasse isso, o Departamento Municipal de Cultura da Prefeitura de São Paulo, criado por Mário de Andrade em 1936, com uma Divisão de Bibliotecas, sucessivamente dirigida por Rubens Borba de Moraes e Sérgio Milliet, serviria de modelo para a estruturação da Diretoria de Documentação e Cultura — DDC.

Foi a partir dessas informações e de cálculos orçamentários relativos às instalações, pessoal e material permanente, que Souza Barros, na condição de diretor da DEPT, propôs a criação de um novo órgão para a Prefeitura, que viesse oferecer oportunidades de leitura pública. Entretanto, a *Proposta* continha dificuldades ligadas ao contexto histórico vivido por Pernambuco. Tanto que, retardando decisões, o Prefeito Novaes Filho adiou também definições e ações indispensáveis à implantação das bibliotecas populares, distanciando-as da administração urbana, enquanto permitia àquela Diretoria dinamizar-se.

O processo de implantação das bibliotecas populares iniciou-se e intensificou-se, tentando encontrar espaço entre os termos do Decreto 144, de 1939, em que “a necessidade de uma divulgação regular e oportuna dos principais fatos de ordem econômica, social e cultural, ocorridos na cidade do Recife” ajustavam-se ao desenvolvimento das tradições e do turismo. Assim,

munindo-se de estudos, tabelas e gráficos que desenhavam a fisionomia da cidade, a DEPT denotava também questões de patrimônio artístico, histórico e de turismo interno e externo. Ampliando a sua atuação com a edição das revistas *Arquivos* e *Boletim da Cidade e do Porto do Recife*, a Diretoria organizou uma fototeca, uma hemeroteca, uma biblioteca especializada e uma discoteca.

Essa forma de relacionar as tradições culturais da cidade à ação política vinha perpetuar a dimensão simbólica do Estado Novo, tentando, de forma impessoal, um contato mais direto com o universo social da população. Contudo, o processo de selecionar, conservar e divulgar os valores tradicionais com o auxílio de materiais gráficos e não gráficos mostrava-se insuficiente e restrito, não permitindo a expansão de uma política mais ampla, de maior penetração, voltada para a transformação de todos os setores da sociedade, especialmente aqueles mais debilitados. A iniciativa pioneira de “turismo doméstico, popular, cultural, estava destinada às classes menos favorecidas economicamente”, como lembrou José Césio, no *Prefácio* de *A Década 20 em Pernambuco* (SOUZA BARROS, 1985, p. 16). Portanto, revelava e reforçava a necessidade de ampliar e de aprofundar um plano de ação cultural mais abrangente. O conjunto de traços que marcaram a imensa transformação social, política e cultural do Recife, que conviveu com os reflexos da Segunda Guerra Mundial, vinha sendo reforçado pela imaginação criadora de um grupo de intelectuais e educadores que via nas realizações da DEPT possibilidades de democratização da cultura.

Naquele momento, Astrogildo Pereira, em documento publicado pela Casa do Estudante do Brasil também se posicionava:

“Os intelectuais brasileiros como tais — como escritores, como artistas, como pensadores, como homens de ciência — poderão desempenhar desde agora um papel de incalculável importância na solução dos problemas [...] relativos à democratização da cultura, ou seja, à difusão entre as massas populares dos instrumentos de cultura, visando à elevação progressiva do nível cultural do povo brasileiro”. Mas era preciso estar alerta: “Vivemos ainda no que se refere aos meios de instrução e cultura das grandes

massas populares, menos que em pleno regime colonial e escravocrata” (PEREIRA, 1978, p. 64).

O destaque de intelectual participante, comprometido com as causas populares, profissional técnico engajado também com problemas de defesa civil, de preços e abastecimento, deu condições a Manoel de Souza Barros para avaliar com maior rigor os caminhos para a democratização da cultura. Essa avaliação passava pelo conhecimento da luta das esquerdas no sentido de preparar, cultural e politicamente, as massas populares, fosse por meio de jornais e panfletos, fosse pela iniciação escolar, fosse pela subvenção às bibliotecas populares e operárias, recomendação dada pela Comissão Central Executiva do Partido Comunista do Brasil, em 1927.

Assim, ao dar para a DEPT um novo rumo, capaz de dispor e desenvolver os meios e as possibilidades para a difusão da cultura, Souza Barros reorganizou a *Proposta* sobre a criação das bibliotecas populares e obteve do Prefeito Novaes Filho a assinatura do Decreto-lei 428, de 8 de junho de 1945.

A DEPT transformou-se em DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E CULTURA — DDC, diretamente subordinada ao Prefeito, meses antes da queda de Getúlio Vargas. Nessa época estava Pernambuco sob a intervenção de Etelvino Lins, inflexível no combate ao comunismo e à desordem social.

Por determinação legal do poder executivo, e pela primeira vez no Recife, quase toda a ação cultural passou a ser fomentada, organizada e conservada pela DDC, Diretoria de Documentação e Cultura, com vistas à mudança da produção, reprodução e divulgação da informação de assuntos que derivassem ou interessassem à vida simbólica da população.

Ao ser promulgado, esse ato veio estabelecer diretrizes de ação para a DDC, incorporando as atribuições da DEPT. E teve como objetivo fazer valer, pelo aprofundamento da perpetuação e da divulgação, a memória documental de uma época. O registro fotográfico, cinematográfico e fonográfico de ações municipais, vozes de autoridades e cantos de trabalho tornaram-se objeto de conservação e organização centralizadas. A competência da DDC estendia-se à defesa e ao zelo da paisagem urbana, cuidando das “velhas árvores”, das artes, das indústrias e costumes típicos regionais. Por outro lado, também mantinha e divulgava as publicações editadas pela DEPT acrescidas do *Boletim Musical do Recife*.

Sem dúvida, eram indicadas as atividades destinadas à dinamização da cultura: “conferências de interesse para a vida da capital”, campanhas de “bom gosto visando à elevação da capacidade de julgamento do público”, organização da discoteca pública e manutenção das bibliotecas distritais. A Diretoria incorporava também a promoção e a difusão do turismo como meio de cultura, “principalmente para grupos de operários, funcionários, escolares, militares, comerciantes e outras classes, cujas ocupações ou situação não lhes permitam, por si sós, um contato mais íntimo com a região”, conforme expressava o Art 6.º do Decreto-lei. Fazia parte daquela instituição manter serviços e postos de salvamento nas praias e fomentar os esportes mais ligados às características da cidade, tais como: remo, natação, vela, aviação e outros.

O texto da lei exprimia a recorrência aos traços indissociáveis do período estadonovista. Ao mesmo tempo em que tentava renovar, ou seja, avançar, trazer algo novo dentro de um contexto social existente, prolongava o semi-autoritarismo político através do controle da divulgação de atos e de objetos culturais emergentes de práticas sociais e históricas.

Cada item dos artigos expressava, “pelo alto”, de forma elitista, um forte componente ideológico, quando garantia ordenar, sistematizar e dar a conhecer as manifestações culturais organizadas ou elaboradas por grupos mais ou menos institucionalizados. O processo de aceitação, sem indagações sobre como ou em que condições essas manifestações foram ou estavam sendo simbolicamente geradas, foi criando a ilusão de que a divulgação de informações permitiria a reprodução ou a transformação de outras relações sociais. No entanto, quando atores ou grupos sociais agiram e interagiram simultaneamente, as práticas econômicas e simbólicas, as influências, as percepções, os interesses e as ações foram selecionados e divulgados, de forma a coincidir ou a adaptar-se ao próprio fazer e desfazer, de grupos ou de indivíduos subordinados à relação social.

A imagem difusa da cultura projetada pelo corpo da lei tentou desenhar normas, regras, valores e sentimentos vigentes. Essas características foram alimentadas e preservadas pela promoção, seleção e controle de manifestações dispersas que se exprimiram por meio de práticas, “costumes típicos”, feiras de amostras e outras, que puderam se integrar ou se incorporar à identificação da universalidade da cultura.

O empenho centralizador e dinamizador dado a função da DDC realçou dois aspectos distintos, vinculados à unidade dos contrários, contidos na ação de preservar e divulgar informações. O primeiro aspecto transformou os dados e as publicações recolhidos pela DEPT em informações de carácter utilitário, comportando questões necessárias à estratégia de conservação e retificação da ordem, da hierarquia e da tradição.

O segundo aspecto, contrapondo-se ao primeiro, refletia uma imagem de superficialidade, pela forma decorativa com que se apresentava. Foi a vez da preservação de impressos de “carácter mundano ou social” que, embora venham a representar gostos, usos e costumes de uma época, traduziam e acentuavam, nitidamente, a classe social a que pertenciam. Nesse sentido, o turismo é sedutor, porque se apresentou àqueles que se supõem sejam desprovidos de uma visão mais aprofundada da realidade, como um divertimento, uma atitude e uma fonte de conhecimento da natureza, de obras e monumentos, carregados de testemunhos históricos.

A estes dois aspectos aliava-se um terceiro, que serviu a um sem número de tarefas, enquanto fenómeno de vida social. Assim, ofuscada pelo brilho do conjunto de atividades da DDC, a criação da Discoteca Municipal insinuou sua presença na lei por colocar à disposição do público cabines individuais para audição de discos de músicas selecionadas e por audições coletivas, com o fim de “despertar o interesse pela música de categoria superior” (REGUEIRA COSTA, 1948, p. 3).

Na situação de pouco brilho, aparecia na lei a imagem das bibliotecas, apresentadas como “distritais previstas pelo Instituto Nacional do Livro, nos bairros de maior concentração popular.”

As medidas estratégicas, definidas por esses traços principais, refletem uma lei de carácter renovador, no sentido de a velha classe dominante ter capacidade para assimilar e atender aos reclamos dos intelectuais, representantes das aspirações das classes populares, institucionalizando, assim, o que se convencionou chamar de documentação e cultura. Mas a cada ação específica, impunha-se fossem restaurados os princípios básicos do regime, evitando-se, dessa forma, uma efetiva transformação de “baixo para cima”, o que deveria ser ocultado ou contido. Dessas medidas, a questão primordial passou a ser a seleção e o controle dos conteúdos, mais do que a forma de divulgação, origi-

nando-se desse procedimento uma visão de mundo que se interiorizava por informações, ideias e sentimentos. A substância da lei não se voltava para as classes populares, analfabetas, incultas, desempregadas, ou sem tempo livre, porque empregadas, mas para representantes de setores da classe média que, se propondo ao estudo e ao lazer, dividia o tempo e o trabalho para transformar-se em força de coesão.

Esse conjunto de ações heterogêneas quanto ao emprego do material documental, difuso politicamente, veio concretizar-se em 1945, por medidas efetivas estabelecidas pelo Prefeito Novaes Filho. Isto é, pela alocação imediata de recursos financeiros destinados a aquisição de material permanente e a despesas diversas, no valor inicial de trinta e cinco mil cruzeiros, seguidos de outros valores nos anos subseqüentes.

A implantação da DDC tornava-se irreversível. Pela Lei 292, de 16 de abril de 1949, promulgada pelo presidente da Câmara Municipal do Recife teve-se:

Art. 1.º - A Prefeitura do Recife fará instalar, por intermédio da Diretoria de Documentação e Cultura (3) três bibliotecas populares, nos bairros de Santo Amaro, Tegipió e Encruzilhada.

Art. 2.º - A Diretoria de Documentação e Cultura inaugurará as referidas bibliotecas no espaço de (6) seis meses a contar da publicação da presente lei, ficando as mesmas sob a sua administração e orientação técnica.

Criadas na forma da lei, a documentação e a cultura deviam entrar em cena ponteadas pelas audições musicais, seguidas das bibliotecas populares. Mas, teve-se a certeza que, sem os necessários métodos e conhecimentos técnicos por parte do quadro de pessoal, a relação entre desenvolvimento cultural e crescimento material não atingiria os objetivos desejados.

Manifestava-se, dessa forma, a preocupação em modernizar o processo de organização e administração de bibliotecas, levando o diretor da DDC, José Césio Regueira Costa, a buscar contatos com os cursos da Biblioteca Nacional e da Biblioteca Pública de São Paulo. Segundo essa perspectiva, afirmava-se, com segurança, ser imprescindível a preparação de pessoal, alhures. Assim, a autorização do Prefeito Pelópidas Silveira ampliou as possibilidades de estudo

de Edson Nery da Fonseca, no Rio de Janeiro e de Milton Melo, em São Paulo.

A preparação intelectual e as experiências adquiridas pelos bolsistas encontraram, no Recife, um contexto favorável à criação e à expansão de um *Curso de Biblioteconomia* ligado à DDC. Pretendia-se valorizar e consolidar a imagem da biblioteca como um campo de atuação para a cultura e a educação. O domínio da teoria e de um conjunto de técnicas desencadeou um processo de formação, organização e circulação de um conhecimento instituído, capaz de dar condições ao bibliotecário de “servir à cultura, servir à comunidade, servir a todos, indistintamente, pobres e ricos, brancos e pretos, professores e estudantes”, discursou sobre o assunto, Edson Nery da Fonseca, em julho de 1948, durante a *Aula Inaugural* (1948, p. 3).

Esta característica veio explicar a ênfase dada a esse saber. Mas deixava a descoberto, no discurso, a citação da divisa dos bibliotecários: *Servus servorum Scientiae* (Servir aos servos da Ciência). De fato, uma forma amplamente difundida de predeterminar as ações dos bibliotecários, a partir da universalização do particular, para poder afirmar-se diante da pluralidade das bibliotecas: “Servir a todos indistintamente.” Identificados e persuadidos por essa divisa, os *Servos dos Servos* se propuseram a atuar em um campo onde o trabalho intelectual parecia ser nitidamente independente do trabalho material, portanto, das relações sociais e das condições concretas nas quais os homens produziam e reproduziam suas condições de vida. Assim, legitimavam a divisão social do trabalho.

Abrigando-se sob o manto da expressão e sob o domínio do imaginário coletivo, representado pela interiorização da qual não se apercebiam de um conjunto lógico e coerente de ideias, valores e normas, os *Servos dos servos* participavam de um projeto sociopolítico. E envidavam esforços para cumprir eficazmente as funções que lhes foram atribuídas pelos princípios da racionalidade, da organização e da administração. Por trás destes princípios, adotados também para catalogar, classificar e atender aos leitores, seriam instituídos normas, padrões, condutas e comportamentos, de caráter controlador e autoritário, que visavam neutralizar tanto a forma quanto o conteúdo do que seria posto a serviço dos *Servos dos servos da Ciência*, ou até mesmo de outros detentores de saberes diversos. Fundava-se, então, o mito da neutralidade das bibliotecas.

A porção mítica da biblioteca abria um largo campo para a preservação e

a divulgação de conhecimentos sagrados e profanos e firmava-se na real necessidade de aceitá-la como parte integrante da sociedade. Subordinada a essa necessidade estava o espaço destinado aos registros e às referências sociais, econômicas, políticas, científicas e culturais, em níveis concretos ou abstratos, ou a processos onde saber e poder aparentemente se diluíam no lugar de passagem entre a preservação e a difusão de informações. Aflorava a construção de defesas, ainda que difusas, para a universalização do conhecimento. Nesta visão, para “servir indistintamente”, seria preciso assinalar sua neutralidade, tanto pela forma quanto pelo conteúdo ou pela competência da organização e da administração planejada. E também pela obediência à ordem constituída que atravessava as instituições públicas e privadas.

Esses traços definidores da biblioteca como instrumento técnico de difusão ideológica não deixavam transparecer com clareza o quanto a leitura e o conhecimento poderiam ou não contribuir para desequilibrar, desordenar, quando desfizessem o estabelecido. Daí o seu caráter de oposição, de conflito, de contradição.

À CONCRETIZAÇÃO DA IDEIA DE BIBLIOTECAS POPULARES

O fato irreversível provocado pela institucionalização da documentação e da cultura, em especial das bibliotecas populares, levou o diretor da DDC, José Césio Regueira Costa, a destinar bolsas de estudo para aqueles que verdadeiramente iriam lutar por um ideal de democratização da leitura no Recife. Dedicado ao Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, Edson Nery da Fonseca aproveitou a oportunidade para exercitar seus conhecimentos em estágio na Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas, junto ao escritor Otto Maria Carpeaux, na elaboração da *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*. Enquanto na Escola de Biblioteconomia, anexa à Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, Milton Melo preparava-se para, ao voltar, dedicar-se à coordenação e ao ensino de curso semelhante. A habilitação dos bibliotecários motivava a implantação de um maior número de bibliotecas a serem instaladas em bairros, na Discoteca Pública e no Teatro Santa Isabel.

A longa resistência da Biblioteca Pública submetida a uma situação histórica desconfortável e anêmica, “tão desprezada pelos poderes públicos, preocupados apenas com obras cenográficas” (FONSECA, 1948, p. 3), incitava os novos bibliotecários à luta em busca da criação de bibliotecas populares fixas e ambulantes em todos os subúrbios, e à instalação de outras, em escolas, hospitais, quartéis e sanatórios.

Essa expansão, que daria um novo significado à vida da cidade, que exemplos e experiências norte-americanas mostravam ser tão diferentes da realidade social brasileira, levava o jovem Edson Nery a afirmar a sua crença no poder de uma rede de bibliotecas para a cidade do Recife. Ao mesmo tempo em que constatava o encarecimento, cada vez maior, da produção de livros e a capacidade aquisitiva do povo, cada vez menor.

Não há dúvida de que a demonstração de experiências no Rio de Janeiro e em São Paulo, em torno de movimentos de reorganização e democratização cultural, trazia para o Recife a oportunidade de estruturar um projeto de criação de instrumentos de cultura que propiciasse também à intelectualidade, um maior comprometimento com as causas populares e nacionais.

Assim, as explicações traçadas e repetidas por Astrogildo Pereira revelavam as mesmas motivações e enfatizavam a necessidade de “libertar a inteligência escrava, ensinar o povo a ler e escrever” e apontavam para as muitíssimas coisas a fazer no terreno da ação puramente cultural. — Uma vez que “a isso não é possível furtar-se nenhum escritor, artista ou cientista, sob a alegação de incompatibilidades pessoais de gosto ou temperamento” (PEREIRA, 1978, p. 62).

Porque, se antes “a cultura era um privilégio, um monopólio, do mesmo modo que a riqueza e a posição social”, agora os intelectuais

“não mais terão de trabalhar para divertimento ou proveito de uns poucos; libertos da tutela secular, a sua inteligência estará então necessariamente restituída ao povo, colocando-se ao serviço do povo, contribuindo direta ou indiretamente para a elevação do nível cultural das massas populares” (PEREIRA, 1978, p. 43).

Diante desse desafio, buscava-se a inserção e a integração na sociedade de um curso de Biblioteconomia capaz de ampliar a visão de biblioteca — até então destinada a servir como espaço do livro-objeto produzido primordialmente como instrumento a ser revelado e difundido entre aqueles que possuíam o domínio dos mecanismos próprios da palavra escrita, alcançando o conhecimento e o aprofundamento do texto. Assim, os conhecimentos teóricos e práticos que iriam ser ministrados, por todo um ano, a partir de 1948, abriam a perspectiva de desenvolvimento de uma nova profissão, atraindo grande número de candidatos, fazendo do acontecimento um marco definitivo. Os discursos de abertura e de encerramento do Curso deram o sentido e a compreensão de como se desenharia a imagem política das bibliotecas e, por extensão, dos bibliotecários.

O chamamento aos bibliotecários feito por José Césio, que direcionava sua vasta e profunda cultura pessoal a serviço da DDC, propunha que se desse início a “um largo movimento de caráter cultural, o primeiro passo de uma campanha cujos resultados seriam ponderáveis no desenvolvimento intelectual da população”. Ressaltava, contudo, a função do livro e a necessidade de não ser esquecido, “em um país como o nosso, o papel que vão representar as nossas bibliotecas populares — organismos ágeis indispensáveis na melhoria do índice cultural do povo pobre que não pode arcar com as altas despesas que requer a formação da mais modesta coleção de livros”. Esse direcionamento veio refletir o mesmo espírito da proposta de Souza Barros, em 1944, quando recomendava: “a divulgação do livro pelas camadas mais pobres da população não deve ser interpretada como um método de popularização” (REGUEIRA COSTA, 1949, p. 1).

Comparando os dois posicionamentos, o de Souza Barros e o de José Césio, verificava-se uma total identificação de pensamento: a divulgação do livro pelas bibliotecas populares, visando à “melhoria do índice cultural do povo pobre”. Nessa oportunidade, o elemento novo foi a substituição de *população* por *povo*, substituição esta que pareceu não ter grande relevância para os autores. Talvez porque *povo* tivesse o mesmo significado de *população*. Mais adiante, no mesmo discurso, foi empregado o mesmo vocábulo. Nos dois casos, o emprego de *população* e de *povo* estaria significando os agentes a quem a divulgação da leitura iria servir. A ação de divulgar livros seria destinada a um agente indeterminado: a *população*, o *povo*. A questão continuava indefinida, devendo ser entendida como força retórica ou força política. Sabia-se que um serviço público de caráter intelectual, como a biblioteca, deveria ser aberto a todos os que desejassem utilizá-lo.

Foi com este entendimento que *população* e *povo* constituíram o mesmo alvo do processo de divulgar para melhorar o desenvolvimento intelectual do *pobre*. O indicativo que parece surgir em seguida é *pobre*. Logo, o alvo pretendido pela ação de divulgar livros é o *povo pobre*. Quem quer que não tivesse meios para formar bibliotecas ou adquirir livros deveria, recorrer aos serviços da biblioteca popular. Este seria naturalmente, um dos indicativos para o processo de escolha dos autores, títulos e assuntos a nortear a composição do acervo.

A proposta de Souza Barros ainda poderia ser interpretada como uma

forma de não vulgarização de obras eruditas. Ou de não comercialização ou de exploração do gosto duvidoso, o qual seria representado por meio de manifestações escritas ou orais, em linguagem vulgar, que expressassem paixão, ciúme, amor, vingança, como sentimentos universais, difundidos, enaltecidos ou banalizados em todas as sociedades. Uma produção impressa, de grande aceitação pública, sempre largamente utilizada pelo comércio, na indústria cultural, como forma de encobrir, simplificar ou banalizar os questionamentos relativos às formações e relações sociais.

Em relação à composição do acervo, o discurso de Edson Nery da Fonseca, feito por ocasião da *Aula Inaugural* do Curso de Biblioteconomia, abriu a perspectiva de ampliar a “importância das bibliotecas para o desenvolvimento das ciências, das letras e das artes” (1948, p. 3). Nestas dimensões, a biblioteca pareceu configurar-se como um instrumento a ser utilizado pelo Estado, pela Prefeitura, especificamente, a fim de preencher o espaço deixado pela escola. Ao mesmo tempo, necessário para propiciar o aumento do índice cultural do povo. Qual seria então o significado político das bibliotecas populares?

Talvez a resposta pudesse ter sido dada por Fonotov, quando diretor da Biblioteca Nacional de Moscou, seguindo a ideia que, em uma nova estrutura social, as bibliotecas não deveriam ser armazéns passivos de conhecimentos. Mas importantes fatores de progresso social e técnico-científico, contribuindo ativamente para a educação da juventude, para o estímulo da criação científica e para o constante aperfeiçoamento de conhecimentos dos adultos. As bibliotecas deveriam estar a serviço de toda a população e satisfazer a todas as suas necessidades. Considerava igualmente importante dar apoio a “todas as iniciativas encaminhadas no sentido de difundir, entre as massas populares, o patrimônio cultural da humanidade” (FONOTOV, 1970, p. 133-134).

Valeria rever a posição de Edson Nery da Fonseca, na *Aula Inaugural*:

“O Curso é mais um presente da Diretoria de Documentação e Cultura ao povo do Recife. Depois de dar a esta cidade uma instituição como a Discoteca Pública, dá mais uma prova de seu interesse pelo desenvolvimento cultural da comunidade” (1948, p. 3).

Aqui, surge a indagação: Seria esta posição a melhor forma de preparar

os dirigentes das bibliotecas, levando-os a supor que o Estado tem interesse em dar presentes? Ou, alargando a interpretação, será que as bibliotecas populares seriam também *doações, presentes* para o *povo*? Não estaria, neste enfoque, a ocultação da diferença entre governantes e governados? E mais do que isso, haveria diferença entre biblioteca *para o povo* e biblioteca *do povo*, ou entre bibliotecas públicas e bibliotecas populares? Aqui se poderia repetir a pergunta de Gramsci: “Parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano, ou crê-se que ela é apenas um fato histórico, correspondente a certas condições?” (1978, p. 19).

Estes questionamentos remeteram à forma como os homens criaram e dividiram socialmente o trabalho, repartindo a atividade material da intelectual. Neste caso, as bibliotecas chamadas populares seriam entendidas pela DDC como um *local*, um *serviço público* onde o Estado poderia ou não representar a perpetuação da divisão social do trabalho ou da divisão entre governantes e governados, mediante a difusão da cultura, mesmo promovendo a divulgação do patrimônio das artes e das ciências.

Chamadas *populares*, as bibliotecas vinham deixando dúvidas em José Césio Regueira Costa, que se acentuaram ao relatar a experiência das bibliotecas, no I Congresso de Biblioteconomia, realizado no Recife, em 1954:

“quando me refiro às bibliotecas populares [...] reporto-me a um tipo de biblioteca ainda em evolução, possuindo, entretanto, traços marcantes, diversos daqueles que definem a biblioteca pública”
(1948, p. 6).

Sendo impossível discutir aprofundadamente o assunto, durante esse Congresso, ou tampouco quando participara da Conferência Latino-Americana de Biblioteconomia, em São Paulo, foi ensaiada uma definição das características das bibliotecas populares. Estas se relacionariam com o tamanho, a capacidade, a interdependência e a localização.

Não parece, entretanto, que a diferença entre uma biblioteca *do povo* e outra *para o povo* tenha sido suficientemente questionada, ou verificada. Porém, deveria ser ressaltado que o assunto foi posto como objeto de preocupação. Assim, quando denominadas *bibliotecas populares* estavam sendo entendidas

na perspectiva de destinação: *do povo*, para usufruto de todos, sendo o acervo proveniente do conhecimento universal. Visto que não se instituíra a formação de acervos construídos a partir da produção vinda do *povo* ou *com o povo*.

Desse modo, as *populares* seriam instrumentos de preservação e difusão dos registros *do povo*, construídos junto com o *povo*, pelo *povo*. Seriam veículos para um projeto onde se desenvolveriam a busca e a recuperação de conhecimentos, sentimentos, expressões, interesses, vivências, diferenças, contradições e resistências forjadas ao longo do processo histórico dos dominados. Esta perspectiva ampliada de *biblioteca popular* se proporia a recuperar e difundir registros que ensejariam a expressão e a participação dos dominados na composição e na construção de um acervo formativo da cultura em todos os níveis. Ao mesmo tempo, faria despontar um novo modelo, que propiciaria uma transformação cultural, científica e religiosa. O conhecimento universal também integraria o acervo.

As *públicas* seriam aquelas *para o povo*. Ou que se dedicariam a difundir a cultura existente, do domínio universal, produzida pela classe hegemônica. Classe na qual se concentrou e se interiorizou, imperceptível e subordinadamente, todo um processo social constituído de práticas e expectativas, significados e valores.

Essas circunstâncias históricas separaram e redirecionaram as bibliotecas. Estas concepções não fizeram parte do ponto nodal, representado pelas oportunidades de verificação e análise dos caminhos a serem percorridos pelos bibliotecários, para a definição e formação das bibliotecas.

A tomada de decisão quanto ao direcionamento das bibliotecas pôde ser constatada pelo exame da *Sondagem para a Criação de uma Biblioteca Popular*. Este procedimento visou localizar uma biblioteca na Encruzilhada, “por ser um bairro que apresentava diversos extratos de classes”, afirmava José Césio Regueira Costa em depoimento, em 1983. O questionário aplicado verificava, ao mesmo tempo, hábitos de leitura da população, grau de instrução, preferências por determinados tipos de publicações e espécies de literatura, entre outros itens.

Os resultados obtidos deixavam perceber nitidamente que a biblioteca seria formada *para* atender a demanda dos consulentes. Isto porque os entrevistados demonstravam suas preferências em matéria de literatura, onde transparecia a indicação de uma amostra de livros “de gosto duvidoso” ou de larga

difusão editorial.

Entretanto, a expectativa da DDC era “criar um novo padrão; dar ao povo aquilo que ele merece ter, educando-lhe o gosto, abrindo sua inteligência à compreensão das coisas do espírito, às mensagens das formas e das cores” (REGUEIRA COSTA, 1948, p. 4). Essa sondagem foi realizada em torno do Largo da Encruzilhada, interrogando uma só pessoa em cada casa, “representantes de famílias dispersas por todo o círculo da sua área de trabalho, sem considerar a posição social, o nível econômico, a cor, a profissão ou a confissão religiosa”, como assegurava o professor René Ribeiro, coordenador da pesquisa.

A preocupação era obter uma amostra representativa do bairro. Limitavam-se as perguntas às pessoas alfabetizadas. Assim, o maior percentual deu-se entre as que tinham instrução secundária, seguidas daquelas de instrução primária, e ainda, por profissionais liberais, funcionários públicos e estudantes. Todos esses indicativos serviram para nortear as atividades e os programas das bibliotecas, bem como para a seleção e aquisição do material bibliográfico.

Nesse quadro, nada mais expressivo sobre o significado e o direcionamento político das bibliotecas do que o discurso de inauguração da Biblioteca do Hospital Oswaldo Cruz, em 1950. Dois pontos destacavam-se: a ênfase dada ao inquérito realizado entre os pacientes alfabetizados, para identificar as preferências intelectuais dos futuros leitores e o agradecimento à oferta recebida pelos pacientes. O cotejamento dessa visão dual permitiu revê-la, reinterpretando a questão. De um lado, uma ação que promoveu e dinamizou, por meio de sondagens, a participação do leitor na escolha do acervo. Leitor esse que se apresentava como representante dos interesses de todos os doentes e que tinha incorporado, interiorizado o senso comum como visão de mundo. Por outro lado, o agradecimento à “oferta”, ou ao assistencialismo, acentuava o imobilismo que fizera receber, como dádiva, o que lhe era de direito. Na verdade, o hospital deveria oferecer recursos bibliográficos como lazer e nada receber em troca.

Dessa maneira, as duas posições fragilizaram o processo de inovação da biblioteca. Isto porque deixou entrever um certo dirigismo de uma ação manifesta dentro de uma ordem hierárquica existente, que regia as relações de dependência, autoridade e concessão: o hospital. Portanto, uma ação reali-

zada e traduzida como uma iniciativa paternalista do Estado sobre determinada camada da sociedade: pacientes em recuperação, também uma camada instável e transitória, ainda que detentora de um saber próprio não desvendado pelos interesses da sondagem.

A presença ou ausência de um grupo de pacientes considerados em situação subalterna, de aceitação, na dependência de quem define, modela e arbitra as regras, traduzia-se pela impossibilidade ou falta de envolvimento na escolha e na solução de respostas às questões que são objeto de preocupações ou interesses, tanto de problemas práticos como teóricos. A ação do Estado posta assim, como uma forma de concretização de aspirações e expectativas dos doentes, não se faz sem a demarcação estruturada pelo alto. Ou seja, os doentes puderam receber ajuda ou se voltar para um campo onde a educação, o ensino e a distração foram controlados por medidas especiais: o inquérito — pressupondo o conhecimento social e intelectual dos pacientes, os limites do universo editorial, os interesses da instituição e a hierarquia — estabelecido pela própria situação de dependência e de poder entre as partes. O campo de atuação dos pacientes foi organizado, assim, estruturado a partir dos limites de quem o promoveu. Neste caso, a biblioteca inseriu-se, como dádiva, no interior de um espaço determinado, para uma clientela sem poder reivindicatório e de caráter transitório.

A ação estruturada que se manifestava com o exterior e no interior da biblioteca deixava perceber uma ambiguidade nas diferentes e simultâneas dimensões estabelecidas entre os dirigentes intelectuais da biblioteca e o público leitor. Entretanto, como explicou Marilena Chaui:

“Ambiguidade não é falha, defeito, carência de um sentido que seria rigoroso se fosse unívoco, [...] é a forma de existência dos objetos da percepção e da cultura, percepção e cultura sendo, elas também, ambíguas, constituídas não de elementos ou de partes separáveis, mas de dimensões simultâneas” (1986, p. 123).

Estes objetos da percepção e da cultura na sociedade capitalista tenderam, muitas vezes, a ser apreendidos e analisados por intermédio da repercussão dada pela memória autoritária — aquela que definiu e privilegiou interesses das classes dominantes, fazendo preservar apenas origens, razões, motivações

e ações determinantes de alterações ou inovações que expressavam a unidade social. Disso falou também a autora quando disse que a interpretação da realidade, assim memorizada ou transmitida, poderia ser caracterizada pela visualização das modificações que privilegiavam apenas as ações do Estado, com pouco ou quase nenhum relevo aos movimentos sociais e populares que deram origem ou sustentação a essas inovações. Isto explicaria como um inquérito realizado por quem não se sentia inteiramente ligado, ou comprometido com o entendimento das relações sociais, ou não conhecia e nem percebia as reais necessidades, aspirações e sentimentos das classes sociais, não apreendia a visão de mundo do público leitor.

Assim, dificilmente poderiam ser atendidos, sem perder de vista os interesses do Estado, os objetivos de difundir, transmitir e elevar cultural, política e moralmente o nível de expectativas do público. Ficou, então, o resultado do inquérito definido pelas marcas de um determinado grupo, em um determinado momento, resvalando, em conseqüência, para a indicação de livros produzidos, vinculados e difundidos para atenderem ao senso comum ou à solução de questões práticas. — Diferentemente, como esclareceu Amaro Quintas, dos exemplos buscados nos Estados Unidos, onde os moradores dos condados se impunham voluntariamente taxas especiais para a organização de bibliotecas públicas, revelando e definindo interesses, valores, ideias, sentimentos históricos ou não (1949, p. 203).

Em dezembro de 1951, Edson Nery da Fonseca, discursando para os formandos de Biblioteconomia, chamou a atenção para *quem* as bibliotecas se destinavam. Assim, disse ele:

“Todos os processos técnicos foram criados, desenvolvidos ou aperfeiçoados para atender a este novo objetivo: a educação e o aperfeiçoamento cultural do povo. Claro que não emprego a palavra povo naquele sentido restrito em que os comunistas usam e abusam dela para fins sectários, significando apenas a classe operária: mas no sentido mais amplo, que abrange todas as classes, inclusive a operária e as chamadas elites intelectuais, tão desdenhadas pelos falsos doutrinadores” (FONSECA, 1951, p. 4).

Embora criticando o uso da categoria *povo*, Edson Nery da Fonseca parece também adotar uma posição sectária quando deixou de examinar com profundidade a questão. Se o tivesse feito, poderia ter relacionado e explicado o emprego de *povo*, anteriormente adotado, em 31 de agosto de 1951, no novo tom discursivo de Agamenon Magalhães: “Governador do povo e só do povo”. Assim, o que pareceu guardar semelhança entre os dois discursos foi que ambos tentaram, de alguma forma, ao conclamar o povo, tergiversar ou ocultar o interesse político ou cultural. Isto como uma forma estratégica, definida ou não, de manter o poder político, mesmo que estivesse em nome da cultura. A diferença entre um e outro discurso foi que o do homem político tem maior penetração junto aos indivíduos ou grupos; enquanto que o do bibliotecário limitava-se a um círculo restrito que não chegava a ser ouvido ou percebido pelos políticos. E talvez nem mesmo por todos os bibliotecários.

O que passou despercebido foi que o discurso do bibliotecário foi o de uma elite intelectual para outros intelectuais. Ou seja: foi o discurso de uma cultura erudita, que talvez só pudesse ser percebida por outra semelhante. Os que estavam fora dessa cultura, ou dessa elite não foram capazes, ou não quiseram ou não se interessaram — tecnocratas e políticos de pouca visão — em perceber o alcance político e ideológico das bibliotecas.

Por outro lado, o povo que não teve nas suas raízes o conhecimento sistemático e planejado da cultura, levará frustração ao intelectual bibliotecário, quando não corresponder aos seus anseios de difusão de leitura erudita ou vulgar. Mas o bibliotecário também se iludiria quando pensasse que, fazendo muito pela difusão de conhecimentos e da leitura, conseguisse atingir a clientela desejada. É o que afirmou, nesse sentido, a professora Myriam Gusmão de Martins, em carta citada por Edson Nery da Fonseca naquela mesma ocasião (1951, p. 4). Vejamos:

“o que me parece verdadeiro, o que sinto, é um completo desacordo entre a realidade brasileira e as soluções propostas pelos bibliotecários. A Biblioteca do Ministério da Educação fechou. Razão apresentada: falta de bibliotecária. Eu não sei, mas não seria uma série de fatos e uma consequência da má política adotada? Um país pobre, sem livros, com verbas mínimas para atividades culturais,

pode se dar ao luxo de instalar serviços cheios de requintes quando nem público certo possuem?”

Diante desta situação, na qual bibliotecários e usuários se encontravam, Edson Nery da Fonseca, assumindo uma postura de elite, que desejava orientar ou encaminhar a política da difusão da cultura, pela via da leitura, propôs:

“Procuremos corrigir esta situação alarmante em que nos encontramos. Vamos todos tomar parte nesta campanha pela educação e pelo aperfeiçoamento cultural do povo brasileiro. As bibliotecas podem dar uma contribuição magnífica para este fim. Não esperemos pelo leitor. Vamos procurá-lo, onde estiver; na rua, nas praças, em casa, nos hospitais ou nas prisões, em viagem, e coloquemos em suas mãos o livro que ele deseja ou de que ele precisa” (FONSECA, 1951, p. 4).

E aqui, deixou transparecer uma sutil direção ideológica, quando prosseguiu, falando do leitor:

“E se ele deseja um livro mau, procuremos convencê-lo de que a boa leitura é mais proveitosa tanto para o ensino como para a distração. E se não souber escolher o melhor livro, procuremos orientá-lo. É preciso dar um sentido ético às nossas atividades” (FONSECA, 1951, p. 4).

Em seus relatórios de atividades, os políticos, quase sempre, apresentavam as obras realizadas, para cujas inaugurações o povo foi conclamado. Neste sentido, a Biblioteca assumiu, por um momento, o caráter de obra concretizada. Assim também pareceu sentir-se o bibliotecário, quando imaginou poder contar com leitores em suas bibliotecas, para quem divulgaria o livro. “E só quando tivermos leitores para todos os livros da nossa biblioteca, poderemos dormir com a tranquilidade do dever cumprido” (FONSECA, 1951, p. 4).

Nesse quadro, a inauguração das Bibliotecas Populares, em especial a da

BIBLIOTECA POPULAR DA ENCRUZILHADA

Encruzilhada, distante quatro quilômetros do centro da cidade, localizada entre os bairros de Santo Amaro, Graças e Casa Amarela, era passagem para Beberibe, Água Fria e Campo Grande. No Largo, ponto aglutinador da redondeza, desenvolvia-se um dos mais antigos centros comerciais da cidade. A população contava com serviços de maternidade, mercado público, correio, colégio e uma das duas escolas técnico-profissionais instaladas pelo governo de Getúlio Vargas, como parte do plano de educação do Estado Novo. Entre 1947 e 1948 viu a atuação do primeiro ginásio para operários, o Castro Alves, mantido por intelectuais, líderes comunistas e jornalistas.

Em 1949, os preparativos para a instalação da biblioteca levaram a DDC a solicitar ao professor René Ribeiro uma *Sondagem para a Criação de uma Biblioteca Popular*. Procurava-se identificar os hábitos de leitura, o grau de instrução, as preferências por espécies e tipos de publicações, horário e local de funcionamento.

O Largo da Encruzilhada serviu como ponto de referência para a localização da área a ser consultada. Estabeleceu-se o raio de um quilômetro, para ouvir 305 pessoas, sendo 157 do sexo masculino e 148 do sexo feminino. O questionário só poderia ser aplicado a pessoas alfabetizadas. Do total de pessoas arguidas, 203 declararam apreciar a leitura, dentre as quais 125 diziam possuir biblioteca em casa. O relatório chamava a atenção para a representatividade da amostra colhida em relação ao total dos habitantes da localidade — em 1940 os analfabetos no Recife correspondiam a 33% da população —, vez que a instrução só era acessível àqueles de categoria econômica superior às das classes populares.

Assim é que os homens, nessa pesquisa, demonstraram ler com maior

regularidade que as mulheres e entre elas, as empregadas no comércio, seguidas dos profissionais liberais, funcionários públicos e estudantes. Quanto ao tipo de leitura constatou-se: os homens preferiam jornais, revistas, biografias, política, ciência, livros de viagens, religião, filosofia, romances de aventuras, manuais técnico-profissionais, romances sentimentais. As mulheres, pela ordem de preferência, indicavam as revistas, romances sentimentais, religião, jornais, biografias, romances em fascículos, livros de viagem, romances de aventuras, ciências, filosofia, manuais profissionais e por último, política.

Alguns dados sobre hábitos de leitura puderam ser considerados relevantes. Assim, os homens liam com mais regularidade, em obediência a um plano previamente traçado. As mulheres liam com menos regularidade e naturalmente com reduzido plano prévio. Os que dedicavam mais tempo à leitura correspondiam aos profissionais liberais, funcionários públicos, estudantes e donas de casa. Os militares e os operários dedicavam pouco tempo à leitura. Entretanto, eram os militares e os operários aqueles que mais tomavam livros emprestados. Os profissionais liberais, funcionários e estudantes mostravam-se refratários aos empréstimos, porque dispunham de bibliotecas particulares e eram associados às bibliotecas de aluguel, particularmente as disponíveis no centro da cidade. — Como a Biblioteca Alpha localizada na Rua do Aragão, de propriedade de um casal de judeus e a Biblioteca Americana do Recife, instalada à Rua Matias de Albuquerque.

A pesquisa concluiu, em função das preferências por tipo de leitura, que o nível cultural dessa população era bastante baixo. E que seria necessário, em face do interesse demonstrado pela criação de uma biblioteca, que o acesso fosse livre e o acervo formado por coleções baseadas em preferências demonstradas. O trabalho recomendava a implantação de uma biblioteca infantil.

A aplicação dos resultados da *Sondagem*, mais a dedicação à organização da coleção de livros vieram demonstrar terem sido escolhidos autores brasileiros e portugueses. Entre eles figuravam Machado de Assis, Paulo Rónai, José Lins do Rego, Joaquim Cardozo, Câmara Cascudo, Gonçalves Dias, Tobias Barreto, Rubem Braga, José de Alencar, Castro Alves, Humberto de Campos, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Eça de Queiroz, Camilo Castelo Branco. Entre os autores franceses estavam Balzac, Molière, Racine, Edmond Rostand, Júlio Verne e outros. Da literatura inglesa e alemã

constavam Bernard Shaw, Oscar Wilde, A. J. Cronin, Goethe, Rainer Maria Rilke. Dentre os americanos: Edgar Allan Poe, Charles Lindbergh. E jornais da cidade: *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Commercio*, *Diário da Noite*, *Folha da Manhã*, *A Folha do Povo*, *Jornal Pequeno*.

O entusiasmo pela instalação da Discoteca Pública e, agora da Biblioteca da Encruzilhada, levou Edson Nery da Fonseca, Jorge Abrantes, Milton Melo, Ernani Cerdeira e principalmente, o Diretor da DDC, José Césio Regueira Costa, a dedicarem todos os esforços para que a Biblioteca pudesse servir de polo de cultura para a área. O local escolhido foi a Escola Industrial de Pernambuco, pertencente à Secretaria de Educação do Estado, que se dedicava ao ensino técnico-profissional.

O mobiliário desenhado especialmente para essa finalidade, pelo arquiteto Hamilton Fernandes, recebera o cuidado para que as normas de Biblioteconomia fossem adotadas na construção de estantes, fichários e escaninhos. Cuidava-se também das condições de conforto ambiental: luz, arejamento, cadeiras, mesas.

O acervo formado por revistas, jornais, coleções de enciclopédias, manuais técnicos, biografias, história e literatura, fora escolhido pela equipe técnica. Na literatura, recebera orientação de Murilo Mendes e de Otto Maria Carpeaux, este, organizador da *Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira*. Para melhor organização e difusão do material bibliográfico, foram aplicadas técnicas de catalogação e classificação, normas de empréstimo, incluindo a forma de inscrição, a quantidade de livros e a previsão de tempo para leitura em domicílio.

Firmava-se, cada vez mais, o sentido de construção de algo novo, apresentado por uma instituição onde os trabalhos eram comprovados pelo êxito junto às pessoas da cidade, experiências também confirmadas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Pensava-se também em outras manifestações culturais que pudessem despertar interesse: exposições fotográficas e de pintura, bem como exibição de filmes e audições orquestrais.

Finalmente, preparada e arrumada, a Biblioteca foi inaugurada em 24 de setembro de 1949, pelo Diretor da DDC. Para a solenidade, deixou de comparecer o Prefeito Moraes Rego que talvez difusamente percebesse o alcance da realização, tanto que não liberava grandes recursos para o empreendimento.

Mas a biblioteca era “o coroamento de um longo esforço, de uma penosa escalada...”, como afirmou José Césio Regueira Costa (1949, p.1).

É de salientar que o Prefeito, em *Mensagem à Câmara de Vereadores*, informava ter aberto ao público a Biblioteca Popular da Encruzilhada, além de ter criado um cinema popular “com o qual tem a Prefeitura realizado, em bairros e sociedades reconhecidamente pobres, sessões cinematográficas, apresentando, sempre que possível, filmes de caráter educativo”. Ao mesmo tempo, com a Orquestra Sinfônica do Recife estabeleceu um amplo programa de concertos populares em cinemas de subúrbios (JC 5.03.1950).

A biblioteca passou a funcionar em horário comercial e recebeu de imediato uma grande afluência de rapazes e moças, sendo, depois, alvo dos reclamos da população por não estender o horário de funcionamento ao período noturno.

A crescente frequência de usuários veio comprovar, cada vez mais, a urgente necessidade de serem criados outros locais para leitura pública, que pudessem atrair e manter jovens em diferentes atividades. Neste sentido, o material bibliográfico condizia com a escolha e a orientação sinalizada por moradores do bairro. A implantação de outro ambiente, anteriormente defendida, estava a exigir provisão de pessoal, de material.

BIBLIOTECA POPULAR DE SANTO AMARO

Santo Amaro sempre foi um bairro essencialmente popular. Muito próximo à confluência do Rio Capibaribe com o Rio Beberibe e com o mar, formou a bacia de Santo Amaro, distante um ou dois quilômetros do Parque 13 de Maio e da Faculdade de Direito do Recife. Confrontando-se com os bairros da Boa Vista e Encruzilhada, por muitos anos, foi passagem obrigatória para atravessar o istmo e chegar a Olinda. Palco de grandes comícios, alvo da cobiça dos políticos, a população era formada essencialmente de populares artesãos, operários da Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco — TSAP —, da Fábrica Tacaruna e de mulheres dedicadas ao trabalho doméstico, lavadeiras, cozinheiras e outras.

A construção de mocambos pelas vielas formava um tecido densamente ocupado. Agamenon Magalhães, “afirmando sempre a sua preocupação com as questões sociais” ali privilegiou a habitação popular, transformando a campanha pela extinção dos mocambos, em uma das suas principais metas político-administrativas (1985, p. 6).

Durante o Estado Novo, o espaço mostrou-se propício para a construção da Vila das Costureiras, da Vila das Lavadeiras. Frequentemente citado pelo Interventor, o local foi sede de um dos projetos da Liga Social Contra o Mocambo, transformada em Serviço Social Contra o Mocambo, em 1945. Entre outras funções, a Liga também cuidava da edificação de grupos escolares, de um centro educativo operário, de postos de assistência médica e de outros serviços, além da construção do Mercado Público. O cemitério da capital e o dos Ingleses eram parte do bairro, onde fora edificada uma das mais antigas igrejinhas da cidade, Santo Amaro das Salinas. Funcionava, ainda, uma grande garagem de oficinas de bondes *The Pernambuco Tramways & Power Company*

Ltd. Em terreno de marinha ficavam os edifícios da Escola de Aprendizes Marinheiros e o da Vila dos Fuzileiros Navais. A população contava com um grande hospital público. A Prefeitura mantinha alguns prédios onde funcionavam certos serviços gerais e oficinas, incluindo uma sementeira, espécie de reserva de plantas e flores.

Significativamente, o bairro prestava-se para a instalação de uma biblioteca popular nos moldes adotados para a da Encruzilhada, da qual foi sucursal. A Diretoria de Documentação e Cultura tinha a atenção voltada para

“o afã de elevar o nível cultural do povo e, ao mesmo tempo, ir ao encontro às necessidades e aspirações de uma população que estima a leitura, mas não adquire livro, recorrendo ao sistema de empréstimo” (RECIFE, 1951).

Assim, para instalar a Biblioteca, escolheu o Grupo Escolar Frei Caneca situado em lugar de fácil acesso aos habitantes das vilas operárias existentes nas proximidades daquele estabelecimento de ensino. O espaço foi adaptado para a organização da biblioteca em um pavilhão que se achava completamente isolado do grupo escolar, “constituindo-se um gabinete destinado ao serviço de empréstimo, além de sancas de iluminação indireta na sala que reservou à literatura de adultos. Por outro lado, numa dependência do grupo escolar, organizou-se uma biblioteca infantil” (RECIFE, 1951).

A DDC perseguia obstinadamente a elevação do nível cultural do povo pobre, para isso utilizava recursos bibliográficos e boas instalações destinados a atrair a população para a leitura. Dois mil volumes foram organizados, ainda que “de proporções modestas, mas de alta significação pelo bem coletivo, que a obra haverá de proporcionar e pelo alcance social que, inegavelmente, terá”, afirmou o Prefeito Moraes Rego, durante o ato de inauguração (JC 26. 02.1950, p. 10).

Na mesma data, o Prefeito anunciou a futura instalação da Biblioteca Popular de Casa Amarela. Na oportunidade, fez referência aos projetos dos vereadores Rivaldo Allain e Sérgio Godoy que previam outras para Beberibe e Tejiipió. O governador Barbosa Lima Sobrinho, presente à ocasião, assegurou a importância do evento.

Os serviços prestados começaram a ter boa acolhida por parte dos moradores do bairro, especialmente de mulheres e crianças. O acervo era composto de manuais profissionais, compêndios, livros técnicos, obras didáticas, revistas, figurinos e literatura em geral. A preocupação com a adequação do prédio e do mobiliário garantia sempre a presença de um arquiteto para projetar cada edifício, desta vez contando com Hélio Feijó. A Biblioteca de Santo Amaro procurava inovar, com relação à da Encruzilhada. Neste sentido se propôs a organizar uma seção especial para as crianças. De fato, a instalação da biblioteca infantil foi “algo novo no Recife” e já mencionado como de interesse para os moradores, na *Sondagem para a Criação de uma Biblioteca Popular*.

Alguns meses antes de sua inauguração, ocorrida em 24 de fevereiro de 1950, a professora Maria Leticia de Andrade Lima, em artigo no *Jornal do Commercio*, colocara a importância da relação criança/livro. Embora longa, a citação mereceu destaque:

“Poderá parecer, à primeira vista, que a ideia de enquadrar a biblioteca para crianças nos moldes da moderna biblioteca seja um exagero ou uma pretensão. Mas o que ocorre é que a técnica bibliotecária se destina, antes de tudo, a atrair o leitor e facilitar suas consultas. O livre acesso às estantes, os catálogos em fichas, respondendo a perguntas mais diversas, destinam-se a aproximar cada vez mais o leitor do livro, restringindo o papel do bibliotecário como intermediário. Para a criança, essa aproximação é altamente educativa. Em lugar de ser interrogada por um professor ou um colega, acerca do livro que deseja ler, ela deve ser deixada perante os livros, fazendo sua livre escolha, enquanto a função do professor-bibliotecário se limita a um discreto estímulo ou sugestão, quando necessário” (LIMA, 1949, p.3).

Os pontos enfocados pela professora atingiram vários aspectos relativos à formação intelectual da criança, no seu processo de aprendizagem escolar, conjugado às propostas da biblioteca. Mas se a questão das bibliotecas infantis havia merecido destaque por parte de uma professora dedicada à Biblioteconomia, não menos importante parecia ser a leitura para adultos.

Posta em evidência, a matéria foi tratada pelo Jornal do Commercio como: “hoje em dia, a leitura constitui quase um privilégio dos ricos [...]. Para sanar essa deficiência o único caminho que o governo tem a tomar é o da instalação de bibliotecas nos subúrbios mais populares e onde predominam as classes menos favorecidas, como a classe média, principalmente [...], localizando-as pelo menos uma em cada subúrbio”. Nessa oportunidade, foi lançada e dada como do Estado, a responsabilidade pela criação de bibliotecas portadoras de divulgação da literatura (JC, 1955, p. 3).

Como o assunto preocupava o editorialista, valeria examinar, mais detalhadamente, a questão. Era solicitado ao governo maior número de bibliotecas para as classes menos favorecidas, porque

“a verdade é que o grande público fica afastado praticamente da literatura e da ciência sem poder acompanhar os seus progressos e vivendo, por assim dizer alheio ao que de belo e útil se produz no país ou no estrangeiro” (JC, 1955, p. 3).

Com a medida, indicava-se explicitamente às autoridades constituídas, o Governador Barbosa Lima Sobrinho ou o Prefeito Moraes Rego, o caminho da difusão da leitura. Sugeria-se ao Estado usar o poder e o dever de dotar a cidade com “serviços públicos intelectuais”, conforme expressão utilizada por Gramsci. Esses serviços eram quase sempre negligenciados e as bibliotecas eram os exemplos típicos, entretanto, poderiam ser “elementos de hegemonia, ou seja, de democracia no sentido moderno” (GRAMSCI, 1968, p. 152-153).

Talvez para evitar o sentido hegemônico da biblioteca o articulista enfatizara apenas a necessidade de literatura e de ciências, em vez de mencionar questões sociais e políticas. Assim, foi designada como um espaço que deveria incorporar obras e ideias que neutralizassem ou rompessem a exclusividade da dominação, deixando de ser um local privilegiado para a cultura dominante, dirigida, controlada e limitada.

O assunto tinha vindo à baila poucos meses antes da inauguração da Biblioteca Popular de Santo Amaro, em um momento de tensões e de cobranças políticas. Porém, a biblioteca parecia sempre estar acima das questões nitida-

mente ideológicas. O que se pode depreender é que o governo passava a sentir a importância das bibliotecas, vez que o assunto começava a ser matéria de jornal.

Desde o término do primeiro ano de funcionamento, as bibliotecas passaram a publicar em periódicos as atividades desenvolvidas e as estatísticas de uso de seus serviços. Verificou-se, portanto, a frequência de jovens com idade média de 20 anos, interessados em ficção, história, biografia e ciências.

BIBLIOTECA POPULAR DE CASA AMARELA

O clima de entusiasmo gerado pelas atividades da DDC tornava oportuna a instalação de uma biblioteca no bairro de Casa Amarela. Afinal, todas as atividades daquela Diretoria eram importantes. A presença do pintor Cícero Dias, as conferências de José Lins do Rego, de Sérgio Milliet e de outros, valorizavam as ações culturais. Da programação da DDC salientavam-se: exposições, concertos sinfônicos, apresentações de bandas de música, sessões cinematográficas, registros fotográficos da cidade, de monumentos e de espetáculos. A edição do *Boletim da Cidade e do Porto do Recife*, do jornal *O Praeiro*, distribuído aos domingos na praia e da revista *Arquivos* dentre outros de caráter histórico, marcaram a qualidade documental. O sucesso da Discoteca Pública, da biblioteca do Teatro Santa Isabel e das demais atraía um número crescente de usuários, e fazia da instituição um centro de referência cultural.

A boa aceitação das bibliotecas populares e o curso de Biblioteconomia levado a efeito pela DDC motivavam os jornalistas. Fortes apelos foram feitos para que a Biblioteca Pública Estadual fosse mais equipada, enquanto entidade secular, vez que o acervo de obras raras e o prédio demandavam melhores condições ambientais.

A Universidade do Recife também passou a se mobilizar para capacitar pessoal, com o objetivo de recuperar a Biblioteca da Faculdade de Direito. A notícia em circulação levou o Prefeito Manoel César de Moraes Rego a escrever ao Reitor,

“quero, quanto antes, por à disposição dessa Universidade tudo aquilo que nos tiver ditado a experiência colhida no decorrer do funcionamento daquele curso, que, assinala-se de passagem,

nítidos benefícios trouxe no que diz respeito à criação de um novo interesse pelas questões ligadas ao livro” (DDC, Of. 3 452, 31.12 1949).

Essas duas entidades-patrimônios estavam conseguindo atrair a atenção dos usuários e, por extensão, das autoridades, devido à intensa divulgação dadas às bibliotecas populares, seguidamente noticiadas pelos jornais. (*Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio, Folha da Manhã*).

Diante dessa movimentação, a DDC considerava de real importância a construção de um edifício que se caracterizasse como instituição dedicada às atividades bibliográfico-culturais. Até então, as demais bibliotecas estavam instaladas em prédios pertencentes ao Governo do Estado, mediante contrato de aluguel, como era o caso da Discoteca Pública. Seria, portanto, a oportunidade de dar início a um novo tipo de edificação, que pudesse, de um lado, caracterizar o espaço arquitetônico e, de outro, promover a leitura. Combinadas, essas duas intenções serviriam também para desenvolver nos bibliotecários uma forma de analisar serviços e de aprimorar normas bibliográficas, em função de um maior êxito no aproveitamento dos processos técnicos e de valorização dos acervos.

Para a realização desses objetivos, fazia-se necessária a construção da Biblioteca Popular de Casa Amarela, conforme a Lei 436, sancionada pelo Prefeito Manoel César de Moraes Rego, em 21 de setembro de 1949. Na mesma data, foi proposta outra, para Beberibe, que a Prefeitura Municipal do Recife não chegou a instalar.

Casa Amarela, um dos mais populosos bairros do Recife, distando oito quilômetros do centro da cidade, encravava-se entre os morros e os bairros de Beberibe, Poço da Panela, Tamarineira e Encruzilhada. O grande mercado público, aberto em 1930 e as atividades comerciais em torno do Largo Dom Luís atraíam os moradores do local e dos arredores. Os morros superpovoados de artesãos, operários de fábricas e da construção civil, entre outros empregados, subempregados e desocupados, interessavam aos políticos voltados para uma ação social mais direta. Nessas circunstâncias, a Biblioteca seria um centro irradiador de cultura.

Em 1951, Agamenon Magalhães voltou à direção do Governo, desta vez pela via direta, prometendo em seu discurso de posse, trabalhar pelo povo: “Meu governo será o governo dos humildes [...] Quem precisar, quem se sentir oprimido pode bater à porta que será atendido [...] Aqui está, povo, o governador que escolhesteis, o governador que é do povo”... (FM, 1. 2. 1951).

Diante dessas promessas que caracterizavam a face populista do governo, a realização de obras públicas tinha objetivos definidos. Portanto, um ano depois, começaria a inaugurar serviços que marcassem a gestão. Nessa oportunidade fez, juntamente com o Prefeito Antônio Pereira, as sessões públicas de entrega do Centro Educativo Operário do Pina, do Conjunto de residências nas Vilas: na Rua 13 de Maio, no Pombal, no Ibura. Mais, a praça da Convenção, em Beberibe, e a Biblioteca Popular, em Casa Amarela.

Para a cerimônia de inauguração do seu primeiro edifício, em 28 de janeiro de 1952, a DDC havia convidado o Prefeito de São Paulo, que indicou, como representante, o Diretor da Biblioteca Pública, Sérgio Milliet. Em grupo também vieram outros bibliotecários daquela cidade e de Salvador. A Comitativa do Governador, passando pelo local rapidamente, logo deu por encerrada a cerimônia. A decepção dos convidados diante da rapidez do ato transpareceu nos jornais, quando se registrou: “não houve discursos, que ficaram subentendidos na fisionomia satisfeita de quantos assistiram à inauguração, dada a alta transcendência do fato” (JC 29.1.1952, p. 7).

A pressa com que Agamenon Magalhães passou pela Biblioteca contrastava com a decisão de inaugurar, em Beberibe, a Praça da Convenção, “onde o povo se reuniu” para ouvir que o governador não se esquecera de suas promessas: “não esquecera nenhum bairro da capital”. Naquele espaço, dera uma demonstração de força, de vontade política, de acordo com as necessidades e as aspirações do povo, exaltara o Prefeito Antônio Pereira (JC, 31.1.1952, p. 3). O Governador, ao tomar a palavra, assegurou ter sido eleito com votos daquele bairro, daí a sua retribuição, inaugurando aquela praça e lançando a pedra fundamental do Grupo Escolar Pedro Celso.

Essa declaração de que a praça era do povo, sem dizer para quem era a biblioteca, parecia expressar com perfeita nitidez que uma biblioteca não conseguia juntar multidões e que, assim, seu alcance político ficaria restrito àqueles privilegiados que conseguissem ultrapassar as barreiras colocadas

pelas relações sociais ou pelo processo educacional. *Biblioteca é para o povo. A praça é do povo.* Povo ao qual se pede trabalho e ajuda para construir um Estado melhor, próspero e feliz. Povo que dá também através das urnas, um voto de confiança ou de indicação. Fica, ainda no ar, a pergunta: *a biblioteca é para quem?* Para o povo, diriam os bibliotecários. Povo pobre. Povo que não pode comprar livros, mas que pode ler.

Por esta razão, a biblioteca dispunha de oito mil volumes, salas de leitura para adultos e crianças, além de auditório. O projeto de arquitetura fora solicitado a Heitor Maia Neto e todas as atenções tinham sido dadas ao conforto ambiental. Na fachada, um painel de Hélio Feijó, a exemplo de outro, na entrada da Discoteca Pública, no centro da cidade.

Essas colocações não disseram — longe disso — que o povo não mereceria ou não deveria ter bons e adequados locais de trabalho ou estudo. A colocação foi bem outra: tratava-se de encontrar a *biblioteca do povo*. De observar como o Estado direcionava e preservava a cultura e/ou cuidava da divulgação cultural de seu povo. De analisar o modo pelo qual os intelectuais, representantes ou não do Estado, davam atenção à chamada “elevação do nível intelectual da população”. Verificando como eles procediam em relação à divisão do trabalho intelectual e do trabalho material. Percebendo como o povo foi excluído do fazer a vida cultural e política, ou seja, da história do país. Verificando como conceber o mundo, uma certa moral, e uma certa forma de cultura sem a participação histórica do povo. Analisando em que instâncias estavam sendo decididas, pelo povo, as soluções para as suas necessidades, os seus valores, as suas ideias, as suas normas. Conferindo *quem* está “dando” livros que distraiam, mediante a justificativa de instruir e informar.

Distrair, instruir e informar sim, mas para conhecer mais a realidade, para lutar por um mundo melhor, mediante sua própria história. Este enfoque mudaria o núcleo da questão, diferenciadamente do proposto pela política de divulgação adotada pelas bibliotecas populares. Levaria a reflexão para a abrangência e a competência desses espaços, como propícios para o pensar, o aprovar ou contestar, o preservar ou negar ideias, saberes e valores, no campo imaginário e simbólico, bem como para a percepção necessária às transformações da sociedade.

Diante desta perspectiva, a atuação de governantes, de bibliotecários

e educadores também deveria ser diferenciada, não adotando uma postura apenas técnica, mas verificando as possibilidades de respostas para as desigualdades sociais, étnicas, religiosas e culturais.

BIBLIOTECA POPULAR DE AFOGADOS

Afogados, uma das mais antigas povoações do Recife, datando aproximadamente de 1593, foi local de ocupação dos holandeses. Outrora foco de várias rebeliões, tendo sediado as publicações de periódicos de caráter político: *O Verdadeiro*, *Liberal Afogadense* e *Alvorada*. Bairro localizado próximo ao Rio Capibaribe, entre Tegipió, Jiquiá, onde fora construído o campo de pouso do Zeppelin, durante a década de 30. Alcançava Madalena, Remédios, Engenho do Meio. No Largo da Paz, a capela, vinda talvez de 1785, torna-se matriz em 1873. Nos idos de 1950, contava com a fábrica de Cigarros Souza Cruz, o depósito e a oficina de bondes *The Pernambuco Tramways & Power Company Ltd.*, em seguida sediou a fábrica de discos Rosembilit. A população estendia-se ao longo e por trás da Avenida São Miguel, do Largo da Paz e da Estrada dos Remédios.

A localização e os apelos através de lei do Vereador Aristófares de Andrade influíram na decisão de edificar a melhor, a maior e a mais bem equipada biblioteca da rede da DDC. — Pela Lei 1686, 5 de março de 1952, sancionada pelo Prefeito Antônio Alves Pereira, a Prefeitura Municipal do Recife estava “autorizada a instalar uma Biblioteca Popular no bairro de Estância, em Areias e outra no bairro dos Afogados, nos mesmos moldes da de Casa Amarela”.

O projeto e a construção do edifício estiveram sob os cuidados do arquiteto Fernando Menezes, da Prefeitura, enquanto o mobiliário foi desenhado por Aloísio Magalhães. A biblioteca era formada por dois prédios unidos por uma marquise, sendo um destinado a servir como auditório e o outro a proporcionar aos moradores locais e aos bibliotecários algumas vantagens em relação ao acervo e ao livre acesso às estantes. O conjunto, em estilo funciona-

lista, uma característica da época, situava-se em meio a uma pequena praça, tomando parte de um quarteirão.

O estoque bibliográfico, composto de obras técnico-profissionais, didáticas e científicas, biografias, clássicos da literatura universal, romances, inclusive policiais, abrangia várias coleções: Editora Nacional; Brasileira; Biblioteca do Espírito Moderno; Para Todos; Terra, Mar e Ar; Moças; Atualidades Pedagógicas; Iniciação Técnico-Científica.

A inauguração, em 12 de janeiro de 1955, revestiu-se de caráter solene, com a presença de autoridades civis e militares. O discurso de inauguração esteve a cargo de um representante dos estudantes residentes nos arredores. Em sua fala, a biblioteca foi colocada como um prêmio, “fruto do esforço e do trabalho incansável daqueles que tudo têm feito por nossa capital”.

Não foi mencionado se houve reivindicação dos habitantes do bairro, mas apenas o empenho do Vereador Antônio de Souza e o do diretor da DDC, Dr. José Césio Regueira Costa, como únicos responsáveis por aquela instituição. Esta apareceu assim “presente de Ano Novo”, trazendo, inclusive o benefício do calçamento da rua. Em seu discurso, o Vereador mencionou à população o seu ressentimento quanto à falta de biblioteca, quando ali havia grande concentração de estudantes e profissionais impossibilitados de adquirirem livros. Porque “a biblioteca é a maneira mais fácil de levar cultura às camadas mais baixas da população”, daí a obra ser “benéfica ao povo” (JC, 1955, p. 9).

Na oportunidade, era governador Etelvino Lins, e o Prefeito José do Rego Maciel, que destacou as modificações realizadas no aparelho arrecadador, o levantamento aerofotogramétrico da cidade, os melhoramentos da rede viária, das praças e ajardinamentos. Na área da cultura, citava a instalação do posto de empréstimo de livros, na Avenida Conde da Boa Vista, antiga 10 de Novembro, com muitos leitores angariados. E mais, as exposições de arte e os concertos mensais da Orquestra Sinfônica, sob a regência do maestro Vicente Fittipaldi, realizados no Teatro Santa Isabel.

OUTRAS PRESENÇAS

A Discoteca Pública Municipal da Diretoria de Documentação e Cultura foi inaugurada em 24 de abril de 1948, em edifício localizado na mais central das avenidas da cidade. O cuidado com que se revestiram a preparação e a instalação desse serviço ficou delineado no discurso proferido por José Césio Regueira Costa. No ato de abertura, com a presença do representante do Governador Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, do Prefeito Manoel César de Moraes Rego e de secretários de Estado, as palavras do diretor da DDC ecoaram:

“Não queremos que esta Discoteca venha a ser apenas um centro de artistas, de intelectuais [...], de “snobs ou rafflnés afastados do vivo mundo que luta e sofre e que precisa dos benefícios daquela deliciosa evasão que a música nos oferece [...].

Os que idealizaram esta Discoteca acreditam, é certo, na importância fundamental das elites em relação ao progresso das sociedades. Mas acreditam, também, na importância não menor da cultura do povo que compõe essas sociedades e vêem a necessidade de, quanto antes, ser elevado esse nível médio de cultura, de que depende, não há negar, em grande parte a cultura dos grupos mais refinados. As elites, é verdade, têm uma grande importância insofismável, mas não são tudo. A elas compete certa orientação, certa estruturação de tudo aquilo que a grande massa, o povo, já atingiu e já conseguiu sedimentar através dos largos anos de vida penosa, de atividade social e cultural” (REGUEIRA COSTA, 1948, p. 3).

Esta citação fez parte do primeiro documento onde foi explicitada a posição do diretor da DDC em relação ao plano de cultura para a cidade. A colocação, posta de forma mais clara, pareceu confirmar o que era repetido em todas as falas, inclusive nesse mesmo texto:

“Precisamos de que este novo Departamento seja, com efeito, um instrumento inequívoco de cultura, que viva plenamente, tornando-se um órgão plástico, que concorra para a melhoria do nível cultural do povo, pois para o povo ela foi feita e para o povo viverá” (REGUEIRA COSTA, 1948, p. 3).

No momento de apresentação e transformação do papel da cultura no âmbito do Estado, justificava-se a necessidade de projetar e estruturar detalhadamente as instalações e o acervo para a Discoteca. O estabelecimento de condições apropriadas levou o musicólogo uruguaio Curt Lange a prestar assistência técnica. Foi montado um acervo de discos, biblioteca especializada, estúdio para gravações, auditório, cabines individuais, com desenhos de Hélio Feijó e uma grande aparelhagem de som, um acervo de 1 500 discos, formado por compositores eruditos: Mozart, Beethoven, Chopin, Bach, Schumann e outros, escolhidos por José Inácio Cabral de Lima. Quanto aos 600 livros, a seleção foi feita por Otto Maria Carpeaux, Murilo Mendes e Edson Nery da Fonseca. Nas questões bibliográficas trabalharam Milton Melo, Eolo Ramos de Lima, Azeneth de Almeida, sob a direção geral de Hermilo Borba Filho.

Diante desse projeto ambicioso era preciso continuar destacando os objetivos:

“A Discoteca não pretenderá vulgarizar música no sentido mais comum da expressão. Querirá difundi-la, oferecendo aos munícipes de todas as categorias, pelos meios mais aconselháveis, toda a rica criação musical dos povos, dando-lhes a capacidade de sentir e perceber a beleza e a grandeza dessa criação, melhorando o seu gosto, explorando as suas qualidades artísticas, que não secaram, apesar de todas as misérias e todas as angústias”. (REGUEIRA COSTA, 1948, p. 3)

Esses cuidados para a instalação da Discoteca no centro da cidade foram sempre alvo de elogios e de críticas, segundo depoimento de José Césio Rgueira Costa. Mas foi também um local bastante utilizado por grupos de estudantes, intelectuais, professores, comerciários, bancários.

Paralelamente a esses serviços, a DDC preparava uma fototeca, ou seja, a “vida da cidade arquivada através da fotografia, do registro direto de recorte de jornal, de folhetos turísticos” (REGUEIRA COSTA, 1948, p. 3). Os registros históricos faziam parte do elenco de atividades, enquanto os empréstimos de livros e as audições musicais no auditório e nas cabines marcaram alguns eventos da época.

O fato de a Diretoria de Documentação e Cultura ter desenvolvido múltiplas atividades, desde a sua formação, revelou a existência de um elenco de medidas e realizações que correram paralelas àquelas das bibliotecas populares.

Mas em 1948, estando em funcionamento a Discoteca Pública, e para ser inaugurada, a Biblioteca Popular da Encruzilhada, a DDC teve um projeto de lei para atividades populares, festas, bailes, retretas e palestras, vetado pelo Prefeito Manoel César de Moraes Rego, No entanto, a leitura dos debates parlamentares sobre esse Projeto, em tramitação na Câmara Municipal, revelou posições divergentes entre os vereadores. De um lado, o estímulo do autor do projeto, Pedro Renaux, defendendo e garantindo: “o proletariado precisa divertir-se”, tendo o apoio de Heitor Pereira que se batia pela possibilidade de combinar benefícios ao custo mínimo do projeto. Do outro, o cerceamento de Wandenkolk Wanderley enraizado na necessidade de “coisas mais importantes a serem atacadas e solucionadas com mais urgência”, como fez constar em Ata (19.05.1948), usando a forma política de subestimar a cultura. No final, as considerações, ainda que de pouca profundidade, mantiveram três votos contra — de Wandenkolk Wanderley, Paes de Andrade e Rivaldo Allain, — resultando em rejeição ao veto do Prefeito e fazendo prevalecer os interesses daquela Diretoria.

Esta decisão permitiu à DDC formalizar e divulgar, com repercussões e desdobramentos, as atividades previstas, e mais: uma série de concertos sinfônicos e representações teatrais ao ar livre, em colégios e em salas para cinema. No programa estava incluída “música de boa classe ao povo”, de compositores nacionais e estrangeiros bem como a divulgação do Hino da Cidade do Recife,

de autoria de Nelson Ferreira e que “fora revigorado pelo ex-Prefeito Clóvis de Castro” — nomeado pelo Interventor Demerval Peixoto, em 1946 (JC 5. 3.1950, p. 16).

Por esse caminho, iniciou a DDC o papel de orientação educacional a ser exercido através de valorização da sensibilidade musical, buscando, ao mesmo tempo, irradiar e fortalecer um sentimento patriótico em todas as camadas populares, vez que a Discoteca Pública não tinha o mesmo poder de alcance e de multiplicação proporcionado pela presença de músicos e maestro ao vivo.

Completava esta tarefa educativa a criação de um cinema popular, com o qual a Prefeitura realizava, “em bairros e sociedades reconhecidamente pobres, sessões cinematográficas”. (JC, 5.3. 1950, p. 16). Essas duas atividades, que se justificavam como desvinculadas de propaganda político-social, reproduziam práticas originadas em 1937, pelo Ministério da Educação através do serviço de Radiodifusão Educativa e do Instituto Nacional do Cinema, instituições amplamente defendidas por Gustavo Capanema junto ao Presidente Getúlio Vargas, como rememorou Schwartzman (1984, p. 88).

Em 1949, alargando seu campo de ação e efetuando suas atribuições, a DDC passou a desenvolver, pela imprensa e por meio de cartazes, um plano de fomento à fruticultura em quintais de residências urbanas (Lei 151, 10.10, 1948). Por outro lado, começou a documentar a cidade e as obras municipais, utilizando filmes fotográficos e películas cinematográficas, fornecendo informações a jornais e revistas. Passou também a organizar salões artísticos, a promover conferências e cursos, a registrar discursos, conferências e vozes de personagens ilustres.

A capacidade manifesta de apropriar-se do tempo presente ampliou a esfera de atuação da DDC, com a perspectiva de preparar-se para as comemorações do Centenário da Revolução Praieira. Assim, por instrumento legal, passou a promover e a custear a publicação de documentos sobre o fato, incluindo trabalhos do historiador A. F. Pereira da Costa sobre o movimento de 1848 e a reimpressão dos principais artigos do *Diário Velho* e do *Diário Novo*.

Nessas condições e em nome da organização e do controle bibliográfico necessários à afirmação do poder do Estado quanto à produção e reprodução de impressos — até então considerados da exclusiva alçada da Biblioteca Pública — a Prefeitura passou, em 1949, por Lei Municipal, concebida por Edson Nery

da Fonseca, a evitar a dispersão documental. A partir da promulgação do ato, ficara a obrigatoriedade da remessa, à Diretoria, de um exemplar completo de cada obra impressa em oficinas de tipografia ou gravura sobre madeira, metal ou de outra substância. Foram incluídos: livros, folhetos, revistas, jornais, obras musicais, mapas, plantas, estampas, anúncios, bilhetes postais ilustrados, vistas e retratos, que se destinavam a postos de vendas ou à distribuição gratuita.

Essa iniciativa de centralização do controle documental, que incluía a pena de multa em caso de descumprimento da ordem, pretendia reconstruir a estrutura do sistema informacional, bem como manter preservada a memória do movimento editorial do Recife. Para tanto, seria elaborada e mantida a publicação de um boletim bibliográfico. Por outro lado, o estoque do material possibilitaria e daria sustentação à instalação de uma Biblioteca Municipal — que nunca chegou a ser instalada.

Dentro dessas condições de vazio histórico-documental, a medida foi posta entre a necessidade e a contingência de modificações nas ações do Estado. Estado que se pretendia guardião e difusor apolítico, que redimia e contribuía para a preservação de informações do presente e do futuro e de outras, registradas no passado. No entanto, esse ato centralizador seria fator de poder controlador e coercitivo que impediria ou minimizaria o recolhimento de obras de caráter político ou de contestação ao pensamento e às leis vigentes. Sem falar em documentos impressos de caráter alternativo. Em consequência, nessa sociedade autoritária e conservadora não seriam consagrados, pela bibliografia oficial, os documentos concebidos, pensados e publicados a partir de resistências, divergências ou de convergências que complementassem ou identificassem outras formas de pensar e viver, de amplos setores, populares ou não, mas que constituíssem e definissem as relações sociais no seu todo.

Por esse documento legal, a Prefeitura afirmara que assumiria, dirigiria e difundiria uma nova ação política, a partir dos meios e dos instrumentos que contemplassem informações culturais, “beneficiando, sobretudo, as classes populares”, como assinalou a Mensagem à Câmara dos Vereadores, enviada pelo Prefeito Moraes Rego (JC 5.3.1950, p. 16).

Esse “benefício” apareceu colocado ao lado da “coragem” do Prefeito, em enfrentar o desafio de outros problemas, tais como o *slogan*: “Recife, cidade dos buracos” e da precária situação financeira do Município. Além da necessidade

de atender aos anseios dos diversos bairros e subúrbios em questões urbanas, como a construção de várias pontes: Passarinho, Cavaleiro, Totó, Derby, Torre e Santa Isabel, mercado público e postos de salvamento em praias da zona sul.

A inovação e as repercussões trazidas pelo movimento de criação e funcionamento do DDC intensificaram-se, confirmando a abertura de duas outras bibliotecas populares, em Santo Amaro e Casa Amarela, zonas de grande concentração de “gente de pequenos recursos econômicos”. As ações das bibliotecas começaram a levar outras instituições, de caráter diverso, a defenderem e a cuidarem, com pessoal especializado da DDC, da abertura de bibliotecas em locais onde até então o papel da leitura não fora apercebido ou valorizado.

Dessa forma, o *Jornal do Commercio*, de 6 de abril de 1950, deu destaque à inauguração da Biblioteca dos Doentes do Hospital Oswaldo Cruz, organizada com o apoio técnico da DDC e do Serviço Social da Divisão de Tuberculose e do Departamento de Saúde Pública. O evento foi marcado pela presença de autoridades médicas e de políticos que, em discursos, salientavam a “utilidade de uma biblioteca em um nosocômio de tuberculose, como meio de distrair, instruir e educar os enfermos”, com a existência de mais de 500 volumes.

A questão política que voltava a chamar a atenção nos discursos era a ênfase dada ao inquérito realizado entre os pacientes alfabetizados, para identificar as preferências intelectuais. Naquele momento, repetiam-se ações que mereciam destaque: o aparente rompimento com a concepção que revelava e, por isso, iria se contrapor à passividade da Biblioteca Pública, com a qual o Recife sempre convivera. O destaque foi a função essencial da biblioteca concentrada no leitor, portanto, o estímulo à leitura. Perspectiva que vinha inverter o antigo processo, como denotava Amaro Quintas, ao falar no Congresso das Municipalidades, em 1949: o importante seria “um conjunto de leitores ao invés de uma coleção de livros” (1949, p. 202). A sondagem junto ao provável leitor hospitalizado apresentava-se como uma inovação. Na verdade, era um instrumento de caráter ideológico que, de um lado preconizava a verticalidade do processo e, do outro, circunscrevia os resultados a fatores educacionais, pelo reduzido ou ampliado grau de escolaridade ou às disponibilidades editoriais e comerciais vigentes.

Enquanto isso, outras atividades corriam paralelas às inaugurações, modificando o antigo quadro, trocando a versão do imobilismo pelo dina-

mismo, a prática pela teoria, o velho pelo novo. São artigos, críticas e discursos sobre o movimento, os rumos e as ações não apenas das bibliotecas populares, mas da DDC. Edson Nery da Fonseca e José Césio Regueira Costa, em frequentes matérias, intensificavam o crescimento e desvendavam, para os leitores do *Diário de Pernambuco*, todos os caminhos para chegar à cultura letrada.

Diante desses impulsos, alguns vereadores passaram a justificar e a pleitear bibliotecas em bairros de alta densidade demográfica. Os interesses políticos em fazer da biblioteca uma atração, e por meio da atuação positiva angariar votos, levaram Aristóфанes de Andrade e José Frutuoso até o Prefeito Antônio Pereira, para solicitarem a instalação de bibliotecas populares em vários locais, inclusive no Pina.

O resultado mais concreto desse movimento foi o que levou a Secretaria de Educação do Estado através do Departamento de Educação e Cultura Artística (DECA) a empenhar-se em orientar cursos de organização de bibliotecas escolares e a procurar, pela via da leitura, um meio auxiliar na reeducação dos detentos. Na Casa de Detenção, o Secretário Arruda Marinho inaugurou a “Biblioteca Professor Agamenon Magalhães”, com os aplausos dos detentos, como atesta o *Jornal do Comércio*, de 21 de outubro de 1952.

Enquanto isso, a necessidade de fortalecer e assegurar a importância da biblioteca como fonte de entretenimento e transformação, aliada aos exemplos de valorização dos espaços para a leitura, pela euforia demonstrada por alguns setores do Estado, estimulou a DDC a recorrer à técnica de divulgação permanente de acontecimentos rotineiros ou relevantes. Como: promoção de visitas de alunos de escolas públicas e de “pessoas dos meios culturais e sociais” para conhecerem as instalações e serviços das bibliotecas. Os jornais destacaram a vinda de Gilberto Freyre como a primeira visita notável (JC, 29.5. 1952, p. 3). Por outro lado, a divulgação sistemática do movimento estatístico dos autores mais procurados, com o total de empréstimos e o número de leitores por profissão, fazia parte da irradiação de notícias mensais sobre a relevância dos serviços.

A técnica de usar a imprensa escrita tinha suas razões de ser: dava e ao mesmo tempo buscava o apoio na sociedade. A descontinuidade administrativa, marcada pela presença de três prefeitos em um ano — Antônio Alves

Pereira, Jorge Martins e José do Rego Maciel — trouxe de certa forma, algumas modificações orçamentárias para a DDC, o que demandava a compreensão dos leitores. Tanto que no ano de 1952 delineou-se ausência de recursos para renovação dos estoques destinados à Discoteca Pública e às salas de leitura e conseqüentemente a queda do número de leitores. Embora tenha sido retomada a publicação dos periódicos, *Boletim da Cidade e do Porto do Recife e Arquivos*.

Ao lado dessa situação desfavorável marcada pela falta de recursos, a difusão radiofônica assumia papel importantíssimo junto às classes populares. Mesmo em casas onde o aparelho não existia, fabricavam-se artesanalmente com varas e lâmpadas fluorescentes queimadas, o aparelho receptor. Músicas, notícias, dramas e tragédias misturavam-se, emitidas pelas ondas da PRA 8 Rádio Clube de Pernambuco, Rádio Jornal do Commercio e da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, envolvendo e ampliando o número de ouvintes, mas reduzindo o tempo para a leitura.

As novelas viraram assuntos polêmicos, o que levou o professor e escritor Aderbal Jurema a problematizar o assunto pelos jornais. A comodidade de se ouvir ao invés de ler, “num povo onde existe uma pequena parcela de alfabetizados, que não têm o hábito de leitura” (JC, 25.5. 1952, p. 2), reforçado pela gratuidade da transmissão, parecia, dizia ele, necessitar de estudos pela sociologia aplicada à literatura, e levar os escritores contemporâneos a refletirem sobre o binômio leitor/ouvinte.

O autor dessas preocupações, citando Gilberto Freyre referia-se ao texto *Leitura e Cultura*, onde foi explicado que o rádio, o cinema e a televisão eram veículos usados como armas de cultura dirigida por países totalitários que, para educar o povo, procuravam unificar o pensamento, limitando ideias, canalizando a energia criadora para uma ideologia política a serviço dos poderosos do dia. As democracias também recebiam interferência indireta, ora do Estado, ora dos poderosos grupos econômicos, na difusão da cultura através do rádio, do cinema e da TV, contrariamente às recomendações da UNESCO aos países democráticos (JC, 25.5.1952, p. 2).

Essas questões em torno de meios de comunicação, bibliotecas e leitores disputavam espaço na imprensa diária, com os problemas econômicos que agravavam a situação de Pernambuco: a seca e os preços do açúcar aquém da

“justa remuneração do trabalho e do capital empregados na sua produção” (JC, 13.9.1951, p. 8).

Não passava despercebido aos pesquisadores, que a Biblioteca Pública andava esquecida entre paredes, na Rua do Imperador. Os matutinos e vespertinos alardeavam a situação calamitosa em que se encontravam os livros raros e as coleções de jornais, folhetos, manuscritos. Uma instituição que também deveria ser olhada com “carinho, orgulho e ufania” e não como “espetáculo desalentador de um abandono criminoso” (JC, 14.8. 1952, p. 16), contrastante com o clima de euforia e de sucesso das bibliotecas populares.

Daí a proposta de transformação de uma instituição velha, centenária, em outra nova, demandando o auxílio direto de intelectuais com mandato eletivo na Assembléia Legislativa, como Nilo Pereira e Andrade Lima. Disse o editorialista: “não seria inoportuno esperar que entre o Executivo e o Legislativo surgisse uma solução em favor da Biblioteca” (JC, 14.8.1952, p. 16). A busca pelo comprometimento político e pela valorização da instituição motivaram o governo a promover e a controlar as ações e as manifestações desenvolvidas pela Biblioteca — entendida como instrumento público de difusão cultural.

Os jornais davam ênfase e insistiam numa campanha para que a Secretaria do Interior assumisse o preceito da Constituição onde “o amparo à cultura é dever do Estado”. Assim, criasse bibliotecas municipais, “sem maiores aspirações de grandeza e fausto” (JC, 17.4. 1951, p.3), o que possibilitaria aos municípios de mais de 20 mil habitantes receberem livros e cursos intensivos de Biblioteconomia para encarregados de serviços, sob a responsabilidade do Instituto Nacional do Livro. Para tanto, definia-se como biblioteca pública um conjunto de, no mínimo 300 obras, devidamente classificadas e catalogadas. — O entendimento com o INL logo revelaria as doações de livros para as bibliotecas de Carpina, Nazaré da Mata, Vertentes, Caruaru, Pesqueira, Rio Formoso, Gravata, Garanhuns e outras, registrando um total de 110 bibliotecas municipais.

Em dezembro de 1952, na esfera público-administrativa, assumiu a prefeitura José do Rego Maciel. — Nomeado pelo Governador Etevíno Lins, a quem Pernambuco elegera pelo Partido Social Democrático, com o apoio da “União Sagrada dos Partidos”, da Igreja, dos principais meios de comunicação e da máquina administrativa do Estado (PANDOLFI, 1984, p. 150). Sabedor

de que os votos da Capital tinham sido dados a Osório Borba, outro candidato, José Maciel salientou em discurso, que a solução dos problemas locais residia no bem-estar social, tendo que ser evitada, para tanto, a descontinuidade administrativa, com avanços e recuos prejudiciais ao Erário. Sobretudo, não deveriam ser descuidados os bairros mais pobres, nem os problemas de abastecimento de frutas, de hortaliças e de legumes. A pavimentação, os parques e jardins, a luz, os transportes, os morros deveriam igualmente ter prioridade.

Salientava ainda a falta de condições de trabalho, a desorganização administrativa interna e a falta de um edifício sede para a Prefeitura há muito espalhada em pardieiros na cidade. Quanto aos problemas culturais, algum tempo depois, seriam comentados em documento oficial: “mercê das dificuldades decorrentes da carência de verbas, a DDC tem sido entravada em seu plano de ação, não oferecendo as realizações que seria de direito esperar se outras fossem as condições financeiras do município” (JC, 12.2.1953, p. 8).

A situação econômico-financeira do Estado era tida como em crise, com repercussões diretas na Prefeitura. A perspectiva de mudança no código tributário, como forma de arrecadar mais recursos, não se colocava como uma melhoria substancial nas deficiências orçamentárias. Mesmo assim, a posição do Prefeito era firme quanto à manutenção dos serviços públicos e, embora alegasse o máximo de economia, pôde dar continuidade ao funcionamento das bibliotecas.

Mas, em um momento em que a DDC firmava-se como instrumento de preservação e divulgação da cultura, alguns sinais negativos pareciam inibir a expansão dos serviços, deixando marcas na prestação de contas do Prefeito José Maciel: a “Discoteca se ressentiu sensivelmente da ausência de recursos para a renovação dos seus estoques”, o mesmo acontecendo com as salas de leitura (JC, 12.2.1953, p. 8).

O registro de leitores demonstrava uma queda acentuada. O número de pessoal técnico para tarefas na biblioteca tornava-se insuficiente. Porém, fora possível editar o *Boletim da Cidade e do Porto do Recife*, a revista *Arquivos* e o jornal *O Praeiro* — considerado, pelo escritor Murilo Mendes, o mais curioso do Brasil. Algumas questões demonstravam que “a Prefeitura não atravessava horas de bonança”, como revelou o Prefeito. Um certo “gigantismo distrófico” vinha dissolvendo as energias vitais do Recife: cidade que atraía ondas humanas

do interior e circunvizinhanças. Uma verdadeira multidão de “desenraizados” vinda das regiões secas do sertão provocava crises de abastecimento, habitação, transportes, desemprego e miséria. O que levava a população a reivindicar pavimentação, água, luz, transporte. O funcionalismo era excessivamente numeroso e oneroso e a descontinuidade administrativa, pela sucessão de prefeitos anteriores — Antônio Alves Pereira e Jorge Martins —, bem como a falta de recursos financeiros, tudo contribuía para a situação calamitosa da Prefeitura (JC, 12.2.1953, p. 8).

Todavia, a retomada da expansão da DDC, um mês após a divulgação da *Prestação de Contas* do Prefeito, fora feita com o anúncio das providências tomadas para a construção de uma Biblioteca: a de Afogados (JC, 3.4.1953, p. 7).

Todo esse afã em torno de bibliotecas levou o cidadão Geraldo Cavalcanti a anunciar pela imprensa, medidas tomadas para instalação da Biblioteca de Olinda. Ações que não se projetavam apenas com as aspirações e expectativas de um indivíduo ou de um grupo, mas que explicitavam a incorporação de elementos necessários à organização e administração de uma “instituição acatada”. Nesse sentido, a defesa pelo autor do projeto vai além dos requisitos técnicos, das obras de valor, da obtenção de apoio dos olindenses e do interesse acentuado por parte das autoridades. A concretização do trabalho, comentou o cidadão, deveria fazer-se pela demonstração de frequência efetiva e pela proteção das verbas de manutenção e de prédio próprio. Requisitos esses que deveriam garantir o êxito do empreendimento durante a gestão do Prefeito Alfredo Lopes, daquela cidade.

Pensava ainda, o autor da ideia, em demonstrar às autoridades municipais, a frequência de utilização e a necessidade de obter o apoio imediato dos bibliotecários do Recife. No entanto, a questão parecia não ter provocado maior envolvimento com a comunidade. — O que poderia dar um sentido de construção *com* os participantes de um espaço de convivência e de socialização cultural. — Por outro lado, a proteção invocada ao Prefeito não repassava ao Estado a responsabilidade política e econômica no trato da coisa pública, porquanto, um conjunto de decisões e ações fosse necessário ao funcionamento permanente de uma biblioteca.

Na Prefeitura do Recife, alguns reajustes administrativos levaram a Diretoria de Documentação a ser transformada por Lei Municipal, de 19 de

maio de 1953, em DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E CULTURA — DDC. O Regimento foi por decreto, em 6 de novembro, guardando quase o mesmo teor antes adotado. Continuavam, portanto, as bibliotecas populares a manter as suas atividades no mesmo ritmo, mas sob a chefia da *Secção de Bibliotecas*.

O processo de ampliação das instituições contribuiu para a determinação legal sancionada pelo Prefeito para desapropriação de um prédio, no bairro da Torre, destinado à instalação de uma nova biblioteca popular. Ainda em 1953, a Câmara Municipal do Recife promulgou a Lei 2411, de 26 de setembro, autorizando a Prefeitura a instalar outra, no bairro de Tegipió. — A respeito destas medidas, as ações não se concretizaram.

No seu trabalho de manter e divulgar atividades, o Departamento de Documentação providenciou matéria de jornal, demonstrando as vantagens da organização de um catálogo dicionário instalado na Biblioteca da Encruzilhada. Esse detalhe reafirmava a crença na capacidade de organização das bibliotecas a serviço dos usuários, o mesmo se fazendo em relação à biblioteca do Teatro Santa Isabel, especializada em artes cênicas e música. A política do DDC de levar o livro ao leitor veio ainda fortalecer o incremento de um *Posto de Empréstimo*, instalado na calçada sob a marquise do Edifício Sulacap, no centro da cidade, ou melhor, na Avenida Guararapes. O empréstimo gratuito, mediante a apresentação de carteira de identidade e endereço comprovado, passou a despertar o interesse em leituras de ficção, de ciências e de biografias. Foram anotados, em média, cinquenta empréstimos diários.

Em comemoração ao primeiro ano de administração, o Prefeito José do Rego Maciel pôde apresentar os títulos de história editados nesse período, bem como dar conta do andamento da construção da Biblioteca de Afogados, enquanto se inaugurava a Estação Rodoviária no Cais de Santa Rita, com um estande do DDC.

As novas atribuições daquele Departamento incluíram, para o ano de 1954, o controle e a divulgação da programação de desfiles do Carnaval. Na ocasião, passou a ser cogitada a necessidade de preservação ou não, devido ao caráter efêmero, de partituras e letras de músicas carnavalescas. Ao mesmo tempo, os jornais noticiaram a realização do I Congresso Nacional de Intelectuais do qual participaram técnicos do DDC. Embora não tendo poder

deliberativo, este órgão promoveu discussões, no Rio de Janeiro.

Em maio de 1954, o DDC pôde exibir, no Centro da Cidade, seu mais novo instrumento de divulgação da leitura: o *Ônibus biblioteca, ou a Biblioteca Ambulante*, com capacidade para 1 300 volumes, o primeiro, dizia-se, da América do Sul. Estava criada, naquele instante, uma nova modalidade de levar livros a pontos previamente determinados, para serem emprestados em domicílio. O itinerário e os horários noturnos abrangiam quase todos os bairros populares e de classe média, do Recife. Foram percorridos: Campo Grande, Beberibe, Cajueiro, Arruda, Quatro-Cantos, Praça Chora Menino, Estância, Casa Forte, Cidade Jardim, Engenho do Meio, João Alfredo, Iputinga, Várzea. O sucesso inicial garantia a volta semanal. Naquele momento, o veículo, no papel de difusor da leitura, foi plenamente apreciado pelos jovens e donas de casa dos bairros.

A prática de fazer de um ônibus, uma biblioteca era um meio para atrair maior número de pessoas e conseguir maior propagação do hábito da leitura. Um instrumento que estava associado, para os intelectuais, à ideia de ampliar as influências na mudança de atitudes, com a presença disciplinada e significativa de livros em oferta nas praças e nas ruas. Era um modo de criar condições para equilibrar e relacionar a leitura à dialética do tempo de trabalho verso tempo livre [tempo disponível]. Ou de melhorar e desenvolver a capacidade individual de trabalho produtivo intelectual e o lazer. A partir daí se poderia, quem sabe, criar círculos ou grêmios de leitura ou de cultura capazes de estimular movimentos culturais ou reivindicatórios. Possibilidade que não se cogitava fosse política, pela precaução tomada em relação à seleção prévia dos títulos postos em circulação.

A noção de expansão da leitura estava ligada ao sentido democrático de circulação da literatura universal e de outros saberes utilitários, vindos de exemplos norte-americanos que, não só utilizavam o *book waggon*, *book van*, *book truck*, desde 1905, em lugares afastados dos centros das cidades. O ônibus biblioteca era usado nas zonas rurais, em conexão com as escolas. — Outras experiências foram realizadas na Inglaterra, a partir de 1917, para as zonas rurais, embora com a característica de exposição, em vez de empréstimo, o que demonstrava o êxito do empreendimento.

No Recife, escreveu Clóvis Melo, no *Jornal do Commercio*: “cultura

ainda é um artigo de joalheria”. O que também poderia justificar a biblioteca ambulante pretender “acelerar” o processo de “elevação do nível cultural”, interferindo na divulgação mais ampla de coleções produzidas e inscritas na bibliografia da literatura nacional ou universal. Mas o processo de circulação pôde também demonstrar a ação política do Estado no controle da distribuição e do consumo, determinando e homogeneizando o que deveria ser lido, quem deveria ler e onde deveria ser lido. Com esses parâmetros, o incentivo ao hábito de leitura induzia e reduzia o surgimento de novas ideias ou colocava as mesmas em paralelo — ainda que o ato criador possa ser essencialmente livre.

Os argumentos usados pela Prefeitura, em defesa da manutenção, naquele momento, da biblioteca volante, estavam assentados em bases econômicas: redução de custos face as despesas com construção e manutenção de edifícios e de pessoal, além do favorecimento, ao usuário, do transporte — problema angustiante da cidade. Por outro lado, a circulação da biblioteca permitia ao DDC colher informações sobre as preferências em leitura e descobrir “qual o bairro que demonstrava maior curiosidade pelo livro”, tendo ficado Iputinga, bairro popular, próximo à Várzea do Capibaribe, com o destaque.

A experiência dos circuitos da biblioteca ambulante levou, em janeiro de 1955, um grupo de bibliotecários e educadores a discutir a fundação de uma Associação de Bibliotecas e Escolas Populares (ABEP). O objetivo era a organização de pequenos grupos de educação popular, nos morros e córregos dos arrabaldes, com aulas de alfabetização para crianças e adultos, estimulando, ao mesmo tempo, o hábito de leitura. Na programação incluía-se biblioteca circulante, promoção de conferências e concursos de monografias. Discutia-se, ainda, o papel dessa sociedade na luta contra o analfabetismo, de modo a complementar as iniciativas do DDC.

Em março de 1955, por razões políticas não muito claras, o Prefeito Djair Brindeiro rompeu publicamente os vínculos administrativos do Diretor do DDC. O ato de exoneração foi contraposto à nomeação do Bel. Reinaldo Dornellas Câmara. Ao mesmo tempo que surpreendeu, o fato repercutiu negativamente, fazendo com que Waldemar de Oliveira, em crônica no *Jornal do Commercio*, ressaltasse a “probidade intelectual e a pureza de propósitos” de José Césio Regueira Costa. Por outro lado, “na verdade, confundiam-se, ali, o chefe e a repartição, integrados, um no outro, numa perfeita conciliação de

ideais e de objetivos” (JC, 22.3.1955, p. 6).

Ainda sob o impacto da notícia, coincidentemente ou não, em matéria não assinada, o Jornal do Commercio trouxe uma ampla reportagem criticando o funcionamento da Discoteca Pública pela falta de registros de material folclórico, regional, depoimentos, biografias e cantos de trabalho. Alegava-se a vocação para difundir unicamente a música clássica. Por trás de tudo estava a ideia a favor da criação de uma emissora local, “posto que os seus programas poderiam atingir a massa da população da capital, a exemplo do que tem feito a Rádio Ministério da Educação no Rio”. Dessa forma, a Municipalidade disporia de

“um instrumento poderoso para a educação das populações menos favorecidas, auxiliando todos a compreenderem que a melhoria das condições de vida atuais não será conseguida se não houver um esforço coletivo. Igualmente, por esse meio, poderia ser dado um pouco mais de conforto e tranquilidade espirituais para todos que passam o dia no trabalho” (JC, 25.3. 1955, p. 3).

Essas considerações, se por um lado atacavam, sem mencionar o ex-diretor do DDC, por outro, estimulavam uma ação que se relacionava diretamente com a produção e o consumo da cultura de massa. Caracterizava-se, dessa forma, um mecanismo de politização da população sob a tutela do Estado. Essa proposta, que não chegou a se realizar, deu margem ao novo Diretor do DDC a retornar à ênfase crítica sobre a coleção “muito pobre” de músicas regionais. Dito isso pela imprensa, logo após a sua posse, suscitou de pronto, a réplica de José Césio Regueira Costa, falando sobre as inúmeras gravações de cantos de xangô, candomblé, versos de Ascenso Ferreira e repentistas.

De curta duração, a passagem de Reinaldo Câmara pelo DDC ateu-se a dar continuidade aos programas anteriormente definidos. Assim, em fins de 1955, com a eleição de Barbosa Lima Sobrinho para Governador do Estado e de Pelópidas Silveira para Prefeito, o cargo de Diretor do DDC foi restituído a quem havia mantido toda a envergadura do projeto.

Pelópidas Silveira assumiu a Prefeitura pela segunda vez, com a promessa de, segundo o *Jornal do Commercio*,

“ouvir e de auscultar os mais diversos setores sociais e de trabalho, através dos seus legítimos representantes, como a associação de industriais, de comerciantes, de associações culturais, profissionais, religiosas, sindicais” (JC, 1.11. 1955, p. 3).

Era a forma objetiva e organizada para que as reivindicações e os reclamos chegassem ao Prefeito. Essas ideias, comentavam alguns jornalistas e vereadores, estavam em discordância com a volta de José Césio, sob a alegação de que a cultura, sob a sua direção, não havia sido capaz de chegar ao povo, sendo o DDC uma repartição de elite. Ao rejeitar esse argumento, conviria reproduzir os trechos mais significativos da defesa de José Césio contra essa acusação:

“Esses observadores apressados consideram, quase sempre o fato de a Discoteca Pública Municipal e as Bibliotecas Populares apresentarem salas alcatifadas e as cabines daquela oferecerem ar condicionado aos ouvintes. Esquecem-se de que se trata, apenas, de exigência de ordem técnica, do sentido do melhor rendimento dos serviços: condições acústicas, que requerem soluções especiais.

Esquecem-se os observadores apressados, de que as bibliotecas ‘são’ populares; de que a Orquestra Sinfônica se exhibe em praças públicas, com programas comentados e explicados para a massa; de que há um cinema popular, que proporciona sessões gratuitas no Alto da Conceição, no Córrego do Euclides, no Alto do Pascoal, em outros locais de grande concentração popular, de que há cursos de línguas para o povo, gratuitos [...].

O que [...] pretendem é que o DDC para ser popular, deveria enquadrar-se talvez dentro do padrão de porcaria, de miséria e abandono das coisas habitualmente destinadas ao povo. Que o mobiliário das Bibliotecas Populares, por ex., fosse do tipo daqueles bancos de sala de espera de 2.ª classe da velha “Great Western” (JC 3.11.1955, p. 20).

No momento, mais uma vez, a busca incessante pela explicação e pela construção de uma definição capaz de dar conta da cultura popular implantada pela DDC, levaria a defesa a indagar e expor:

“Existirá uma ‘cultura popular’? Há cultura, sim. Não creio existir uma cultura, especial, para o povo. A função do DDC não é cortejar o povo. É, ao contrário, penetrando, inteligente e plasticamente no seu íntimo, elevar o interesse intelectual ou cultural a níveis bem altos. Abrir-lhes novos horizontes; descobrir-lhes outras paisagens: o mundo maravilhoso que está contido nas páginas de um livro, na palavra dos sábios, nas notas de uma sinfonia.

E foi pensando menos nas elites do que no povo, dentro das linhas da antiga DEPT que organizei e apresentei ao Prefeito Novaes Filho, o Plano da Diretoria de Documentação e Cultura” (JC, 3.11.1955, p. 20).

Os interesses que moviam essa perspectiva ilustrada — de levar ao povo algo de belo, bom e útil — foram reforçados por Jorge Abrantes, no *Diário da Noite*, quando escreveu, solidário com a recondução do antigo Diretor. Na condição de jornalista/bibliotecário deixou transparecer que os “serviços criados pela DDC são para o povo, discordando da teoria de que se deve rebaixar a cultura e fabricar instalações e aparelhagem miseráveis para levá-las ao povo” (JC, 18.12. 1955). Não havia dúvida de que, naquela hora, era necessário fazer ressoar, de forma vigorosa, os benefícios estendidos ao povo, levando, na medida do possível, a cultura às zonas mais pobres da cidade. Essa explicação que se justapôs à outra, representava e resumia o modo difuso de compreender como e por que ocorrem a produção, a distribuição e o consumo cultural no processo de formação social e material.

Nascera dessa perspectiva a preocupação de divulgar, regularmente, para a sociedade por meio da imprensa local, o movimento de cada biblioteca. Eram indicados, por categoria sócio-profissional, o número de leitores, as áreas e os autores mais requisitados. Assim, entre estudantes, funcionários públicos, comerciários, jornalistas, bancários e outros, destacavam-se os

seguintes autores: Humberto de Campos, Coelho Neto, José de Alencar, Rocha Pombo, J. Manuel de Macedo, Padre Vieira, Guilherme de Almeida, Afrânio Peixoto, Erico Veríssimo, Cervantes, Edgar Wallace, Somerset Maughan, Stanley Gardner, Magali, Jane Austen, Romain Rolland.

De forma geral, as atividades de disseminação cultural do DDC contavam com a aceitação e o apoio da imprensa. Assim, Pelópidas Silveira, ao reconduzir José Césio, dava também destaque à reedição dos periódicos e livros e à manutenção de atividades, incluindo a reinauguração de cinemas em bairros, com o apoio do então Governador Cordeiro de Farias, e a mostra de um documentário: *A Prefeitura a Serviço do Povo*, projetado em 1957, sobre os serviços de pavimentação de estradas, calçamento de ruas, construção de praças, parques infantis, galerias de águas pluviais, canais, pontilhões, hortas etc. Paralelamente, funcionavam os cursos de inglês e esperanto gratuitos. Continuavam os concertos da Orquestra Sinfônica, as sessões de cinema nos bairros e outras atividades. Em 1958, a Discoteca Pública recebeu nova aparelhagem de som para comemorar seus 10 anos de trabalho. Por essa época, o Prefeito envidou todos os seus esforços para adquirir, em Casa Amarela, o Sítio da Trindade, antigo Arraial do Bom Jesus, a fim de ali instalar dependências da Prefeitura.

Mas os escassos recursos financeiros para renovação de acervos e aquisição de equipamentos foram retardando os impulsos para a maior dinamização das bibliotecas, sobretudo, da Discoteca Pública que, após dez anos de uso diário, ressentia-se de novos materiais de som, ar condicionado e revestimento acústico. Assim, o Departamento propôs, como alternativa, a criação de cursos populares de música, destinados a transmitir, pelo ensino, conhecimentos de arte musical, formar profissionais com base artística, promover e estimular a difusão da música. O ensino de violão, flauta, oboé, clarinete, fagote, trompa, viola, violoncelo, teoria musical e solfejo, noções de harmonia, história da música, estética geral, filosofia e música de câmara, foram instituídos, por decreto, pelo Prefeito Pelópidas Silveira, em 1959. — Valeria lembrar que a Câmara Municipal, pela Lei 5757, de 10 de dezembro de 1959, autorizara o Chefe do Poder Executivo a abrir o crédito necessário para a instalação de uma Biblioteca Popular “na localidade denominada Engenho do Meio”. Em 5 de dezembro de 1960, foi promulgada a Lei 6554, autorizando uma nova biblioteca no subúrbio de Campo Grande. Ambas não executadas.

No quadro, outros movimentos culturais promovidos por indivíduos ou grupos agitavam a cidade, trazendo talvez como bagagem a experiência de audições na Discoteca Pública. Eram lançamentos de livros e revistas, tais como: *Elegias*, de Mauro Mota, *Esboço*, *Revista da Escola de Belas Artes*, *Nordeste*, *Revista DECA*, da Secretaria de Educação e Cultura, do Estado. Eram exposições de artes plásticas, com Aloísio Magalhães, Reynaldo Fonseca, Augusto Reynaldo, Aldomar Conrado, Ivan Carneiro, Abelardo da Hora, José Corbiniano Lins, Ronaldo Andrade, José Cláudio, Ladjane Bandeira, Maria de Jesus Costa, Wellington Virgolino, Wilton Andrade de Souza, Tilde Cavalcanti — Tilde Canti —, Zuleno. Teatro, com Joel Pontes, Luiz Porto Carreiro, Boris Trindade, Anita Paes Barreto, Osman Lins e o Teatro de Amadores de Pernambuco — TAP —, com Waldemar, Alfredo e Walter de Oliveira, Otávio e Geninha Rosa Borges, Diná Rosa Borges de Oliveira. Na música, a Orquestra da Rádio Clube de Pernambuco atraía ouvintes para os programas de auditério, com o Maestro Nelson Ferreira. Jovens faziam o “*Gráfico Amador*”, composto por Gastão de Holanda, Aloísio Magalhães, Adão Pinheiro, Orlando da Costa Ferreira, Jorge Martins Júnior, Luís Costa Lima, Ariano Suassuna, José Laurenio de Melo, João Alexandre Barbosa, Jorge Wanderley, Sebastião Uchoa Leite, Carlos Pena Filho, Francisco Brennand. Outros nomes que se iniciavam na educação e nas letras: Paulo Freire, Jomard Muniz de Britto, Jarbas Maciel.

A substituição e a eleição para Prefeito, depois de conturbado processo de escolha, levaram Miguel Arraes de Alencar a assumir a Prefeitura, em fins de 1959. José César Regueira Costa foi afastado da direção da DDC. Para ocupar o cargo, foi nomeado, interinamente, Abelardo Rodrigues, que não assumiu, ficando Hermilo Borba Filho a responder pelo expediente. Escritor, diretor de teatro e da Discoteca Pública, Hermilo Borba, assumindo temporariamente “com verbas minguadas, gerenciando bibliotecas, teatros e publicações” (1967, p. 5), viu com espírito crítico sua passagem pelo DDC, ponderando os limites a que a instituição estava circunscrita. Em seu quarto livro de memórias, *Deus no Pasto*, usando de criptônimos para despistar a identificação das autoridades, avaliou as menores particularidades dos fatos, demonstrando a nova ordem das coisas:

“Eu lá entrava, na tal divisão, e de lá saía com a sensação de esforço perdido: os discos já estavam gastos pelo uso continuado, os mesmos livros das bibliotecas populares já haviam sido lidos, relidos, trelidos; a Sinfônica tinha carência de músicos e instrumentos; a casa de espetáculos oficial caía aos pedaços; e a todo pedido de dinheiro para reparar essas faltas sempre me respondiam com o clássico ‘Não há verba’. Verba havia, no papel, mas não em dinheiro sonante” (BORBA FILHO, 1967, p. 5).

A situação de precariedade urbana, de desemprego, de fome e de miséria que tomava conta da cena, convergia para o intelectual sob a forma de questionamentos.

“Tudo, no Recife, estava por fazer. Afinal de contas que importavam Beethoven, Bela Bartok, Brahms, Machado de Assis, Zé Lins, Amado e Guimarães Rosa quando permanecia sem solução o problema dos alagados e dos morros, do desemprego? (BORBA FILHO, 1972, p. 63).

Assim, como ampliar o espaço de ação do DDC quando, no Recife faltavam galerias, iluminação, calçamento, saneamento, transporte, limpeza, tudo que havia de dar um conforto imediato à população, quando o novo Prefeito “sentia um certo desprezo pelas coisas da cultura”, e afirmava: “não se pode ouvir música quando tanta gente está na miséria. É miséria, sim, pobreza é outra coisa” ((BORBA FILHO, 1972, p. 63).

Mais desalentadoras ainda tornavam-se as providências tomadas no sentido de desativar os serviços:

“um ofício do Prefeito, mandando que entregasse o veículo que servia de biblioteca ambulante aos serviços médicos, outro suspendendo qualquer compra de livros, mais outro ordenando que, em vista do estado obsoleto da discoteca, as salas fossem deixadas livres para a implantação de serviço de maior necessidade” (BORBA FILHO, 1972, p. 99).

Diante dessa nova realidade hostil e contundente, o DDC morria aos poucos: “durante um ano tentei lutar, através de ofícios e pessoalmente quando nos despachos, para arrancar verbas, mas tudo em vão, o dinheiro saía em conta-gotas”, continuava Hermilo Borba Filho, vendo reduzir-se à fumaça os esforços e os ideais de tantos. Por fim, o Prefeito, querendo transformar o DDC em Secretaria de Educação, devolveu os espaços ocupados em prédios do Governo do Estado, pelas bibliotecas de Santo Amaro e Encruzilhada, e transferiu os acervos para as outras, cujos edifícios pertenciam à Prefeitura, Casa Amarela e Afogados (BORBA FILHO, 1972, p. 101-102).

Paralelamente ao DDC, no Governo Municipal, Miguel Arraes convocava artistas e intelectuais a participarem do Movimento de Cultura Popular — MCP —, presidido por Germano Coelho. Criado em maio de 1960, com sede no Sítio da Trindade, em Casa Amarela, o MCP tinha entre seus objetivos: desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano através de educação integral de base comunitária e proporcionar a elevação do nível cultural do povo, preparando-o para a vida e para o trabalho etc. Departamentos e divisões compunham sua estrutura, entre os quais figuravam o Departamento de Documentação e Informação, e o Departamento de Difusão da Cultura. No contexto, ganhou espaço a implantação de praças de cultura e as bibliotecas, como integrantes de um projeto de meios informais de educação.

Em 11 de fevereiro de 1963, com a renúncia do Prefeito, tomou posse o Presidente da Câmara dos Vereadores, Liberato Costa Júnior que, no exercício do cargo decretou, em 20 de fevereiro de 1963, as finalidades da Secretaria de Educação. Ali estava inserida uma Secção de Divulgação, Documentação e Bibliotecas.

Neste novo quadro político e educacional, essas instituições foram se mantendo por “teimosia”, sem condições de compor ou recompor o seu quadro de pessoal, seu estoque bibliográfico. Nessas condições, não se originou a necessidade de recompor ou reconstruir outra identidade, um caminho ou novas respostas para um espaço anteriormente criado. Ou seja, as duas bibliotecas, em edifícios próprios — a de Casa Amarela e de Afogados — sofreram significativa redução do número de leitores adultos enquanto foram se acomodando para atender basicamente a alunos de primeiro e segundo graus. Por isso, continuava sendo positivo manter os serviços, com custos mínimos de

CONCLUSÃO: ABRINDO E FECHANDO PORTAS

Em curto espaço de tempo impôs-se, como um traço definitivo, a ideia de cobrir a cidade com uma rede de bibliotecas, rompendo os círculos da intelectualidade, da inércia burocrática, dos dribles dos jogos políticos. No meio de aglomerações urbanas de médias possibilidades econômicas ou de nítidas características populares, instalava-se um ponto de leitura. Uma biblioteca — que não pudesse ser substituída ou confundida com postos de puericultura ou outros centros de saúde — definida por seu lugar único na sociedade, garantida por sua própria natureza. O conhecimento universal, condensado em enciclopédias, dicionários e livros didáticos, estava no lugar. A difusão da literatura brasileira, portuguesa, francesa ou inglesa, mais, do romance popular ou policial, da música erudita e popular, com uma linguagem técnica e estrutura própria, tudo adquiria validade como atividades culturais, valendo-se de um momento histórico determinado para manifestar-se. Talvez para servir de base à compreensão da sociedade.

Na verdade, a prática inovadora consistia em fazer o livro ir ao encontro do povo. As bibliotecas e a discoteca se adequavam ao meio ao qual serviam. Iam ao alcance de um gosto coletivo, tentando inspirar e provocar revalorizações nas esferas intelectual, cultural, econômica, política e social. Buscavam abrir portas para a renovação do pensamento, da fantasia e, mais amplamente, da sociedade. Atraíam e introduziam pela leitura, pela música, novos modos de observar, sentir, compreender, analisar, teorizar, exprimir, sintetizar e nomear. Tentavam, enfim, apresentar e possibilitar uma outra visão de mundo.

A busca dessa transformação, que se supunha poder atingir a todos indistintamente, tinha razões em fenômenos históricos. Inquietava intelectuais e administradores desejosos de realizar e fazer algo de grande e útil, de enfrentar

problemas e de decifrá-los. O empenhamento e a perspectiva de transformação poucas vezes estiveram tão presentes entre o grupo que alimentava a ação e aqueles que dela se beneficiavam. Percebiam-se as enormes potencialidades, não apenas das bibliotecas, mas de outras manifestações culturais. Descobria-se a possibilidade de participar da construção do edifício da cultura.

“Pude ver, pela primeira e última vez na minha vida, como uma repartição poderia estar tão perto das manifestações do povo e como poderia realizar tanta coisa movida apenas por um ato de fé e de amor do seu chefe. Realizei, sob sua inspiração, representações teatrais, concursos, festivais de cinema, participei da instalação de bibliotecas populares nos diversos bairros, de discoteca, de folguedos carnavalescos, de publicações as mais diversas, vivíamos num mundo próprio” (BORBA FILHO, 1967, p. 238).

Assim demonstrava Hermilo Borba Filho a sua experiência, caracterizada pelo contato e transmissão de um ideal comum. Mas as pulsações que faziam expandir esse ideal foram também se enfraquecendo pela força das injunções políticas, das dificuldades materiais — “pois a Prefeitura não tinha o dinheiro necessário para a movimentação dos serviços biblioteconômicos”, escreveu Edson Nery da Fonseca (1950, p. 2).

A origem que particularizou o processo de criação e de funcionamento das bibliotecas populares fez-se valer de um movimento de renovação cultural e social — embora sem autonomia — que se contrapôs à tradição e ao imobilismo da Biblioteca Pública, dedicada a um atendimento restrito.

A força democrática, que marcou o fim do Estado Novo, representada por eleições diretas, anistia, educação popular, abolição da censura exercida por órgãos próprios, uma nova Constituição e o crescimento da independência econômica, ainda que de caráter periférico, abriram espaço para a biblioteca, para o livro, para as revistas, preparados tecnicamente e divulgados para adultos e crianças.

Para um grupo de intelectuais, alguns católicos, a defesa de posições apolíticas encontrou o momento certo para redefinir e intervir no processo de crescimento intelectual de uma população marginalizada pela carência de recursos

econômicos, nutricionais, educacionais e outros, incapacitada de observar, ouvir, debater, questionar, pensar ou transformar a sociedade. Assim, a leitura poderia servir de veículo à renovação de ideias, estudos, entretenimento.

Para constatar e confirmar a necessidade de interferência nesse movimento de renovação, a biblioteca popular foi concebida como um meio ou um instrumento capaz de orientar e estimular um processo de “revolução passiva”, como reexplicou Carlos Nelson Coutinho (1981, p. 145). A partir desse ponto, a realização do percurso esteve primeira e definitivamente ligada ao êxito da leitura — mesmo não sendo simultâneo em todos os extratos sociais — o que significava atravessar ou transpor a “literatura de folhetim”, para só então, poder chegar a outro momento histórico. Esse percurso foi traçado e definido pelo Estado através da elite intelectual, depositária e reconstrutora da cultura “pelo alto”. Tradicionalista e conservadora, buscou, com pequenos avanços, questionar seu papel face ao mundo que ajudou a manter, mesmo querendo transformar.

Nesse contexto, as palavras de Hermilo Borba Filho manifestaram, em tom agudo, o sentimento de angústia de quem apresentou, questionou, exprimiu, representou e compreendeu diferentes visões de mundo:

“Eu me perguntava com inquietação que diabo estava fazendo à frente daquela Divisão Cultural, com verbas minguadas, gerenciando bibliotecas, teatro e publicações, quando mendigos enchiam as ruas, os desocupados postavam-se à frente dos mocambos, as mulheres se metiam nos alagados caçando a comida pobre, do interior chegavam as piores notícias dos usineiros no trato com os camponeses. Que significação poderia ter uma sinfonia de Beethoven, uma peça de Graham Greene, um livro onde se contava a história mofada dum Barão de Lucena se a doença, a fome, o analfabetismo eram a nota mais alta naquele burgo?” (BORBA FILHO, 1972, p. 5).

No entanto, a percepção da enorme potencialidade da biblioteca revelava, incentivava e orientava a transformação de promessas em realidade. Assim, à medida que novas forças políticas se iam compondo, foram redire-

cionados os interesses locais específicos. A dimensão de outras necessidades, demonstradas pela lógica de um maior aglomerado urbano, aliou-se à eficiência técnico-administrativa, criando condições propícias para a busca e o desenvolvimento de satisfações individuais e coletivas — que passavam pela descoberta do domínio da leitura, da informação, dos saberes.

A ênfase dada às bibliotecas populares às vezes corria em paralelo, às vezes em conflito, com os problemas do Recife: a questão agrícola, as secas, a perspectiva de industrialização, com a chegada da energia elétrica de Paulo Afonso prevista para o ano de 1953. A preparação, em 1952, de uma comissão capaz de estudar o desenvolvimento econômico do Estado (CODEPE), os debates, em 1955, para a “salvação do Nordeste” e tantas outras questões somavam-se, redimensionando as novas forças políticas de esquerda, representadas pelas eleições de Pelópidas Silveira e de Miguel Arraes, para a Prefeitura.

As Bibliotecas Populares de Casa Amarela e de Afogados caminharam, nessas circunstâncias, exercitando a capacidade de resistência aos desgastes — conferindo uma profunda e antiga relação entre homem e livro que, apesar de tudo, mantiveram o encantamento da leitura. Eis porque ressoou, com nitidez, a voz de Lima Barreto:

“Mas, assim, mesmo, amo a biblioteca e, se não vou lá, leio-lhe sempre as notícias”.

REFERÊNCIAS

COLEÇÕES (REVISTAS E JORNAIS)

Arquivos, Recife: 1942	(A)
Diário de Pernambuco, Recife: 1942-1952	(DP)
Folha da Manhã, Recife: 1938-1946	(FM)
Jornal do Bancário, Recife: 1958-1960	(JB)
Jornal do Commercio, Recife: 1942-1963	(JC)
Jornal Pequeno, Recife: 1949	(JP)

LIVROS E ARTIGOS

ANDRADE, Manuel Correia de. *Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida*. Recife: EDUFPE, 1979.

_____, Mário de. Bibliotecas populares. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p.7-8, mar. 1957.

_____. *Os filhos da Candinha* (Crônicas). São Paulo: Martins, 1943: Biblioteconomia.

_____, Raymundo O. de. Algumas considerações sobre a cultura popular. *Symposium: Revista da Universidade Católica de Pernambuco*, Recife, v. 28, n. 2, p. 33-42, 1986.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. Brasília: UNB, 1983.

BALTAR, Antônio Bezerra. *Diretrizes de um plano regional para o Recife*. Recife [s.l.] 1951.

_____. Uma vida a serviço da cultura. *Diário de Pernambuco*, Recife, 22 dez. 1989, p. B-6.

BELLO, Ruy de Ayres. *Memórias de um professor*. Recife: Academia Pernambucana de Letras, 1982.

BERNARDES, Denis. *Recife, o caranguejo e o viaduto*. Recife: Edufpe, 1996.

BEZERRA, Gregório. *Memórias* (primeira parte: 1900-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

LE BIBLIOBUS. *Revue des Bibliothèques*, Paris, a. 40, p. 99-105, jan. 1930.

BIBLIOTECA Popular de Afogados. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 9, 13 jan. 1955.

BIBLIOTECA Popular de Santo Amaro. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 10, 26 fev. 1955.

BORBA FILHO, Hermilo. *Um cavalheiro da segunda decadência II. A porteira do mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. IV. *Deus no pasto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

BOSI, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular*. Petrópolis: Vozes, 1977.

BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

BRUNO, Annibal. *Um programa de política educacional*. Recife: Directoria Technica de Educação, 1935.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.13, p. 263-278, jul. 1945.

CANCLINI, Nestor Garcia. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CANCLINI, Nestor Garcia. Políticas culturais na América Latina. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 39-51, 1983.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

_____. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Nacional, 1965.

CARONE, Edgar. *O marxismo no Brasil (das origens a 1964)*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

CASTRO, Josué de. *Fatores de localização da cidade do Recife*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto, como o caso foi* (da coluna Prestes à queda de Arraes). Memórias. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

_____. *Nos tempos de Prestes (O caso eu conto, como o caso foi)*. Recife: Guararapes, 1982. v. 3: Memórias políticas.

_____, Zaida Maria Costa. *DEC: a biografia de uma instituição cinquentenária*. Recife: SEC, Departamento de Cultura, 1986.

CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Significado da biblioteca pública para a democratização da cultura: biblioteca pública e cidadania*. Brasília: 1989. Inédito.

CONGRESSO DAS MUNICIPALIDADES DE PERNAMBUCO, 1949. Recife. *Anais*. v. 1.

COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. *Presença*, Rio de Janeiro, n. 8, p.141-162.

_____. Os intelectuais e a organização da cultura no Brasil. *Temas Ciências Humanas*, São Paulo: n. 10, p. 93-110, 1981.

CURY, Carlos R. Jamil. *Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. São Paulo: Cortez, 1985.

CURY, Carlos R. Jamil. *Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais*. São Paulo: Cortez, 1984.

DANTON, J. Periam. Plea for a philosophy of librarianship. *Library Quarterly*, Chicago, v. 4, n. 4, p. 527-552, oct. 1934.

DELGADO, José Luiz. Césio Regueira Costa. *Diário Pernambuco*, Recife, 29 nov. 1989, p. A-7.

DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Hucitec, 1977.

EGAN, Margaret. The library and social structure. *Library Quarterly*, Chicago, v. 25, n. 1, jan. 1955.

ESCARPIT, Robert. *Le littéraire et le social: éléments pour une sociologie de la littérature*. Paris: Flammarion, 1970.

EXTRATO dos Estatutos das Associações de Bibliotecas e Escolas Populares. *Diário Oficial*, Recife, p. 3912-3913, 2 ago. 1956.

FERNANDES, Aníbal. *Estudos pernambucanos*. Recife: Massangana, 1982.

FONOTOV, G. P. Lenin y las bibliotecas. *Boletim UNESCO de las Bibliotecas*, Paris, v. 24, n. 3, p. 130-138, maio-jun. 1970.

FONSECA, Edson Nery da. Aula inaugural do Curso de Biblioteconomia. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 3, 02 jul. 1948.

_____. Aos bibliotecários de 1951. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 416, dez. 1951.

_____. *A biblioteconomia brasileira no contexto mundial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

_____. História de uma biblioteca. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 1, 26 ago. 1951.

FONSECA, Edson Nery da. A localização da Biblioteca Pública. *Diário de Pernambuco*, Recife, 21 out. 1951, S. 2, p. 1.

_____. A propósito do curso de Biblioteconomia da Universidade do Recife. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 4, 12 jan. 1950; p. 2, 15 jan. 1950; p. 2, 18 jan. 1950.

FOSKETT, D. J. Public knowledge and the social dimension of librarianship. *Journal of Librarianship*, London, a. 1, n. 1, p. 68-78, jan. 1969.

FREYRE, Gilberto. *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1968.

FUNDAÇÃO DE CULTURA CIDADE DO RECIFE. *Movimento de Cultura Popular: memorial*. Recife: FCCR, 1986.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GUERRA, Flávio. *Lucena: um estadista de Pernambuco*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1958.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HUGO, Victor. *Toute la lyre*. Paris: Nelson Ed. [s.d.] p. 326: Bibliothèques.

KELLY, Thomas. Thoughts on the writing of library history. *Library History*, London, v. 3, n. 5, p. 161-169, Spring 1975.

KOVAL, Boris. *História do proletariado brasileiro (1857 a 1967)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

LEMME, Paschoal. *Memórias*. São Paulo: INEP; Cortez, 1988.

LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. Para onde vão as bibliotecas públicas? *Palavra-chave*, São Paulo, n. 19, p. 11-12, maio 1982.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Marginália: artigos e crônicas*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

LIMA, Maria Leticia de Andrade. A criança e o livro. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 3, 20 nov. 1949.

LOCALIZADOS os futuros edifícios do Instituto de Educação, Biblioteca Pública e Hospital de Pronto Socorro. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 4, 10 out. 1951.

MAGALHÃES, Agamenon. *Ideias e lutas*. Recife: Fundarpe, 1985.

_____. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Pres. da República*. Recife: Imprensa Oficial, 1940.

MANDEL, Ernest. A formação do pensamento econômico de Karl Marx. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 104-120.

MELLO, Milton Ferreira de. Bibliotecas populares do Recife. *Cadernos Biblioteconomia*, Recife, n. 1, p. 42-45, jul. 1973.

MELO, Mário. A angústia da Biblioteca Pública. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 2, 03 maio 1950.

MELO, Mário Lacerda de. *Metropolização e subdesenvolvimento; o caso do Recife*. Recife: Edufpe, 1978.

MENEGALE, L Guimarães. *O que é e o que deve ser a Biblioteca Pública*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1932.

MONTENEGRO, Olivio. *Memórias do Ginásio Pernambucano*. Recife [s.ed.] 1943.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

MORAES, Rubens Borba de. *O problema das bibliotecas brasileiras*. Brasília: ABDF, 1983.

MOTA, Carlos Guilherme. Cultura e política no Estado Novo (1937-1945). *Encontros Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 87-94, jan. 1979.

NITECKI, Joseph A. Public interest and the theory of librarianship. *College Research Librarian*, Chicago, v. 25, p. 269-278, jul. 1964.

NOVAES FILHO, Antônio. *Seis anos de administração municipal*. Relatório apresentado pelo Prefeito A. de Novaes Filho ao Interventor Agamenon Magalhães em dezembro de 1944. (1937-1943). Recife: Prefeitura Municipal, 1946.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____, Waldemar de. *Geologia da planície do Recife: contribuição ao seu estudo*. Recife: Jornal do Commercio, 1942.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1973.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política*. Recife: Massangana, 1984.

PARAHYM, Orlando. *Traços do Recife: ontem e hoje*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura [s.d.]

PEREIRA, Astrogildo. *Ensaio histórico e políticos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

_____, Astrogildo. Posição e tarefas da inteligência. *Temas Ciências Humanas*, São Paulo, v. 4, p. 4 - 67, 1978.

PEREIRA DA COSTA, F. A.. *Anais pernambucanos, 1824-1833*. Recife: Fundarpe, 1984.

PERNAMBUCO. Governo do Estado. *A praxis política e a economia em Pernambuco*. Recife: 1988.

_____. Secretaria do Interior. Da exposição apresentada ao Interventor Agamenon Magalhães pelo Sr. Arnóbio Tenório Vanderlei. Recife: Escola Técnico-Profissional Masculina, 1940.

PERRUCCI, Gadiel; BERNARDES, Denis. *Recife: o caranguejo e o viaduto*. Recife. Inédito.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. *Bibliotecas Populares no Recife*. Recife: Diretoria de Documentação e Cultura, 1951.

QUINTANA, Mário. *Nova antologia poética*. Porto Alegre: Globo, 1987.

RECIFE. Decreto 144, de 01 de março de 1939. Cria a Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo do Município do Recife e dá outras providências. Regulamento a que se refere o Art. 4.º do Dec. 144, de 01 mar. 1939.

REGUEIRA COSTA, José Césio. Bibliotecários e livros. *Diário de Pernambuco*, Recife, 7 de ago. 1949, S. 2, p. 1.

_____. *Bibliotecas populares*. Recife: 1954. Inédito.

_____. A Discoteca Municipal. *Folha da Manhã* (vespertina), Recife, 26 abr. 1948. Vida Artística, p. 3.

RIBEIRO, René. Sondagem para a criação de uma biblioteca popular. Recife [s.n.]

RICHTER, Noël. *Les bibliothèques populaires*. Paris: Cercle de La Librairie, 1978.

ROCHA, Tadeu. Entre livros raros e coleções de jornais antigos. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 3, 09 jul. 1952.

SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SHERA, Jesse. *The foundations of education for librarianship*. New York: Wiley Becker & Hayes, 1972.

_____. *Libraries and the organization of knowledge*. London: Lockwood, 1965.

SIQUEIRA, Antônio Jorge de. A política habitacional de Agamenon Magalhães (1938-1945). SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA. *Anais*. São Paulo: 1984.

SOUZA BARROS, Manoel de. *A década 20 em Pernambuco* (Uma interpretação). Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1985.

TAVARES, Eduardo. *Bibliotheca exótica brasileira*. Rio de Janeiro: Empreza Graphica, 1929.

TOTTERDELL, Barry. *Public library purpose*. London: Clive Bingley, 1978.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Academia Paraíso, 41
Abrantes dos Santos, Jorge, 109, 138
Abreu, Capistrano de, 56
Albuquerque Mello, José
 Maria,
Albuquerque,
 Matias de,
 Pedro Francisco Cavalcanti, 46
Alembert, Jean de Rond d', 42
Alencar,
 José Martiniano de, (padre) 41
 José de, 25, 108, 139
 José de Souza Alex, 27-29
Allain, Rivaldo, 112, 125
Almeida,
 Azeneth, 124
 Guilherme de, 132
Alvarenga, Oneyda, 79
Amado, Jorge, 81
Amazonas, Joaquim, 73
Amorim, Edgar, 57
Andrade Lima Filho, 131
Andrade,
 Aristófanés de, 121, 129
 Carlos Drummond de, 108
 Gilberto Osório de, 69
 Maria Lectícia de, 113
 Mário de, 77-79, 81, 88
 Ronaldo,
Andreia, Francisco José de
 Souza Soares de, 42
Anes, Carlos, 22
Anjos,
 Ciro dos, 22
 José dos, 71
Arraes de Alencar,
 Miguel, 141, 148
Arruda da Câmara, Manuel de (pa-
 dre), 41
Arruda Marinho dos Santos,
 João, 129
Aurora Pernambucana, 42
Austen, Jane, 140
Ayes, Luiz Cardoso, 69
Azeredo Coutinho, (bispo)
 José Joaquim da Cunha de, 41
Azevedo, Amaral, 16
 Paulo Augusto, 16
Bach, Jean-Sébastien, 27, 124
Baltar, Antônio Bezerra, 64, 69
 Carolina, 69
Bandeira,
 Antônio Herculano de Souza, 53,
 74, 141

Ladjane, 74, 141
Manoel, 69, 105
Barata, Cipriano, 42
Barbosa Lima Sobrinho,
Alexandre José, 28, 74, 112, 114, 123, 137
Barbosa,
Fernando Simões, 67
João, 141
Lourenço da Fonseca (Capiba), 69
Barreto,
Anita Paes, 141
Luiz do Rego, 42, 43
Tobias, 108
Barros, Francisco do Rego,
Conde da Boa Vista, 44
Bartok, Bela,
Batista, Francisco Paula, 52
Beethoven, Ludwig Van, 26-27, 124
Bello, Ruy de Ayres, 68
Bernardes, Denis, 67
Bezerra, Gregório, 72
Bibliotecas,
Afogados, 121, 133-134, 143, 148
Casa Amarela, 112, 116-117, 148
Discoteca, 22, 27, 29, 73, 137
Encruzilhada, 107, 109, 110, 125
Posto de Empréstimo,
Pública, 44, 54, 56, 57, 59, 61, 73,
92, 96, 116-117, 123-125, 128,
130, 137, 140, 141, 146
Santa Isabel,
Santo Amaro, 111, 113-114, 123,
141-143, 146
Borba Filho, Hermilo, 22, 74, 143, 147
Borba, Osório, 67
Borsoi, Acácio Gil, 57
Braga, Ernani, 69
Rubem, 108
Brahms, Johannes, 142
Brennand, Francisco, 141
Brindeiro, Djair, 136
Bronté, Charlotte, 25
Bruno, Annibal, 72, 76
Britto, Jomard Muniz de, 141
Buffon, Georges-Louis
Leclerc Conde de, 42
Buonarroti, Miguel Ângelo, 22
Burle Marx, Roberto, 69
Caeté, Francisco, 55
Câmara Cascudo, Luís da, 108
Câmara,
Baltasar da, 69,
Reinaldo Dornellas, 136
Campelo, Samuel, 69
Campos,
Humberto de, 69
Cândido, Antônio, 41, 59, 85
Caneca, (frei) Joaquim do
Amor Divino, 41-42, 55, 112
Capanema, Gustavo, 88, 126
Cardozo, Joaquim, 67, 69, 81, 108
Carneiro,
Ivan, 141
Humberto, 54
Carone, Edgar, 72
Carpeaux, Otto Maria, 96 109, 124
Carreiro, Luiz Porto, 141
Carvalho,
Alfredo de, 54, 55
Ayrton da Costa, 57, 69
Castelo Branco, Camilo, 108
Castro Alves, Antônio de, 26, 107-108
Castro,
Clóvis de, 126
Josué de, 63
Cavalcanti,

- Francisco de Paula, 44
Geraldo, 135
Paulo, 66, 69, 71-72, 81
Tilde, 28, 141
- Cordeira, Ernani de Paula, 109
Cervantes, Miguel de, 140
Chauí, Marilena de Souza, 103
Chopin, Frédéric, 26-27, 124
Cláudio, José, 141
Coelho Neto, Henrique
 Maximiano, 139
Coelho, Germano, 143
Coimbra,
 Albuquerque, 55
Colégio dos Jesuítas, 46
Congregação São Felipe Neri, 44
Conrado, Aldomar, 141
Cordeiro de Farias, Oswaldo, 140
Cordeiro,
Cristiano Coutinho, 67
Costa Júnior,
 Liberato, 133
Costa,
 Austro, 69
 Lúcio, 19
 Maria de Jesus, 141
Coutinho,
 Alcedo, 72
 Carlos Nelson, 147
 Nelson, 67
Cronin, A. J. , 109
Cruz, Antônio Gonçalves, 41
- Dantas Barreto, Emídio, 54
Debussy, Claude, 27
Degan, Léon, 22
Delgado, Luiz, 69
Departamento Estadual de
 Imprensa e Propaganda, 67
- Diário
 da Noite, 109
 de Pernambuco, 43, 57, 67, 109
Dias, Cícero, 69, 116
Diegues Júnior, Manuel, 55
Domingues, José, 55
Dostoyevski, Fedor, 25
Duarte, Paulo, 77-78
Dupin, Amantine Lucile
 Aurore, 26
Dutra, Eurico Gaspar, 73
- Editoras, 81
Estação Rodoviária, 134
- Faculdade de Direito, 53, 111, 116
Feijó, Hélio, 21-22, 74, 113
Fernandes,
 Aníbal, 56, 67
 Fédora do Rego Monteiro, 69
 Hamilton, 22, 109
Ferreira,
 Ascenso, 69, 137
 Luzilá Gonçalves, 25, 29
 Nelson, 69, 125
 Orlando da Costa, 141
 Fittipaldi,
 Vicente, 69
Folha
 da Manhã, 66, 109
 do Povo, 109
Fonotov, G.P.,
Fonseca,
 Edson Nery da, 18, 20, 52, 56-57,
 69, 74, 93, 94, 96, 99, 104-105, 106,
 109, 124, 127, 129, 146
 Reynaldo, 74, 141
Freire, Paulo, 141
- Freyre, Gilberto, 18-19, 55, 56, 67,

129,-130
Frutuoso, José, 129
Fundação Getúlio Vargas, 96

Gabinete
 Literário, 46, 48-49
 Português, 47
Gama, Miguel do Sacramento Lopes (frei), 44
Gardner, Stanley, 140
Ginásio
 Castro Alves, 72
 Pernambucano, 52
Godoy, Sérgio, 112
Goethe, Wolfgang, 109
Gomes, Angela de Castro, 16
Gonçalves Dias, Antônio, 108
Gramsci, Antônio, 100, 114
Greene, Graham, 147
Guerra, Flávio, 53
Guimarães Rosa, João, 142
Guimarães, Bernardino de Sena da Silva, 45

Hallewell, Laurence, 81
Heller, Agnes, 38
Holanda, Gastão de, 141
Holston, James, 19
Hora, Abelardo da, 74, 141
Hospital
 Oswaldo Cruz, 128
 Pronto Socorro, 57
Hugo, Victor, 62

Instituto Nacional do Livro, 87-88, 92, 131
Jardim,
 Botânico, 49
 Luís, 69
Jornal
 do Commercio, 74, 109, 129, 130, 135, 197
 Pequeno, 109
Jurema, Aderbal, 74, 130

Lacerda, Mário, 63
Lagerloff, Selma, 25
Lange, Curt, 124
Leite, Sebastião Uchoa, 141
Lemme, Paschoal, 75
Liceu de Artes e Ofícios, 51
Liga Social Contra o Mocambo, 63, 111
Lima Barreto, Afonso Henriques de, 148
Lima,
 Delson, 74
 Eolo Ramos de Andrade, 124
 Fernando de Barros, 74
 Jorge de, 69
 José Inácio Cabral de, 124
 Laurênio, 69
 Luís Costa, 141
Lindbergh, Charles, 19
Lins,
 Álvaro, 69
 Corbiniano, 74, 141
 Etelvino, 68, 71, 90, 122
 Osman, 141
Lopes,
 Alfredo, 133
 Silvino, 69
Loreto, Sérgio, 54
Loyola, Santo Inácio, 40
Lubambo, Manoel, 68,

Lucena Filho, Henrique Pereira
(Barão de), 53

Luna, Lino do Monte
Carmelo (padre), 50, 52

Mably, Gabriel Bonnot de, 42

Macedo,
Joaquim Manuel de, 139
Sérgio Teixeira de, 50

Machado de Assis, Joaquim

Maria, 108

Maciel,
Jarbas, 141
José do Rego, 122,
129, 131-132, 134,

Magalhães,
Agamenon, 17, 19, 23, 27,
56, 34, 66, 68-69, 71, 74, 80-
82, 84, 86, 111, 118, 129
Aloísio, 23, 121, 141,

Magali, 140

Maia Neto, Heitor, 119

Mansfield, Katherine, 26

Marroquim, Esmeraldo, 74

Martins Júnior, Jorge,

Martins,
João Vicente,
Jorge, 129, 133, 141
Myriam Gusmão de, 106

Maughan, Somerset, 140

Mello,
Eduardo Tavares de, 54
José Antônio Gonsalves de, 55, 69
José Maria de
Albuquerque, 69

Melo,
Clóvis, 72, 135
José Laurênio, 141
Mário, Lacerda de, 56, 63, 69,

Milton Ferreira de, 93, 96, 124

Mendes,
Murilo, 23, 109, 124, 132
Oscar, 22

Menegale, J. Guimarães, 77

Menezes,
Diogo, 55
Fernando, 121
José Luiz Mota, 21

Mercado de São José, 53

Meyer, Augusto, 87

Miguelinho (frei),
Miguel Joaquim de
Almeida Castro, (padre) 41

Milliet, Sérgio, 79, 88, 116, 118

Molière, Jean-Baptiste
Poquelin, 108

Monteiro Lobato, José Bento, 81

Monteiro, Vicente do Rego, 69

Montenegro, Olívio, 43, 45-49, 53

Moraes Rego, Manoel César de, 21,
28, 79, 109, 114, 116-117, 123, 125,
127

Moraes, Rubens Borba, 19, 41-43, 87-88

Morgan, Charles, 26

Mosteiro de São Bento, 44

Mota,
Fernando de Oliveira, 69
Mauro, 69, 141

Mozart, Wolfgang Amadeus, 124

Muniz Tavares Francisco (padre), 41

Nassau, Maurício de, 55

Novaes Filho, Antônio de, 27, 68, 71,
83-84, 90

Niemeyer, Oscar, 19

Oliveira,

Agostinho Dias de, 72
 Alfredo de, 141
 Diná Rosa Borges de, 141
 Waldemar de, 69, 136
 Walter de, 141
 Ônibus Biblioteca, 135
 Orquestra Sinfônica do Recife, 110, 122

Paes de Andrade, 125
 Paine, Thomas, 42
 Pandolfi, Dulce, 71, 131
 Parahyn, Orlando, 52
 Partido Comunista, 72-73
 Passo, Manoel Rodrigues do, 47
 Peixoto,
 Ajrfrânio, 139
 Demerval, 73, 126
 Pena, Carlos, 141
 Penna, Luiz, 77
 Pereira da Costa, Francisco
 Augusto, 40-42, 47-48, 50, 55, 60,
 126
 Pereira,
 Antônio Alves, 21, 118, 121, 129,
 133
 Astrogildo, 89, 97
 Benedito, 21
 Edwiges de Sá, 69
 Heitor, 125
 Nilo, 69, 131
 Pernambucano de Mello,
 Ulisses, 67
 Perruci, Gadiel, 65
 Pessoa,
 João Ribeiro (padre), 41
 Fernando,
 Pinheiro, Adão, 141
 Pinto, Estevão, 69
 Pires Ferreira, Gervásio, 47

Poe, Edgar Allan,
 Pombal, (Marquês de Pombal),
 Sebastião José de Carvalho Mello, 40
 Pontes, Joel, 74, 141
 Portela, Joaquim Pires Machado, 48
 Portelli, Hugues, 59

Queiroz, Eça de, 108
 Quintana, Mário, 37
 Quintas, Amaro, 69, 104, 128

Racine, Jean, 108
 Ramos, Graciliano, 81
 Raynal, Guilhaume (padre), 42
 Rego, José Lins do, 108, 116
 Regueira Costa,
 José Césio, 18, 22, 25, 27, 68-69, 74,
 84, 89, 92-93, 96-98, 100, 102, 109-
 110, 122, 123-125, 129, 136-138,
 141
 Reynaldo, Augusto, 74, 141
 Ribeiro, João Francisco Antônio,
 (padre), 48
 Ribeiro, René, 107
 Riíke, Rainer Maria, 109
 Rocha Pombo, José Francisco da, 139
 Rocha, Tadeu, 51, 55
 Rodrigues,
 Abelardo, 141
 Augusto, 22
 Rolland, Romain, 140
 Roma, José Inácio (padre), 41
 Rónai, Paulo, 108
 Rosa Borges,
 Geninha da, 141
 Maria Luiza da,
 Otávio da, 141
 Rosseau, Jean-Jacques, 42
 Rostand, Edmond, 108

Sales, Apolônio, 68
Salgado, Pedro, 69
Sand, George, 26
Santos,
 Jorge Abranches dos, 69
 Manuel Augusto dos, 69
Schumann, Robert, 124
Schwartzman, Simon, 77, 126
Seminário de Olinda, 50
Shaw, Bernard, 109
Silva, José Domingues da,
Silveira,
 Joel, 72
 Pelópidas, 28, 76, 93, 137, 140, 148
Siqueira, Antônio Jorge de, 15,
 17, 64
Sítio da Trindade,
Smith, Adam, 42
Soares, Jota, 69
Sociedade de
 Arte Moderna do Recife,
 Medicina, 49
Souza Barros, Manoel de, 33, 67, 69,
 76, 83, 84-90, 98
Souza, Antônio de, 122
 Wilton Andrade de,
Suassuna, Ariano, 74, 141

Tavares de Mello, Eduardo, 54
Teatro,
 Amadores, 69, 141
Apolo, 47
 Escola Prática de,
 Santa Isabel, 22, 96, 116, 122, 134,
Tecelagem de Seda e Algodão,
 (TSAP), 64, 111
Trindade, Boris, 141

Valadares, José, 55
Valente, Waldemar, 69,
Vargas, Getúlio, 17, 71-72, 86, 90,
 107, 126
Veríssimo, Érico, 140
Verne, Júlio, 108
Vieira, Antônio, (padre), 139
Virgolino, Wellington, 141
Volney Constantin, (Conde de), 42

Wallace, Edgar, 140
Wanderley,
 Arnóbio Tenório, 68
 Clênio, 74
 Jorge, 141
Wandenkolk, 125
Wilde, Oscar, 109

Zuleno, 141

Templários da Ausência em bibliotecas populares

TIPOGRAFIA Minion Pro

Editora
Universitária  **UFPE**

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 - Várzea
Recife | PE CEP: 50.740-530
Fax: (0xx81) 2126.8395
Fones: (0xx81) 2126.8397 | 2126.8930

www.ufpe.br/edufpe
edufpe@nlink.com.br
editora@ufpe.br

